

SIMONE MARIA CHALUB BANDEIRA BEZERRA

**INTERIORIZAÇÃO DA UFAC: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E
SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ACRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre – UFAC. Área de concentração “Desenvolvimento Regional”, para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Antonio Carlos Fonseca Pontes

**RIO BRANCO - AC
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SIMONE MARIA CHALUB BANDEIRA BEZERRA

**INTERIORIZAÇÃO DA UFAC: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E
SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ACRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre – UFAC. Área de concentração “Desenvolvimento Regional”, para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Data de Aprovação: 13 de julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Carlos Fonseca Pontes
PPG-MDR/UFAC
Orientador

Prof. Dr. Sérgio Brazil Júnior
PPG-MDR/UFAC
Membro

Prof. Dr. Gilberto Francisco Dalmolin
PPG-MLLI/UFAC
Membro

Prof. Dr. Lucas Araújo Carvalho
Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional
PPG-MDR/UFAC

À minha família, especialmente aos meus pais, esposo e filhos, pela compreensão da ausência nas horas de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de vivenciar esta experiência;

Ao Coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Prof. Dr. Lucas Araújo Carvalho, pela atenção, dedicação, apoio e eficiência com que me auxiliou a resolver minhas dificuldades;

À professora Dra. Margarida Lima de Carvalho pela sua atuação enquanto Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação para que pudéssemos participar em eventos no município de Brasília;

Aos Profs. Drs. Adailton de Sousa Galvão, Silvio Simione da Silva, Rubicleis Gomes da Silva, Elder Andrade de Paula, Edna Castro, Francisco Carlos Silveira Cavalcante, Lucas Araújo Carvalho, Antonio Carlos Fonseca Pontes e Cleto Barbosa pelos ensinamentos e dedicação nas suas respectivas disciplinas, proporcionando direcionamentos a essa pesquisa;

Aos membros da banca do Exame de Qualificação da Dissertação: Antonio Carlos Fonseca Pontes, Sérgio Brazil Júnior, Sílvio Simione da Silva pelas participações e contribuições;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Carlos Fonseca Pontes, pela competente orientação acadêmica, sensibilidade diante dos problemas e pela prontidão com que buscou solucioná-los, enfim pela paciência, apoio e grande amizade;

Aos meus pais, Aldo Macêdo Bandeira e Maria Mercedes Chalub Bandeira, pelo amor, cuidado e pelo grande exemplo que são e por terem me proporcionado uma educação de qualidade que me permitiu chegar até aqui;

Às minhas irmãs Solange e Salete Chalub pelo incentivo e apoio;

Ao meu marido Denison Roberto Braña Bezerra, companheiro e incentivador, pelo seu carinho, paciência e respeito nesse momento tão enriquecedor;

Aos meus filhos Vanessa, Rafael e Gabriel Chalub pela compreensão, participação, estímulo e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Aos colegas de mestrado Alcilene, Ana Cláudia, Aysson, Breno, Cláudio, Cristiane, Davilson, Francisca, Gardênia, Kenedy, Lara, Márcia, Maria José, Tassiane e Holanda, pelos momentos compartilhados.

Aos servidores da UFAC, pelas informações e dados fornecidos, dos seguintes setores da Pró-Reitoria de Graduação: Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino – CAODEN, Diretoria de Registro e Controle Acadêmico - DERCA, Coordenadoria de Campi - COCAM;

Aos servidores da SEE na pessoa do seu Diretor de Gestão Institucional Jean Mauro de Abreu Moraes e o Sr. Jorge Alberto da Silva Carvalho – Chefe do Departamento de Pessoas pela presteza nas informações solicitadas e fornecidas em relação aos municípios;

Aos professores Coracy Sabóia e Francisco Raimundo Alves Neto pelo apoio e livros fornecidos para a conclusão dessa pesquisa;

À Universidade Federal do Acre, a CAPES e a SUFRAMA, instituições colaboradas do Mestrado em Desenvolvimento Regional; e a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre que, através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e seu Programa de Incentivo a Pesquisas Locais, na modalidade de Dissertações e Teses, financiou esta pesquisa.

Enfim, a todos que colaboraram para que este trabalho se tornasse possível.

A universidade não está fora da história de um país; tampouco é toda a história; mas por ela ‘passa’ a história do país e do povo e ela participa da história, da vida; neste sentido, é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e desenlace, tarefa comunitária, trabalho de homens que querem se expressar como homens; fato humano que nenhuma lei poderá abolir e que se expressará muitas vezes apesar da lei.

Ela é uma realidade que fala. Deixemo-la, portanto, falar e tratemos de escutá-la, não no que queremos ou no que nos convém, mas no que ela nos quer dizer.

(LEYENDECKER apud FÁVERO, 2000. p. 13)

RESUMO

Na era da globalização, a discussão que é inserida em todos os centros do conhecimento é a proposta de um desenvolvimento que privilegie as potencialidades locais e a formação de capital humano capaz de evidenciar propostas que atendam as necessidades da população como um todo. Para formar capital social é necessário investir em educação de qualidade, visando, sobretudo especializar profissionais para atuarem nos diversos campos do conhecimento. Nesta perspectiva é que a Universidade Federal do Acre, em parceria com o Estado e municípios, e seguindo as diretrizes da lei, implanta o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica, visando melhorar a qualidade do ensino nas escolas da rede pública. Em referimento a tal contexto, a presente pesquisa objetivou analisar o impacto que a formação de professores, através do Programa, teve no desenvolvimento educacional do Estado do Acre e na melhoria, das condições sócio-econômicas, enfocando as possíveis conseqüências que esta formação poderá ter no desenvolvimento de nosso Estado. Para a efetivação da pesquisa foram escolhidos os municípios de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Brasiléia como representantes do vale: Juruá, Acre e Purus, respectivamente. A escolha desses municípios foi intencional, pois eles são os maiores dentro de seus respectivos vales, sendo referência dentro dos mesmos. O método utilizado para a elaboração do trabalho consistiu, basicamente, de investigação documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com os sujeitos desta pesquisa representados pelos participantes do Programa, Coordenadores de Curso, Gestores ligados a Secretaria de Estado de Educação e Secretaria Municipal de Educação, Professores, Coordenadores de Núcleos, Municípes, ou seja, as pessoas que estavam ligadas direta ou indiretamente com a execução dos Cursos no Interior do Estado. Os resultados efetivos obtidos indicam que mesmo em curto prazo, a qualificação profissional contribuiu significativamente para a elevação da qualidade do ensino da região, fato esse observado em indicadores levantados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Relatos de professores, diretores, secretários municipais de educação mostraram que há hoje um compromisso maior da comunidade e do poder público com a educação. Os professores chamados “leigos” recuperaram sua auto-estima e estão mais conscientes de sua função e com melhores ferramentas pessoais para ensinar seus alunos. Os professores recém formados tiveram a oportunidade de imediato ingressar no mercado de trabalho através do concurso público realizado em 2006. O Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica nos ensinou que é possível promover mudanças efetivas na educação e na maneira de a sociedade se relacionar.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento. Qualificação profissional.

ABSTRACT

In globalization times, the debate that is inserted in all centers of knowledge is the proposal of a development that prioritize the local potentials and the formation of human capital capable of highlighting proposals that meet the necessities of the population as a whole. To build up social capital it is necessary to invest in education quality, targeting, particularly the specialization of professionals to work in different fields of knowledge. Based on this perspective and following the national education guidelines, the Federal University of Acre in partnership with the State of Acre and municipalities, have establishes the Special Program of Teachers' Formation for Basic Education to improve the quality of education in the public system schools. As for this context, this research aimed to analyze the impact the Program, had provided to the teacher's formation in the educational development in Acre and in the improvement of socio-economic conditions, focusing on the possible consequences that this formation may have in the development of the state. For this research to be carried out, the municipalities of Cruzeiro do Sul, Sena Madureira and Brasiléia were chosen due to their importance in the valleys of Juruá, Acre and Purus, respectively. The choice was intentional because they are the largest and reference cities in their respective valleys. The method used for the preparation of the work consisted mostly of documental investigation, literature research and field research with the subjects of this study represented by the participants of the Program, courses coordinators, managers in charge of the State Bureau of Education and Municipal Departments of Education, Teachers, Coordinators of Centers, Citizens, people who were directly or indirectly linked to the execution of such courses in the interior of the state. The effective results indicate that even at a short-rum period, professional qualification significantly contributed to raise the regional education quality, and such fact was observed in indicators presented on the Basic Education Development Index (IDEB). Reports from teachers, principals, municipal authorities of education showed that currently there is a greater commitment of the community and the public authorities with education. Teachers once called "layman" recovered their self-esteem and are more aware of their role and with better personal tools to teach their students. The newly graduated teachers had the opportunity to immediately be contracted as work force after a public contest realized in 2006. The program has taught us that it is possible to promote effective changes in education and in the way society establishes a relationship among its components.

Keywords: Education. Development. Professional qualification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Municípios Pólos de realização da pesquisa.	24
Figura 02	Colaço de Grau dos Formandos do Projeto Poronga	45
Figura 03	Municípios pólos de funcionamento dos Cursos – Licenciaturas Específicas.	77
Figura 04	Municípios pólos de funcionamento do Curso de Pedagogia – PEFPEI	83
Figura 05	Municípios pólos de funcionamento dos Cursos: PROFIR e PROEFE	87
Figura 06	Municípios pólos de funcionamento do Curso de Economia	89
Figura 07	Universidade da Floresta (Campus Canela Fina), Cruzeiro do Sul –AC	90
Figura 08	Campus Canela Fina inaugurado em 09 de outubro de 2007	91
Figura 09	Blocos de Salas de Aula e Laboratórios do Campus Canela Fina	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Distribuição dos estudantes segundo nível de ensino no Brasil	34
Gráfico 02	Percentagem de Concluintes nos Cursos Oferecidos pela UFAC do PEFPEB 2001-2004/2005	100
Gráfico 03	Percentagem de Evasão nos Cursos Oferecidos pela UFAC do PEFPEB 2001-2004/2005	102
Gráfico 04	Desempenho dos discentes SAEB (Matemática) - 1999 a 2007	111
Gráfico 05	Desempenho dos discentes SAEB (Português) - 1999 a 2007	112
Gráfico 06	IDEA – Anos Finais do Ensino Fundamental – 2005/2007	112
Gráfico 07	IDEA – Escolas do Município de Sena Madureira – 2005/2007	113
Gráfico 08	IDEA – Escolas dos Municípios de Brasília e Epiaciolândia – 2005/2007	114
Gráfico 09	IDEA das Escolas do Município de Cruzeiro do Sul, 2005 – 2007	115
Gráfico 10	Recursos próprios do Tesouro aplicados em Educação (1998 a 2005) e gastos com a folha de pagamento (1999 a 2008)	129
Gráfico 11	Gastos mensais com a folha de pagamentos nos anos de 2006 a 2008	130
Gráfico 12	Salário médio mensal com os trabalhadores em educação – Jan. de 2006 a mar. De 2009	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Distorção idade-série / Acre (%) 1999-2007	42
Quadro 02	Ações da SEE com Impacto Financeiro	49
Quadro 03	Número de Turmas/Ingressantes e Concluintes por Curso no PEFPEB (2001-2004/2005)	76
Quadro 04	Alterações realizadas nos Cursos do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Licenciaturas Específicas	79
Quadro 05	Demonstrativo identificando: Municípios Pólos, Número de Turmas, Ingressantes e Concluintes do PEFPEI (2001-2005)	82
Quadro 06	Demonstrativo identificando: municípios, cursos ofertados, Número de turmas, ingressantes e clientela alvo	84
Quadro 07	Quadro demonstrativo identificando: municípios pólos, cursos ofertados, número de turmas, ingressantes e clientela alvo	85
Quadro 08	Programa de Interiorização – Curso de Bacharelado em Economia	88
Quadro 09	Cursos ofertados regularmente no Campus de Cruzeiro do Sul.	96
Quadro 10	Ingressantes, Concluintes e Evadidos	104
Quadro 11	Faixa Etária dos Ingressantes	104
Quadro 12	Gênero dos Ingressantes	107
Quadro 13	Comparativo entre as Provas Brasil e SAEB	110
Quadro 14	IDEB e Projeções para o Brasil, Norte, Acre e Municípios objeto de Pesquisa, 2005 – 2007	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Distribuição dos estudantes segundo nível de ensino Brasil (2001-2005)	33
Tabela 02	Quantidade de Pessoas formadas pelo PEFPEB nos vários municípios e percentuais de formados	99
Tabela 03	Quantidade de Evasão nos Cursos ofertados pelo PEFPEB nos vários municípios respectivos percentuais	101
Tabela 04	Recursos próprios do Tesouro aplicados em Educação (1998 a 2005) e gastos com a folha de pagamento no período de 1999 a 2008	128
Tabela 05	Gastos Mensais com a Folha de Pagamento nos anos de 2006 a 2008	129
Tabela 06	Salário médio mensal com os trabalhadores em educação – Jan. de 2006 a mar. de 2009	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O ENSINO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	25
1.1 RELEVÂNCIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	25
1.2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL	27
1.2.1 A formação de professores no Brasil	28
1.2.2 Ensino Fundamental de nove anos	31
1.3 A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO FORMA DE ORGANIZAR A SOCIEDADE NO SEU DESENVOLVIMENTO	32
1.4 A ESCOLA E A INSERÇÃO NO ÂMBITO REGIONAL: FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	35
1.4.1 Política Educacional no Estado do Acre (Gestão 1999 – 2007)	41
2 O ENSINO SUPERIOR E SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ACRE	50
2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESTADO DO ACRE	50
2.2 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL NO ESTADO DO ACRE	51
2.2.1 Os primeiros cursos - A Faculdade de Direito em 1964 e A Faculdade de Ciências Econômicas em 1968	52
2.2.2 A criação do Centro Universitário do Acre em 1970 e a federalização da Universidade em 1974	53
2.2.3 A Universidade Federal do Acre e o início da política de interiorização do ensino de graduação em 1973	54
2.2.4 A departamentalização no contexto da reforma universitária	54
2.2.5 A Criação do Colégio de Aplicação	55
2.2.6 A expansão do ensino superior	56
2.2.7 O fortalecimento da política de interiorização do ensino de graduação	58
2.3 A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ATRAVÉS DA UFAC E PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	62
2.4 OS DESAFIOS DA LDBEN E A AMPLIAÇÃO DA INTERIORIZAÇÃO	67
3 AÇÕES PARA INTERIORIZAÇÃO	72
3.1 O PAPEL DA UFAC PARA ALÉM DO CAMPUS DE RIO BRANCO	72
3.2 UMA PARCERIA DO ESTADO E DO MUNICÍPIO	72
3.3 ASPECTO DA DIMENSÃO DAS AÇÕES DE INTERIORIZAÇÃO: OS CURSOS	75
3.3.1 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – PEFPEB	75
3.3.2 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Curso de Graduação Licenciatura Plena em Pedagogia	82
3.3.3 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Zona Urbana de	83

difícil Acesso – Licenciaturas Plenas	
3.3.4 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Zona Rural – Licenciaturas Plenas	85
3.3.5 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa de Bacharelado em Economia	87
3.3.6 A contribuição da educação superior através da UFAC – Campus de Cruzeiro do Sul – Cursos em Funcionamento	89
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS – MUNICÍPIOS: SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL	97
4.1 PESSOAS FORMADAS PELO PEFPEB NOS VÁRIOS MUNICÍPIOS	98
4.2 CURSO DE MATEMÁTICA DO PEFPEB - SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL	102
4.2.1 Ingressantes Concluintes e Evadidos dos Municípios do Estado do Acre	103
4.2.2 Perfil dos Discentes do Curso de Matemática - PEFPEB dos Municípios de Sena Madureira, Brasiléia e Cruzeiro do Sul	104
4.3 CURSO DE MATEMÁTICA DO PEFPEB – IDEB	109
4.4 PROFESSORES QUALIFICADOS NO CURSO DE MATEMÁTICA – PEFPEB E RESPECTIVAS ESCOLAS DE ATUAÇÃO	115
4.5 AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DOS MUNICÍPIOS DE SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL	119
4.5.1 Município de Sena Madureira	119
4.5.2 Município de Brasiléia	120
4.5.3 Município de Cruzeiro do Sul	120
4.6 AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADOS AOS FORMANDOS DOS MUNICÍPIOS DE SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL	121
4.6.1 Município de Sena Madureira	122
4.6.2 Município de Brasiléia	123
4.6.3 Município de Cruzeiro do Sul	124
4.7 FORMAÇÃO, SALÁRIOS E EMPREGABILIDADE	127
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICES	143

INTRODUÇÃO

Atualmente, o mundo globalizado exige níveis de competência cada vez maiores aos profissionais das diversas áreas de atuação. Mesmo as pessoas que ainda não estão inseridas no mercado de trabalho, vêm-se, constantemente, confrontadas a desafios impostos por esse mundo automatizado e tecnológico. Nesse contexto são grandes as necessidades geradas, bem como as competências e habilidades exigidas, tanto na dimensão do exercício profissional como na construção da cidadania, impondo a necessidade de se garantir o pleno direito a todos os indivíduos à educação fazendo com que o poder público operacionalize políticas de expansão da oferta de ensino em todos os níveis.

A educação, por sua vez, vem passando por inúmeras mudanças as quais iniciaram com a legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96). Estas mudanças acontecem num processo de transformação política, econômica, educativa e social, que evidenciam a reformulação do currículo escolar, a formação inicial do futuro professor e o seu desenvolvimento profissional.

Vale ressaltar que hoje a escola, de um modo geral, passa por transformações rápidas e não pode deixar de acompanhar esse processo. Estamos vivendo num mundo tecnológico, onde a inclusão digital é necessária e onde existe uma constante busca de novos conhecimentos. Assim, nós, professores, somos parte desse processo de mudança e contribuímos com a discussão e realização de tal processo.

“O espaço escolar é entendido como local de experiências sociais, onde a aprendizagem mais significativa não se dá no processo de transmissão/assimilação de conteúdos, mas nas relações sociais que se estabelecem dentro do âmbito escolar”, conforme afirma Farias (2003, p. 120).

Segundo o Plano Nacional de Educação – PNE, cuja missão primordial é contribuir para o desenvolvimento do país e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional verifica-se a necessidade da expansão da educação superior, o que se constitui em estratégia para as articulações e desenvolvimento de um projeto de nação que aprofunde a cultura nacional em todas as suas formas de expressão, quanto para a promoção do desenvolvimento social, político e econômico do país, valorizando a participação dos seus cidadãos.

No Plano Nacional de Graduação essas preocupações também são observadas, conforme Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras – ForGRAD (2004, p. 22), quando diz:

Ser a elevação de escolaridade da população brasileira incluindo a expansão da educação superior, questão estratégica, tanto para desenvolver a competência nacional em ciência e tecnologia condição essencial para o desenvolvimento sustentável e não subordinado, como para assegurar a elevação da qualidade de vida da população e a redução da exclusão sócio-cultural.

Nesse sentido, conforme verificados em documentos de políticas de educação se faz necessário a expansão da educação superior, assim como a evolução da qualidade deste ensino e isso deve se constituir preocupação permanente das instituições, tanto públicas como privadas.

No Estado do Acre, para a Universidade Federal do Acre (UFAC), única instituição de ensino superior pública que forma profissional nas diversas áreas do conhecimento, isto tem imposto desafios e demandas cada vez maiores, no que diz respeito à ampliação e oferta de vagas e à formação de profissionais qualificados para fazer frente as necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional da região. No âmbito da pesquisa, tem produzido conhecimentos científicos por meio de projetos de pesquisa articulados com a sociedade, via extensão. No âmbito do ensino, tem sólida atuação na formação de professores para atuarem nas redes estaduais, municipais e particulares e isto cresceu nos últimos oito anos.

Até 1972, as atividades acadêmicas da UFAC estavam sediadas em Rio Branco. Hoje, a Universidade oferece 42 cursos de graduação nos Campi de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. A partir de 1973, iniciou-se o Programa de Interiorização do Ensino de Graduação no intuito de descentralizar suas atividades acadêmicas e minimizar as dificuldades da população interiorana do Acre, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior.

Desde então iniciaram os Cursos de Licenciatura Curta nas áreas de Ciências, Pedagogia, Letras e Estudos Sociais onde foram habilitados 134 (cento e trinta e quatro) profissionais, de 1973 a 1978, nos diversos municípios. De 1981 a 1983 (Segunda etapa do Programa), iniciaram-se os cursos parcelados de licenciatura curta, nas áreas acima citadas nos Vales do Acre e Juruá, habilitando 164 (cento e sessenta e quatro) professores. No Vale do Acre o município de Xapurí foi eleito como sede das atividades acadêmicas concentrando professores dos municípios de Sena Madureira, Brasiléia e vilas circunvizinhas. De 1986 a 1993 (Terceira etapa do Programa) habilitou-se 706 (setecentos e seis) professores, dos quais

385 (trezentos e oitenta e cinco) em Cursos Parcelados de Licenciatura Curta em Pedagogia e Letras, 232 (duzentos e trinta e dois) em Cursos Parcelados de Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras, oferecidos nos municípios de Xapurí, Brasiléia, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e 109 (cento e nove) no Curso Regular de Licenciatura em Letras, no município de Cruzeiro do Sul, criado através da Resolução nº. 03, de 07 de abril de 1989, do Conselho Universitário – CONSU. Em 1993 foi implantado o Curso Regular de Pedagogia em Cruzeiro do Sul. Em 1995 foram implantados dois Cursos Modulares, em caráter temporário: em Xapurí, Licenciatura Plena em História e em Brasiléia, Licenciatura Plena em Geografia, além de um Curso Parcelado no município de Tarauacá – Licenciatura Plena em Letras, atendendo um grupo de 150 (cento e cinquenta) alunos naqueles municípios. No segundo semestre de 1996 foram aprovados e iniciados três cursos para os municípios de Feijó, Plácido de Castro e Sena Madureira. Licenciatura Plena em História (regime modular), Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Letras, (regime parcelado), respectivamente.

Em decorrência da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394 de 1996 instituiu-se a obrigatoriedade da formação de professores para a Educação Básica, sendo a universidade a principal responsável pelo cumprimento desta formação. Os artigos 62 e 87 no seu Parágrafo 4º, da citada lei, expressam:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Art. 87, Parágrafo 4º. Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. (BRASIL, 1996)¹

Pode-se dizer que o Plano Nacional de Educação – PNE aprovado, segundo a Lei Nº 10.172, de 09 (nove) de janeiro de 2001, no âmbito das exigências normativas aponta como objetivos e metas para a formação de professores:

Ampliar, a partir da colaboração da União, dos Estados e dos Municípios, os programas de formação em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares. Desenvolver programas de educação a distância que possam ser utilizados também cursos semipresenciais modulares, de forma a tornar possível o cumprimento da meta anterior.

Generalizar, nas instituições de ensino superior públicas, cursos regulares noturnos e cursos modulares de licenciatura plena que facilitem o acesso dos docentes em exercício a formação nesse nível de ensino.

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Disponível em <ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf> acesso em jan.2008.

Incentivar as universidades e demais instituições formadoras a oferecer no interior dos Estados, cursos de formação de professores, no mesmo padrão dos cursos oferecidos na sede, de modo a atender à demanda local e regional por profissionais do magistério graduados em nível superior.

Garantir, por meio de um programa conjunto da União, dos Estados e Municípios, que, no prazo de dez anos, 70% dos professores de educação infantil e de ensino fundamental em todas as modalidades possuam formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas.

Garantir que, no prazo de dez anos, todos os professores de ensino médio possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura plena nas áreas de conhecimento em que atuam. (Brasil, 2001)

Para cumprir as exigências da lei supracitada, articulada à vontade política, além de responder pela formação de todos os professores que já estavam em exercício no magistério sem a formação superior, foram intensificadas as ações de graduação da Universidade Federal do Acre - UFAC no interior do Estado no ano de 2001, por meio do Programa Especial de Formação de Professor para o Ensino Básico (PEFPEB²) e do Programa Especial de Formação de Professor para a Educação Básica – Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Licenciatura Plena em Pedagogia (compreendendo 56 turmas, sendo 27 (vinte e sete) em Rio Branco e 29 (vinte e nove) turmas distribuídas nos municípios do interior do Estado com 2.515 concludentes, segundo a Diretoria de Controle Acadêmico - DERCA, 2008 e com aulas ministradas em nove municípios pólos. Os dois cursos tiveram modalidade presencial, regime modular e no ano de 2004/2005 estavam em fase de conclusão com um total geral de formandos nos dois programas de 4.148 futuros professores. Ambos, resultado da parceria da UFAC com a Secretaria de Estado de Educação – SEE/AC e das Secretarias Municipais de Educação e Cultura - SEMECs, visavam, sobretudo, a qualificação de profissionais para atuar nas diversas disciplinas e nos diversos níveis de ensino, constituindo, dessa forma, um processo de real inovação na formação desses profissionais para inseri-los, mais ainda, no processo de desenvolvimento social do Acre. Vale ressaltar que no programa das licenciaturas específicas foram oferecidas vagas para a comunidade, o que contribuiu para a formação de profissionais qualificados que poderão ser admitidos a qualquer tempo, à medida que os respectivos sistemas de ensino forem necessitando.

Esses programas representam a oportunidade para um grande número de pessoas se prepararem para o mercado de trabalho que cada dia se torna mais exigente, além de contribuir para a extinção do quadro de professores leigos, sem formação superior, num prazo

² O PEFPEB abrangeu seis cursos de Licenciatura Plena na modalidade presencial em regime modular, perfazendo um total de 37 turmas, com 1.633 alunos concludentes. As aulas foram ministradas em nove municípios pólos, de maior densidade populacional, abrangendo todas as regiões do Estado do Acre. Fonte: DERCA – Dados atualizados em 03/11/2008.

de cinco anos, e busca atender ao disposto na LDBEN, que determina a necessidade de elevação do padrão de formação dos profissionais que atuam na educação básica. Para as pessoas mais carentes e também para a UFAC, constitui uma alternativa dentro das políticas públicas que envolvem desenvolvimento e educação.

Por outro lado, o Campus Canela Fina – Universidade da Floresta é uma extensão da Universidade do Acre. Situado no município de Cruzeiro do Sul, tem em funcionamento os cursos de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa, Pedagogia; Ciências Biológicas (Bacharelado), Enfermagem e Engenharia Florestal, sendo os três últimos criados em 2006. No ano de 2008 foram criados os cursos de Agronomia, Letras com Habilitação em Língua Espanhola, Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e o Curso de Formação Docente para Indígenas. No 2º semestre do mesmo ano foi criado o Curso de Comunicação Social/Jornalismo (Programa Especial de Graduação – 1 turma).

No Estado se verificam situações díspares relacionadas à formação de profissionais para o seu pleno desenvolvimento. De um lado, os cursos de Licenciatura foram fortemente interiorizados conforme necessidade da população interiorana do estado e financiamentos firmados com o Governo do Estado e Prefeituras envolvidas. Do outro, encontram-se os bacharelados, que só agora são levados às cidades do interior, em especial Cruzeiro do Sul (população de 73.948 habitantes), segunda maior cidade do Estado, Brasiléia (19.065 habitantes) e Sena Madureira (34.230 habitantes), de acordo com dados do IBGE, 2007.

Nesse contexto, o presente estudo torna-se relevante ao verificar de maneira mais rigorosa e elaborada o impacto da formação de professores, através da UFAC, no desenvolvimento do Acre, em especial nas cidades do interior.

Conforme Secretaria de Educação Superior – SESU do Ministério da Educação/MEC, em matéria escrita por Ionice Lorenzoni e publicada no portal <http://portal.mec.gov.br>, em 07 de novembro de 2008, o ministro da educação, Fernando Haddad, ao dar posse à Reitora Olinda Batista Asmar para um mandato de quatro anos, fez sua avaliação frente ao modelo adotado pela UFAC, iniciado em 2000, quanto à formação de professores nos municípios acreanos. Segundo Haddad (2008):

O Acre é referência de organização da Educação Pública. O estado tem um rumo definido. O desafio da Universidade é propor novos projetos que valorizem a enorme biodiversidade e a segurança ambiental da região, áreas onde o conhecimento tem peso fundamental.

Nos dias atuais, todos os segmentos da sociedade brasileira estão a discutir as verdadeiras funções da Universidade e o ensino de um modo geral. Pergunta-se muito que

modelo de universidade temos e de qual precisamos frente à demanda procurada. Diante disso, pergunta-se também de que maneira poderiam estar atuando os professores que trabalham nessas entidades, principalmente os de instituições federais de ensino superior, neste processo de busca da nova identidade a que nos propomos a construir.

Em a Universidade necessária, uma das grandes obras críticas dos problemas que se defronta a América Latina no campo da Educação Superior, Darcy Ribeiro traça um quadro da evolução histórica da idéia de universidade, mostra o papel e a função por ela desempenhada como instrumento de aceleração de desenvolvimento nacional e, sugere medidas que devemos urgentemente adotar para vencer o abismo que separa os países tecnicamente avançados dos atrasados. (RIBEIRO, 1982).

Em sua tese de doutorado, Albuquerque Neto comenta que “a consolidação da interiorização dos cursos superiores da UFAC tem, no Governo Collor de Mello, um marco decisivo, menos pela preocupação em si com o ensino superior, e mais pela ênfase que esse governo colocava nos custos financeiros das instituições de ensino superior e a necessidade de se aumentar a sua eficiência e diminuir os custos operacionais, sob pena de “enxugamento” do quadro de pessoal docente e administrativo das universidades brasileiras que não apresentassem um plano de expansão de vagas. A UFAC, compelida pelas exigências federais, buscou na interiorização uma via alternativa de, em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras Municipais, dar uma resposta rápida às exigências do MEC”. (ALBUQUERQUE NETO, 1999, p. 220-221).

Enfim, no que diz respeito às concepções de qualidade de educação superior, Vieira (1995, p.111) preocupa-se com os diversos indicadores de avaliação, tais como, os serviços educacionais, a avaliação institucional e a cobrança da sociedade, haja vista que a “Universidade Pública atravessa hoje a tensão da crítica veemente à sua participação na vida social”.

Diante da problemática levantada questiona-se: Qual o impacto da formação de professores, através da UFAC, no desenvolvimento do Estado do Acre, em especial nas cidades do interior?

Para tanto se trabalhou com a seguinte hipótese: Investir em educação e em especial em capital humano através da qualificação em nível de graduação melhora os índices educacionais nas escolas da região e, conseqüentemente, a qualidade de vida da comunidade

O objetivo do presente trabalho, portanto, é descrever a política de interiorização desenvolvida pela única Universidade Federal, pública e gratuita do estado, a UFAC, procurando verificar o impacto que a formação de professores, por meio do PEFPEB, teve no

desenvolvimento educacional do Estado do Acre e na melhoria das condições sócio-econômicas, especialmente nos municípios menores.

Como objetivo geral procura-se analisar as mudanças no desenvolvimento local ocasionadas pela qualificação dos atores locais, demonstrando os impactos decorrentes dessas mudanças.

E como objetivos específicos:

- Analisar o contexto da educação antes e após a efetivação do Programa Especial de Formação de Professores em nível de graduação nos municípios envolvidos, através dos índices educacionais produzidos pelo Governo Federal.
- Demonstrar a importância da educação para a obtenção de uma melhor qualidade de vida dos atores locais.
- Verificar a necessidade da educação como motor para o desenvolvimento local, fixação das pessoas em seus municípios de origem e desoneração do município pela não necessidade de importação de mão-de-obra qualificada.

O caminho metodológico adotado por este trabalho terá uma abordagem de natureza qualitativa, opção metodológica que possibilitará ampliar a compreensão do problema enfocado uma vez que segundo Minayo (1994, p.22):

A abordagem qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Perez (1991), na abordagem qualitativa, utiliza-se, frequentemente, a observação participante, que coloca o pesquisador diante da realidade estudada: pelas entrevistas, que permitem um aprofundamento das informações obtidas, pela análise documental, que complementa os dados das entrevistas e que nos aponta aspectos da realidade pesquisada. Assim, o presente projeto tomará como referência a abordagem qualitativa que, segundo Bogdan e Biklem citado por Lüdke e André (1996, p.22) *envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.*

Quanto aos objetivos da pesquisa será descritiva adotando como modelo conceitual operativo a modalidade *ex-post-facto* uma vez que trabalhará com fatos já ocorridos.

Por outro lado, técnicas quantitativas serão aplicadas para a descrição de informações referentes às alterações da massa salarial nos municípios do Estado.

Dentre os procedimentos e técnicas pode-se destacar que os sujeitos desta pesquisa estão representados pelos participantes do Programa Especial de Formação de Professores para o Ensino Básico - PEFPEB, Curso de Bacharelado em Economia, Coordenadores de Curso, Gestores ligados a Secretaria de Estado de Educação – SEE e Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, Professores, Coordenadores de Núcleos, ou seja, as pessoas que estavam ligadas direta ou indiretamente com a execução dos Cursos no interior do Estado.

Foram utilizados questionários quali-quantitativos no desenvolvimento do trabalho, que foram aplicados da seguinte forma:

- a) Questionário 1: aplicado a uma amostra dos formandos do Curso de Matemática, teve como objetivo verificar, do ponto de vista dos mesmos se as expectativas econômicas, profissionais e pessoais foram contempladas com a formação dada. Buscou-se verificar a inserção dos formandos no mercado de trabalho, a valorização profissional dos mesmos (progressão funcional, aumento salarial, etc.), além da modificação havida na sua atuação como docente (quando for o caso). Com o intuito de comparação de informações, os formandos dos três municípios, ou seja, Sena Madureira, Brasiléia e Cruzeiro do Sul, formaram a população. A amostra foi intencional dando-se preferência aos formandos que estavam atuando no Ensino, seja particular ou público, tendo em vista que o principal fator de comparação será o desempenho das escolas do município nas provas promovidas pelo MEC (Provão, ENEM, Prova Brasil).
- b) Questionário 2: este instrumento foi aplicado tendo como objeto os gestores. Obrigatoriamente foram incluídos os secretários municipais de Educação e alguns diretores de Escola nas quais os docentes que responderam o Questionário 1 atuam.

Estes questionários foram aplicados em 2008 e 2009, com as análises ocorrendo imediatamente após a aplicação dos mesmos.

Inicialmente foi coletada a lista de alunos ingressantes no Curso de Matemática dos municípios de Brasiléia, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, no DERCA. Além disso, foi solicitada na Coordenação do Curso de Matemática e no setor de diplomas da UFAC, a lista de alunos concluintes, para comparação dos dados. Em seguida essa lista foi enviada para a equipe de gestão da SEE para que a mesma providencie no setor de lotação o nome dos discentes que estão atuando nas escolas do Estado. Da mesma forma foi enviada essa lista para os municípios envolvidos para a verificação dos discentes que estão atuando nas escolas

municipais. Com base no recebimento dessas informações iniciou-se o processo de análise do IDEB nas escolas onde os respectivos discentes estão atuando atualmente.

Num segundo momento foi analisado o perfil dos alunos concludentes do Curso de Matemática dos municípios de Brasiléia, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul nos quais foi verificada a faixa etária dos discentes, percentual de discentes que já eram professores, percentual de discentes que eram da comunidade e sua formação no ensino médio. Essa etapa foi realizada verificando as pastas dos discentes arquivadas no DERCA.

O principal problema fruto do isolamento das populações interioranas, era a situação precária que se encontrava o ensino de 1º e 2º graus, hoje denominado ensino fundamental e médio, em função da baixa qualificação do quadro docente voltado para o ensino básico. Buscando amenizar este e outros problemas é que foi implantado o Programa de Especial de Formação de Professores do Ensino Básico (PEFPEB) nos municípios do Estado do Acre. Este programa, bancado pelo Governo Estadual e pelos Governos Municipais, com o apoio da Universidade Federal do Acre, foi fundamental para buscar romper o isolamento das populações interioranas.

A intenção dos atores deste programa era dar condições aos moradores dos municípios acrianos de estudarem em seus próprios municípios, evitando o êxodo para a capital e, ao mesmo tempo, fixando esses docentes em suas cidades de origem.

As conseqüências destas ações ousadas dos governos, em parceria com a Universidade Federal do Acre, foi o principal foco deste trabalho.

Na Figura 01 ilustram-se os municípios pólos de realização da pesquisa com as respectivas regionais.



Figura 01: Municípios Pólos de realização da pesquisa.

Fonte: Base de dados do Zoneamento Ecológico – Econômico do Acre, 2009.

Para tanto, a dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, sumariza-se o ensino como ferramenta para o desenvolvimento da região. No segundo capítulo há uma breve discussão sobre a importância do ensino superior e sua participação no desenvolvimento educacional do Acre, enfatizando um breve histórico sobre o Estado; a criação da universidade federal no estado do Acre; além da sua contribuição para o desenvolvimento regional; finalizando com os desafios da LDBEN e a ampliação da interiorização. O terceiro capítulo é dedicado às ações realizadas para a Interiorização, no tocante ao papel da UFAC neste processo e a importância das parcerias e a implantação dos cursos. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo, destacando-se as pessoas qualificadas nos municípios pesquisados, o índice de desenvolvimento educacional por País, Estado, Municípios e Escolas (professores qualificados atuando no Curso de Matemática), dentre outros aspectos. Logo em seguida são feitas as considerações finais, em que serão expostas as principais conclusões do trabalho. Nos apêndices encontram-se os quadros e questionários resultantes dos procedimentos estatísticos referentes à pesquisa realizada.

1 O ENSINO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

1.1 RELEVÂNCIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Dentro das mudanças globais pelas quais a sociedade contemporânea está passando, surge a necessidade de rever as formas de atuação dos atores sociais, visando buscar novas formas de desenvolvimento, sobretudo a partir das potencialidades do lugar e sem deixar de observar as capacidades das pessoas que constituem os principais agentes de transformações do meio em que vivemos.

Segundo Jara (1996), o processo de globalização tem enfraquecido o Estado Nacional, levando a uma redução da autonomia dos governos nacionais e estaduais em diversos campos de atuação. Ainda, segundo o autor, o fortalecimento das capacidades técnicas, financeiras e gerenciais locais do associativismo e potencial empreendedor, da democracia participativa e parcerias entre atores sociais e instituições e o fortalecimento da política a nível local é a contrapartida às tendências insustentáveis promovidas pela globalização econômica, ou seja, a resposta à abertura econômica externa é a abertura política interna, democratizando as relações entre Estado, sociedade civil e mercado, melhorando assim o nível de governança do território. Os municípios passam a constituir espaços privilegiados, pois, além de contribuir para a construção da cidadania também podem enfocar a questão do desenvolvimento numa ótica mais humana.

De acordo com Buarque (2002) o papel do Estado é de grande relevância para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos indivíduos de uma região,

[...] como regulador, o Estado deve controlar as relações econômicas e sociais, de modo a assegurar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida, normalmente inconsistente com as sinalizações do mercado. Nessa redistribuição de papéis, a combinação mais favorável para a conjunção de eficiência, eficácia e efetividade seria a transferência da execução para as empresas (ou organizações não-governamentais com gestão empresarial), a manutenção da regulação nas mãos do Estado, e as responsabilidades de controle concentrando-se na sociedade e suas instâncias colegiadas e formas de pressão social (BUARQUE, 2002, p. 52).

No entanto, as desigualdades persistem numa época em que os progressos da ciência e da técnica permitiriam saciar a fome a todos; e a nova economia global envolve riscos sérios de agravamento de assimetrias, ela que pesadamente se apóia sobre a concorrência desregulada. Os pobres não estarão a ficarem mais pobres, em termos absolutos, mas estão decerto a ficá-lo em termos relativos, porque está a marcar-se a diferença, a divisão, entre os

beneficiários da impropriamente chamada nova economia e os excluídos da globalização e da chamada sociedade de informação.

O Desenvolvimento Regional é indispensável, ao menos como elemento crítico dos efeitos da globalização desregulada e, mais do que isso, como um dos instrumentos reguladores da própria globalização. O desenvolvimento vai muito além do crescimento econômico. Ele resulta dos ativos locais, das potencialidades, oportunidades e vantagens existentes, dinamizadas através do planejamento participativo e da gestão compartilhada. Portanto o desenvolvimento é fim e o crescimento é apenas meio.

Para fazer frente ao processo de globalização e atingir um desenvolvimento a partir das potencialidades do local, é necessário a modernização das instituições, com a participação dos vários atores sociais, evitando assim práticas clientelistas, além disso, é necessário mobilizar e organizar a sociedade, formar recursos humanos com consciência política capazes de atuar nas decisões da localidade.

Segundo Sztompka (1998, p. 140-142) existem fenômenos que emergem nas sociedades modernas. Na área econômica podemos observar a disseminação de inovações tecnológicas em todas as esferas da vida social. No domínio político, o papel crescente do Estado, que assume novas funções, tais como: regular e coordenar a produção, redistribuir a riqueza, proteger a soberania econômica e estimular a expansão para mercados externos.

Castro, afirma que,

[...] é fundamental a análise das perspectivas políticas e das respostas imediatas que estão sendo dadas pelo Estado e pela sociedade civil, pois o que se tem observado é a expansão das relações mercantis em direção a novos espaços incorporados à economia por causa do avanço tecnológico. (CASTRO, 2005, p. 07).

Na década de 1990, ocorrem grandes mudanças na economia brasileira. Destacando-se uma política de abertura comercial intensa e rápida; a priorização à integração competitiva; reformas na ação do Estado, dentre outras. Destacando-se como principal característica à dinâmica da organização territorial do Brasil e a questão das desigualdades regionais.

Conforme explicita Araújo:

A política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência. (ARAÚJO, 1999, p. 22).

Em outras palavras, o eixo central de uma política voltada para o desenvolvimento deve estar constituído pelo objetivo da equidade, que pode ser traduzido, por um lado, na redução das desigualdades de renda, educação, oportunidades e de condições de trabalho das populações regionais; e de outro lado pela eficiência, ou seja, na implantação de uma estrutura produtiva capaz de competir no mercado nacional e internacional.

1.2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Educação Brasileira pode ser dividida em Pública e Privada. Dentro da rede pública, a Educação é administrada em três níveis: federal, estadual e municipal.

A educação, atualmente, é considerada um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, é através da produção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito. A escola (Ensino Fundamental e Médio) ou a Universidade tornaram-se locais de grande importância para a ascensão social e muitas famílias tem investido muito neste setor.

Em relação ao índice de analfabetismo no Brasil, a queda de 29,1% na taxa de analfabetismo entre 1996 e 2006 não foi suficiente para tirar o Brasil do incômodo de penúltimo lugar no ranking de alfabetização na América do Sul. Segundos dados do IBGE o percentual de brasileiros que não sabem ler e escrever é inferior apenas ao da Bolívia (11,7%) em 2005. Em 2006, a taxa brasileira de analfabetismo entre os maiores de 15 anos (10,4%), coloca o Brasil no grupo das nações com mais de 10 milhões de não – alfabetizados, ao lado do Egito, Marrocos, China, Índia, Indonésia, Irã, Paquistão, Etiópia, Nigéria e Bangladesh. O grupo é considerado prioritário para a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, que criou programa de metas de erradicação de analfabetismo até 2015. Apesar do avanço, há muito a ser feito para o acesso ao saber escolar a todos no Brasil.

Esta queda no índice de analfabetismo deve-se, principalmente, aos maiores investimentos feitos em educação no Brasil nos últimos anos. Governos municipais, estaduais e federais têm dedicado uma atenção especial a esta área. Programa de bolsa educação tem tirado milhares de crianças do trabalho infantil para ingressarem nos bancos escolares. Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJAs) também tem favorecido. Tudo isto, aliado a políticas de valorização dos professores, principalmente em regiões carentes como a Região Norte, tem estimulado resultados mais positivos.

O índice de repetência escolar, também vem diminuindo nos últimos anos. A repetência acaba tirando muitos jovens da escola, e estes acabam desistindo de estudar. Este quadro tem mudado com reformas no sistema de ensino, que valorizam cada vez mais o aluno, dando oportunidades de recuperação. As classes de aceleração também vêm apresentando, resultados positivos.

A LDBEN trouxe um grande avanço para o sistema de educação brasileiro. Esta lei visa tornar a escola um espaço de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão. A escola ganhou vida e mais significado para os estudantes.

Pesquisas na área educacional apontam que um terço dos brasileiros frequenta diariamente a escola (professores e alunos). São mais de 2,5 milhões de professores e 57 milhões de estudantes matriculados em todos os níveis de ensino. Estes números mostram um crescimento no nível de escolaridade, fator importante para a melhoria do nível de desenvolvimento do País.

Segundo Silva:

[...] sem educação torna-se mais difícil conseguir emprego, e na ausência de uma população educada, poucos empregos de qualidade são criados. Dessa forma, pessoas com mais qualificação tomam o lugar de outras menos qualificadas acentuando as desigualdades sociais. E ainda, [...] é necessário avaliar renda, grau de pobreza e trabalho, associados a outros fatores, como o acesso à educação, uma vez que a educação é considerada como um poderoso meio para as pessoas conquistarem melhores posições no mercado de trabalho, obter crescimentos potenciais em seus rendimentos futuros e gerar desenvolvimento para o país. (SILVA, 2007, p.34).

1.2.1 A formação de professores no Brasil

A formação de professores é tema de destaque desde as duas últimas décadas do século XX. Pode-se dizer que isto está relacionado basicamente ao novo perfil que a escola e os professores devem assumir para atender as demandas do mundo contemporâneo.

Historicamente, essa formação deu-se, inicialmente, em cursos normais. Segundo Marques:

A formação de professores para o ensino secundário não contou até a década de 1930 com instituições específicas, ficando entregue, conforme o desabafo de Francisco Campos, ministro da educação na década de 30, 'ao acaso da improvisação e da virtuosidade. (MARQUES, 2000, p. 17),

Durante toda a década de 30 a preocupação com a formação de professores para o ensino secundário foi uma constante, criando-se, dessa forma, diferentes projetos de universidade, que emergiram dos debates existentes no campo educacional nesta década.

A Publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras, datado de 11 de abril de 1931, fez surgir o primeiro desses modelos. Conforme Candau (1987, p. 11), tem-se:

O primeiro efeito da promulgação desse estatuto foi a reforma da Universidade do Rio de Janeiro que passa a se constituir modelo para as universidades e institutos separados. De acordo com o decreto que dispõe sobre sua organização, essa Universidade deveria incluir uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras que teria como objetivos específicos ampliar a cultura no domínio das ciências puras, promover e facilitar a prática de investigações originais, desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério. Essa faculdade compreendia três seções: Educação, Ciências e Letras.

Essa Faculdade tinha a responsabilidade pelos cursos de Licenciatura com o objetivo de habilitar os licenciados para o ensino das disciplinas específicas no curso normal ou secundário.

Um segundo modelo de formação surge com a Universidade de São Paulo – USP com a implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras no ano de 1934 com as seções de Filosofia, Ciências, Letras e Educação além de uma seção especial de Didática.

Conforme o autor citado (1987, p. 32):

Criados os primeiros cursos, com as Faculdades de Filosofia, o caráter multifuncional dessas instituições (que se reflete na estrutura proposta para os cursos de licenciatura), irá marcar toda a sua posterior evolução. Divididas entre os vários objetivos que lhe são atribuídos (formar pesquisadores e cientistas, articular os vários objetivos que lhe são atribuídos (formar pesquisadores e cientistas, articular os vários cursos da universidade, formar professores), as escolas de Filosofia jamais conseguiram cumpri-los adequadamente. O que certamente se aplica à formação de professores, aliás, com frequência percebida como objeto menor, secundário, marginal mesmo.

Pensadas para ser o órgão integrador e articulador da universidade, é sob a forma de escolas isoladas que, desde o início, as faculdades de Filosofia se expandem e se multiplicam enquadrando-se rapidamente os cursos de licenciatura entre os chamados cursos fáceis do nosso ensino superior, em que é fácil entrar e mais fácil ainda sair, em que os custos são baixos e duvidosa a qualidade do ensino. (CANDAU, 1987, p. 32):

Com a promulgação da LDBEN nº. 4.024 em 20/12/1961, fica definido que compete ao Conselho Federal de Educação - CFE estabelecer os currículos mínimos para os cursos de licenciatura. Esta regulamentação está presente no Parecer 292/62 que estabelece que o currículo mínimo dos cursos de licenciatura compreende as matérias fixadas para o bacharelado específico, convenientemente ajustado em sua amplitude e os estudos profissionais que habilitem ao exercício do magistério nos estabelecimentos do ensino médio.

Assim sendo fica evidenciada a permanência da dualidade de organização curricular entre bacharelado e licenciatura.

Na prática, até os anos 70, pouco se avançou com relação à formação pedagógica e às mudanças estruturais ligada ao sistema 3 + 1, isto é, três anos centrados nas disciplinas especializadas, comuns às do curso de bacharelado e um ano (último ano), as disciplinas preparatórias para a docência.

As mudanças ocorridas nos cursos de licenciaturas, ao longo da década de 80 e 90, foram muito mais na direção de reformular os currículos dos cursos sem, entretanto, observar a necessidade de mudança na estrutura que presidia a formação de professores no interior dessas instituições. Desse modo e que permanece, apesar da onda de reformulações, é o modelo 3 + 1.

Em relação a essa questão, Candau (1987, p. 33) observa que a problemática dos cursos de licenciatura é, em termos gerais, praticamente a mesma desde a sua origem nas antigas Faculdades de Filosofia até os nossos dias. A inexistência de uma proposta global unitária e integrada para estes cursos continua a ser assinalada como seu ponto crítico. A questão da articulação entre a formação do conteúdo específico e do pedagógico continua não resolvida. A chamada integração se limita, na grande maioria das vezes, a procurar uma relação mais adequada de sucessão ou concomitância entre essas duas dimensões da formação.

Outra questão que merece reflexão é o fato de que é impossível fazer pesquisa no ensino, o que não é verdade. Dentre as concepções que alimentam e justificam essa idéia pode-se citar: o professor já nasce com inclinações natas para o desenvolvimento da atividade docente. Outra concepção admite a atividade docente como arte e, portanto, como algo que se pauta na intuição, que não passa pelo racional. A última dessas concepções considera que para garantir a formação do docente, deve-se desenvolver neste um sem número de habilidades técnicas.

Gauthier (1998) defende a idéia que o docente é um profissional que se apóia num sólido repertório de conhecimentos, do mesmo modo que outras profissões 'superiores'; que a natureza do seu trabalho é definida em função do entendimento de que o professor atua com e nas relações humanas; que a gestão da sala de aula envolve situações complexas e singulares, onde o futuro professor precisa dominar certas competências e saberes profissionais para agir individual e coletivamente para fazer frente às especificidades de seu trabalho.

Mediante essa questão se faz uma combinação adequada entre o conhecimento da matéria a ensinar e o conhecimento pedagógico e didático de como ensinar.

A teoria não pode ser admitida como único conteúdo constitutivo da formação. De outro lado, a prática destituída de teoria reduz à ação docente a mera execução de receituários. A teoria e prática devem, portanto, ser entendidas como uma fonte relevante e orientadora dos conteúdos da formação.

Nesta perspectiva, referenciar a experiência significa também admitir a prática como um elemento que permite a reflexão sobre esta para reestruturá-la.

Corroborando com essa questão Perrenoud (2002, p. 102) afirma que:

[...] a formação dos professores por meio da pesquisa é, acima de tudo, um método ativo de formação teórica. Mas, sobretudo, é um ponto de entrada em um terreno comum onde a postura científica e a prática podem se unir com a intenção de elucidar alguns fenômenos buscando compreendê-los ou explicá-los melhor, juntando o saber local e o método científico.

Conforme argumenta a autora Maria Helena Galvão Frem Dias da Silva

A construção de professores críticos e reflexivos, de intelectuais engajados e capacitados para a construção da cidadania na sala de aula é um desafio emergente e imprescindível em qualquer tentativa conseqüente de transformação da escola. Favorecer, incentivar, estudar e/ou provocar as condições para que este desenvolvimento ocorra, capacitando os professores para enfrentar estes desafios, é tarefa que a universidade não pode (mais) se furtar. (SILVA, 1998, p. 42).

1.2.2 Ensino Fundamental de nove anos

Constata-se um interesse crescente no Brasil em aumentar o número de anos do ensino obrigatório. A lei nº 4.024, de 1961, estabelecia quatro anos; pelo Acordo de Punta Del Este e Santiago, o governo brasileiro assumiu a obrigação de estabelecer a duração de seis anos de ensino primário para todos os brasileiros, prevendo cumpri-la até 1970. Em 1971, a Lei nº 5.692 estendeu a obrigatoriedade para oito anos. Já em 1996, a LDB sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. Este se tornou meta de educação nacional pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE.

O PNE estabelece que a implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos, deve se dar em consonância com a universalização do atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos.

Porém foi através da Lei nº 11.274/2006 que o Ensino Fundamental de nove anos foi implementado e em 2010, a matrícula de estudantes de seis anos será obrigatória. Pesquisas recentes mostram que 81,7% das crianças de seis anos estão na escola, sendo que 38,9% freqüentam a Educação Infantil, 13,6% as classes de alfabetização e 29,6% já estão no Ensino Fundamental (IBGE, Censo Demográfico 2000).

O objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla.

A maior preocupação do MEC, em matéria divulgada pela Agência Brasil por Armada Ciegliniski, nas palavras do Ministro da Educação, Fernando Haddad “Estamos preocupados com o ritmo de transição do Ensino Fundamental de oito para nove anos. Já superamos 50% dessa migração, mas só faltam dois anos para que o período de transição estabelecido em lei termine”. As escolas têm até 2010 para programar o Ensino Fundamental de nove anos, ou seja, em 2010 todas as crianças com seis anos devem estar matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental.

Os setores populares deverão ser os mais beneficiados, uma vez que as crianças de seis anos da classe média e alta já se encontram majoritariamente incorporadas ao sistema de ensino. A opção pela faixa etária dos 6 aos 14 e não dos 7 aos 15 para o Ensino Fundamental de nove anos segue a tendência das famílias e dos sistemas de ensino de inserir progressivamente as crianças de 6 anos na rede escolar.

A inclusão, mediante a antecipação do acesso, é uma medida contextualizada nas políticas educacionais focalizadas no Ensino Fundamental.

1.3 A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO FORMA DE ORGANIZAR A SOCIEDADE NO SEU DESENVOLVIMENTO

Diversas são as políticas promotoras do desenvolvimento de um país e dentre elas pode-se destacar a política educacional. A educação é considerada por muitos autores e estudiosos como um dos meios de promover o desenvolvimento de um país.

Para tanto é necessário que se tenha um bom nível educacional, pois, permite o desenvolvimento de uma consciência cidadã e contribui para que o indivíduo se torne um membro ativo da sociedade em que vive e do mercado. Sem educação retarda-se o desenvolvimento de novas tecnologias, de novas políticas, enfim, reduz-se a capacidade de inovação. Sem inovação, retarda-se o desenvolvimento de um país.

Adam Smith (1981) incluía a educação como parte do capital fixo, consistindo nas aptidões e habilitações dos membros de uma sociedade que, quando desenvolvidas, fazem reverter a ela seus benefícios.

De acordo com Silva (2007, p. 28), os dados da Pesquisa nacional de Amostragem de Domicílio PNAD/2001 – 2005, realizada pelo IBGE (Tabela 01), demonstram que o nível

educacional da população brasileira não vem apresentando uma melhoria significativa ao longo dos anos. Grande parcela da população ainda se encontra no nível fundamental e não chega a 10% o número total de estudantes no ensino superior. Pode-se verificar também que no ano de 2001, do total de 51.039.449 estudantes, 9,45% estavam no Pré-escolar, 65,65% estavam no Ensino Fundamental, 17,60% no Ensino Médio e 7,30% no Ensino Superior. No ano de 2004 ocorre um aumento no número total de estudantes chegando a 53.067.915, entretanto, ocorre uma queda no percentual de alunos no ensino fundamental chegando a 63,11%. No ano de 2005, ocorre uma redução no número total de estudantes, contudo, é no ensino superior que o número de estudantes encontra sua maior taxa nos últimos cinco anos chegando a 9,96%. Este aumento pode estar associado, dentre outros fatores, às medidas de ampliação de acesso ao ensino superior promovidas pelo Governo Federal em conjunto com as universidades federais e estaduais. Observa-se que, em 2005 não houve acréscimo de estudantes somente no ensino fundamental, reduzindo este número em 3,69%. Por conseguinte, teve-se um acréscimo no Ensino Superior de 2,66%, no Ensino Médio de 0,62% e no Ensino Pré-Escolar de 0,42%.

Tabela 01 – Distribuição dos estudantes segundo nível de ensino Brasil (2001-2005)

Ano	Total	Pré-Escolar	%	Ensino Fundamental	%	Ensino Médio	%	Ensino Superior	%
2001	51.039.449	4.822.953	9,45%	33.504.918	65,65%	8.983.866	17,60%	3.727.712	7,30%
2002	50.559.249	4.821.446	9,54%	32.987.393	65,25%	8.618.607	17,05%	4.131.803	8,17%
2003	51.219.080	4.875.710	9,52%	32.409.674	63,28%	9.277.112	18,11%	4.656.584	9,09%
2004	53.067.915	5.118.356	9,64%	33.491.321	63,11%	9.645.676	18,18%	4.812.562	9,07%
2005	52.062.358	5.138.067	9,87%	32.257.232	61,96%	9.483.646	18,22%	5.183.413	9,96%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD (2001-2005).

Conforme Gráfico 01, houve um pequeno acréscimo em todos os níveis de ensino, no período de 2001 a 2005, exceto no ensino fundamental, que reduziu o número de estudantes em 3,69%, entretanto, é nesse nível que ainda se concentra a maioria dos estudantes brasileiros.

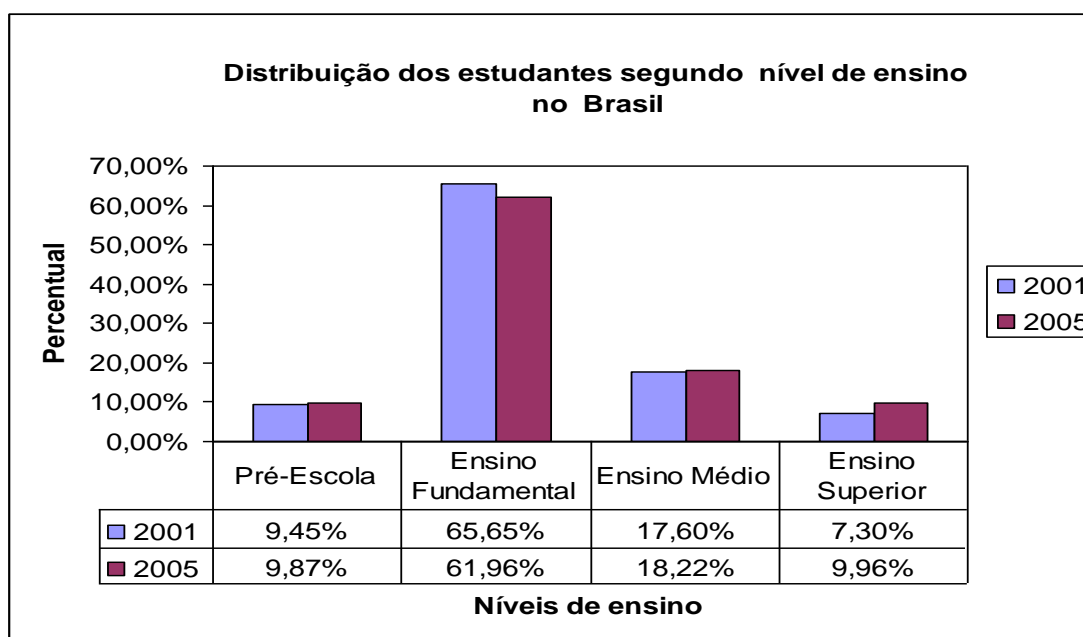


Gráfico 01: Distribuição dos estudantes segundo nível de ensino no Brasil
Fonte: IBGE (2001-2005).

Na visão de Sen (2000), a educação é importante por dar às pessoas oportunidades para enfrentar os desafios que a vida lhe reserva. Trata-se, em si mesma, de uma constituinte do desenvolvimento de uma Nação. Para tanto é de extrema necessidade que a população de um país tenha um bom nível educacional.

Segundo Rego (2000, p. 497) “quanto maior for o grau de qualificação de uma população, maior será o potencial de desenvolvimento de um território”. Daí a importância do maior acesso ao ensino superior e a igualdade de oportunidades.

Já a educação superior é de fundamental importância na formação de uma Nação, pois a universidade deve ter a concepção de que a produção de saberes deve estar democraticamente a serviço de desenvolvimento de nosso país e também da inclusão social. Conforme Chauí (1999), a concepção histórica de universidade não se separa da idéia de uma comunidade de intelectuais e pesquisadores que produz conhecimento e que, nesse processo, forma, compartilha e difunde o saber, desenvolve processos de organização e inovação tecnológica e possibilita o progresso e o desenvolvimento social e econômico de um país.

Percebe-se que a educação além de contribuir para o desenvolvimento do país, serve como forma de inserção social e sua ausência gera desigualdades. Para Romaneli (2005), a educação não é uma tarefa fácil de realizar quando voltada para o desenvolvimento de uma Nação, pois numa realidade como a nossa que se apresenta com muitos desníveis, torna-se bastante complexa. Portanto, há necessidade de se produzir políticas educacionais voltadas

para a democratização do acesso ao ensino superior, com a inserção dos excluídos do processo educativo e a necessidade de que tais políticas reduzam as desigualdades regionais e contribuam para o desenvolvimento do país.

1.4 A ESCOLA E A INSERÇÃO NO ÂMBITO REGIONAL: FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO.

O homem é um ser racional e único capaz de se organizar e viver em sociedade, buscando sempre romper os obstáculos com o propósito de suprir suas necessidades. Mas, para que possa superar as dificuldades ou obstáculos do dia-a-dia, precisa prever suas ações. É por esse ato de prever suas ações, que ele consegue, por meio do planejamento, aquilo que pretende realizar. Assim, para que possa alcançar essa organização dentre as atividades primordiais desenvolvidas por ele próprio, está o ato de planejar, definindo metas e objetivos a serem alcançados e assim constitui-se numa tarefa essencial do seu cotidiano.

Mas afinal, o que é planejar? Respondendo a esta indagação, Padilha nos mostra que planejar, em sentido amplo, é um processo que “visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro” (PADILHA, 2001, p. 63). Nesse sentido, no ato de planejar precisa levar em consideração todas as condições humanas do presente, como também as experiências do passado, e o contexto histórico no qual os objetos estão inseridos, não renegando os pressupostos filosóficos, culturais, econômicos e políticos, como elementos determinantes que envolvem o processo do planejamento.

Na visão de Gandin, (1993) planejar é:

Elaborar → decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessário para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; Executar → agir em conformidade com o que foi proposto e, Avaliar → revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados.

Portanto, planejar significa projetar-se. Planejar é elaborar um plano, considerando as mudanças e o seu contexto, levando-se em conta as dimensões teóricas e práticas para compreender a realidade, criando estratégias, para implementar ações para se atingir metas e objetivos traçados previamente. Precisa-se estabelecer o acompanhamento contínuo,

avaliando-se permanentemente as ações implantadas, de modo a efetivar o monitoramento do sistema.

Segundo Matus (1989, p.28):

Se falo em enfrentar as surpresas com rapidez e eficácia, devo ser capaz de aprender com meus erros e pagar, por eles, apenas o custo necessário. Por conseguinte, devo prever a forma de aprender, oportunamente, com o passado recente e por este conhecimento a serviço dos outros argumentos deste discurso. O quarto argumento baseia-se, portanto, na necessidade da aprendizagem da prática como mediação entre o passado e o futuro.

O planejamento é um conjunto de elementos para se dirigir ao futuro pretendido. Daí o que se quer e como se deseja atingir é que se constitui a substância do planejamento. Na verdade, o planejamento é um processo em movimento contínuo de articulação de ações e o envolvimento de pessoas, contribuindo para fortalecer a cultura organizacional, bem como para educar as pessoas envolvidas no exercício de planejar. Exige pensar a organização estrategicamente, analisando os rumos e o caminho a serem seguidos.

No âmbito do Planejamento Educacional, esta ação pode ser definida como:

[...] processo cotidiano que se preocupa com o 'para onde ir' e 'quais as maneiras adequadas para chegar lá' tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda todas as necessidades da sociedade, quanto às do indivíduo (PARRA apud MENEGOLLA&SANT'ANNA, 1995, p. 14).

De uma forma geral o planejamento se faz necessário como o mecanismo de contemplação de todas as ações que o ser humano venha a desenvolver. Para uma definição melhor deste conceito temos:

Entende-se por planejamento um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original. (MARTINEZ&OLIVEIRA LAHONE apud MENEGOLLA&SANT'ANNA, 1995, p. 18).

Levando-se em consideração as necessidades humanas, o planejamento tem se mostrado como um instrumento eficaz, que deve orientar o homem na busca por mudanças significativas, no que diz respeito às conquistas que deseja alcançar ao longo do tempo. Com o avanço do conhecimento científico, percebe-se, cada vez mais, a necessidade de uma organização metodológica de todas as atividades humanas e para se alcançar os resultados aspirados, se faz necessário uma busca incessante dos mecanismos que possibilitam uma melhor visibilidade dos alvos a serem conquistados.

Segundo Moraes (2003) a expressão desenvolvimento regional, ou local é recente e deriva de duas grandes mudanças nas últimas décadas: a multiplicação de ONGs e aos processos de descentralização em curso que valorizam o local. O termo desenvolvimento territorial (que pode ser estadual, regional, municipal, etc..) indica um conjunto variado de políticas e ações que permitem evidenciar questões relacionadas com os sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento e dos seus atores e espaços de gestão. O desenvolvimento territorial, tanto rural como urbano, está relacionado com o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades das comunidades e com a identidade social e histórica própria e territorialmente delimitada. Já o Desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no final do século XX, pela constatação de que o desenvolvimento econômico precisa levar em conta também o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas a nível global. Isso implica, por exemplo, a gestão equilibrada dos recursos minerais e ecológicos do planeta. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

No entanto, “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”, como sugere Sen (2000, p. 29).

Ora, pensar o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Entretanto, tais liberdades incluem, além das capacidades básicas, as liberdades associadas a ter participação política, oportunidades sociais, segurança, facilidades econômicas e outras. Esse mesmo autor ressalta ainda que as oportunidades sociais são disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, renda e outras que impliquem uma vida melhor para o indivíduo e uma participação mais efetiva em atividades e políticas. Se o desenvolvimento ocorre de forma desigual em todas as regiões do país, não é possível haver um processo de expansão das liberdades e de oportunidades conforme concebido por esse autor.

O planejamento público pode ser entendido como o conjunto sistêmico que busca reduzir as desigualdades sociais e regionais, buscando atender as demandas sociais em todas as escalas (educação, saúde, moradia, etc.), resultando na melhoria das condições de vida da

população. Para obtermos sucesso nas Políticas Públicas Locais devemos contar com a participação da sociedade civil, termos Boa Governança, Capital Social, Identidade e Competitividade Regional. Portanto é importante que os atores sociais se posicionem como parceiros do governo para ambos obterem eficácia em seus planejamentos.

Segundo Furtado (2000, p. 43), [...] a idéia de desenvolvimento se liga intimamente “a de eficiência, de maior racionalidade no comportamento humano, sendo a técnica um simples complemento dos meios naturais de que dispõe o homem para agir”.

O documento síntese do ZEE (2006), apresenta informações importantes sobre o Estado do Acre, dentre elas, destaca-se a Proposta de Desenvolvimento Regional. A seguir, alguns princípios e valores básicos:

Compromisso do Estado para com o desenvolvimento sustentável, com foco, pelo menos em cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial/geográfica e cultural; Compromisso para com a redução da pobreza; Compromisso para com a geração de renda e emprego; Gestão democrática do Estado; Fortalecimento de redes, através do empoderamento dos vários atores sociais e especialmente da comunidade; Compromisso com a educação e com a saúde, de qualidade.

Os objetivos estratégicos propostos para o desenvolvimento regional são:

1. Reduzir as desigualdades sociais;
2. Aumentar a produção e a riqueza social, reduzindo a dependência externa;
3. Melhorar a qualidade do meio ambiente e preservar as fontes de recursos energéticos e naturais;
4. Evitar excessos de aglomerações nos centros urbanos;
5. Evitar conflitos culturais com potencial regressivo em prejuízo da Amazônia.

Os principais resultados esperados, por sua vez, se voltam para:

1. Melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos (educação, saúde, assistência social, segurança, etc.);
2. Modernização na gestão pública e na infra-estrutura das instituições públicas;
3. Que todo cidadão tenha garantido os seus direitos a serviços básicos de qualidade por parte do poder público;
4. Aumento de postos de trabalho e conseqüentemente de renda, através do estímulo à criação de cooperativas e de pequenas empresas com negócios voltados para a vocação do Estado;

5. Maiores investimentos em ciência, tecnologia e inovação, no sentido de aproveitar, de maneira sustentável, a abundância de recursos naturais, atentando para aspectos de qualidade e produtividade;

6. Maiores investimentos em educação e em saúde;

7. Aumentar o índice de desenvolvimento humano - IDH em todos os municípios acreanos;

8. Aumentar o índice de desenvolvimento das famílias - IDF em todos os municípios acreanos³;

9. Reduzir a pobreza no Acre, estimulando a emancipação das pessoas em situação de vulnerabilidade social;

10. Fortalecer as instâncias de poder dos vários atores sociais, principalmente da comunidade (empoderamento), através de fóruns, conselhos, comitês, entre outros mecanismos.

De modo mais específico, os resultados esperados para os quatro setores considerados extremamente importantes são:

1. Educação: redução do analfabetismo (28 % da população é analfabeta); diminuição da distorção idade/série no ensino fundamental (atualmente é de 55%); qualificação contínua de professores da rede pública e redução no índice de abandono e reprovação escolar (ensino fundamental e médio); maiores investimentos em infra-estrutura física, co-financiamento dos municípios para a melhoria da educação infantil.

2. Saúde: maiores investimentos em infra-estrutura física, redução da taxa de mortalidade infantil, co-financiamento dos municípios para a melhoria da atenção básica à saúde; estímulo à permanência de profissionais da área de saúde (médicos, enfermeiros, entre outros) em municípios do interior; garantia da oferta de serviços de saúde de qualidade em todos os municípios do Estado.

3. Saneamento: elevar para 76% (média nacional) o acesso à rede geral de água por parte da população em todos os municípios do Estado (nenhum município deve ficar abaixo da média nacional); aumentar o percentual de cobertura de rede geral de esgoto e fossa séptica para 59,2% (média nacional).

³ Para o cálculo do IDF consideram-se as variáveis: vulnerabilidade infantil, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais das famílias, numa escala que vai de zero a um. Em abril de 2007 o IDF do Acre foi de 0,49, o município de Jordão apresentou o menor índice (0,41) e Rio Branco (capital), o maior (0,52). Fonte: SECIAS, set/2007.

4. Assistência social: aumentar o atendimento às famílias nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; ampliação do Programa Agente Jovem/Centros da Juventude; atender as mulheres em situação de violência doméstica que demandam os serviços da rede de atenção; atender as famílias indígenas em situação de risco nos centros dos municípios do Estado; acompanhar dos egressos das medidas sócio educativas (jovens em conflito com a lei) e suas famílias; inserir todas as famílias do Cadastramento Único que se encontram abaixo da linha da pobreza; no Programa Bolsa Família – PBF; ampliar as entidades beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos; Inserir os jovens em situação de vulnerabilidade social em programas de qualificação profissional; envolver famílias no processo de reabilitação das pessoas com deficiência, ampliar o atendimento à pessoa idosa nos 22 municípios na modalidade de convivência e Centro Dia; Implementar para os adolescentes em medida privativa de liberdade o Plano Personalizado de Atendimento - PPA; Capacitar profissionais integrantes da rede de assistência social com ênfase no SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo)⁴.

É verdade que em alguns municípios do Estado do Acre o IDH encontra-se baixíssimo, porém, é importante refletir o desenvolvimento da região amazônica, que tipo de desenvolvimento se busca e que tipo de desenvolvimento é necessário para esse povo da floresta.

A Senadora Marina Silva escreveu a respeito da reportagem exibida no dia 1º de março de 2009 no Programa Fantástico exibido pela rede globo de televisão. O tema da reportagem foi sobre os municípios últimos colocados no ranking brasileiro do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. Entre eles, Jordão, no Acre. A reportagem falava do alto preço dos produtos vindo de fora e da falta de água tratada e colocava Jordão como campeão de crianças fora da escola e o quarto pior em renda per capita. Um entrevistado, para falar do isolamento do município, dizia que ali chuchu era luxo, quase ninguém sabia o que era chuchu. Segundo a Senadora o tema (não o chuchu), mas o IDH é oportuníssimo para refletir sobre desenvolvimento. Antes é preciso dizer que o Jordão de 2000, base do IDH citado, não é o de hoje. Aliás, o Acre subiu quatro posições, de 21º para 17º no IDH dos Estados entre 2000 e 2005. Vale dizer que Jordão, elevado município só em 1992, vivia uma situação difícil onde faltavam ensino médio, hospital, água potável e a energia elétrica funcionava apenas por algumas horas. Hoje o município dispõe de hospital e eletricidade em tempo integral, a água potável serve 80% do município e, em lugar da única escola, há 54 na zona rural e três na

⁴ Informações obtidas junto à gerência executiva da Secretaria de Assistência Social em ago/2007.

urbana, com excesso de vagas. Os professores recebem o mesmo salário pago em Rio Branco, o mais alto salário inicial do país. A maioria concluiu ou cursa o ensino superior em “campi” avançados da Universidade Federal do Acre. Jordão continua sendo um município pobre, mas aí começa a sua diferença e a da maioria dos municípios amazônicos. Segundo Marina, se chuchu é raro e frutas vindas de fora são caras, a cesta básica não está só no supermercado. Renda baixa ali não implica falta de alimentos de qualidade. Não se come maçã e pêra, mas o açaí, abacaba, o buriti, a banana, o patoá, o milho, a mandioca estão nos quintais, na mata ou são vendidos a preços muito baixos. O peixe custa R\$ 1,00 o quilo.

Segundo Marina Silva (2009),

Ser pobre na Amazônia, quando se conta com os produtos da floresta, não envolve risco de fome ou desnutrição, ao contrário de outras regiões e mesmo da periferia das grandes cidades. O IDH composto de expectativa de vida, educação e renda, é enorme passo à frente do PIB, limitado à dimensão econômica. Busca a qualidade do desenvolvimento. Mas há que avançar na direção da complexidade das sociedades, das comunidades, das culturas, das famílias, agregando outras dimensões e ferramentas para evitar a diluição das diferenças. Que indicadores captariam, de fato, o IDH da Amazônia?

O Brasil quanto ao IDH é mais desigual do que todos os países com IDH superior ao seu. Sua posição no ranking mundial de desenvolvimento caiu da 69ª posição, em 2006, para a 70ª posição, numa lista de 177 países, conforme Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, ficando na frente da China com IDH de 0,777 (81ª posição), Índia com IDH de 0,619 (126ª posição) e Serra Leoa com IDH de 0,336 (177ª posição).

É importante frisar que mesmo caindo uma posição no ranking, a expectativa de vida em anos aumentou de 70,8 para 71,7; a taxa de alfabetização permaneceu em 88,6% e a taxa de matrícula passou de 85,7% para 87,5%. Com relação ao Produto Interno Bruto - PIB também houve um aumento efetivo no ano de 2005 comparando com o de 2004. (Passou PPP US\$ 8.195 para PPP US\$ 8.402), segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008.

1.4.1 Política Educacional no Estado do Acre (Gestão 1999 – 2007)

A partir de 1º de Janeiro de 1999 no Estado do Acre ocorre uma ampla Reforma na Educação com o governo eleito, Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores. Esta Reforma foi conhecida como descentralizadora e democrática, onde a partir desse momento começa a ser implantada uma série de políticas educacionais que passaram a afetar diretamente as atividades dos indivíduos que trabalham na escola. Essas reformas educacionais

implementadas pela atual gestão eleita passa a alterar significativamente as práticas do professor e diretor da escola.

Segundo Santos (2004) políticas públicas ao serem concebidas e transformadas em ações concretas, incorporam formas de trabalho que aos poucos instauram uma nova cultura na escola denominada cultura do desempenho.

Percebe-se que a escola passa a ser vista como um lugar onde os diversos sujeitos não só devem se mobilizar e trabalhar juntos para produzir bons resultados, mas também, responsabilizar-se publicamente, pelo desempenho dos alunos.

Segundo o atual governador, na época Secretário de Educação este processo foi resultado da implantação do Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado de Educação, do Acre que serviu de elo para significativas mudanças na educação pública do Acre (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 120).

Esse novo grupo político ao assumir o governo ano de 1999 encontrou o estado sucateado, com um quadro educacional que apresentava altos índices de reprovação e evasão escolar. Observa-se que no ano de 1999, a defasagem idade-série no Ensino Fundamental (8ª série) apresentava um índice de 57,9% e no Ensino Médio de 64,7%, (INEP, 1999). Hoje esse índice melhorou consideravelmente, alcançando 39,2% no Ensino Fundamental (8ª série) e 50,5% no Ensino Médio (3º ano), (INEP, 2008). Fazendo uma comparação com a região norte no ano de 2007 essa diferença é favorável ao Acre em 10,4%, ocupando o primeiro lugar no ranking na região norte neste indicador. Comparando com o Brasil esse percentual fica em torno de 2,8%, favorável ao Brasil. Em relação ao Ensino-médio, considerando a região norte, verifica-se uma diferença de 14,8% favorável ao Acre e de 7,9% favorável ao Brasil (vide Quadro 01).

Distorção Idade – Série (1999 – 2007)									
EF/EM	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
BRASIL									
8ª série (EF)	49,5%	48,6%	45,7%	43,4%	40,6%	39,3%	36,4%	33,8%	36,4%
3º ano (EM)	50,8%	51,5%	50,8%	50,4%	45,9%	44,4%	42,6%	41,3%	42,6%
NORTE									
8ª série (EF)	63,0%	61,2%	61,1%	60,2%	58,2%	52,3%	49,6%	45,9%	49,6%
3º ano (EM)	72,4%	71,0%	72,6%	70,1%	69,0%	68,3%	65,3%	63,3%	65,3%
ACRE									
8ª série (EF)	57,9%	57,5%	54,0%	52,0%	44,7%	42,3%	39,2%	34,6%	39,2%
3º ano (EM)	64,7%	63,5%	64,4%	58,4%	56,9%	51,4%	50,5%	47,3%	50,5%

Quadro 01: Distorção idade-série / Acre (%) 1999-2007

Fonte: INEP, 2008

Durante o ano de 1999, outros problemas merecem destaque: baixos salários dos professores, plano de carreira defasado, salários atrasados, escolas urbanas e rurais em mal estado de conservação. O Estado do Acre revezava com outros estados brasileiros as últimas posições no *ranking* nacional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

Diante deste quadro, o governo estadual eleito em 1999 inicia várias ações para melhorar a qualidade do ensino. No conjunto das medidas adotadas pelas políticas públicas, vale destacar:

- Descentralização dos recursos financeiros diretamente para as escolas;
- Instituição Legal da Lei nº. 1.513/2003 aprovada em novembro de 2003 que dispõe sobre a gestão democrática do sistema público de ensino do Acre; Percebe-se uma alteração considerável em relação à organização pedagógica e administrativa dos estabelecimentos de ensino, pois em sua estrutura passou a existir apenas o Conselho Escolar e o Diretor (Art. 3º da Lei 1.513/03). A figura do Vice-Diretor deixa de existir e, em seu turno, são criadas três funções de coordenação: a coordenação de ensino, a coordenação pedagógica e a coordenação administrativa;
- Reestruturação da rede física dos prédios escolares;
- Distribuição de mobiliário escolar e de equipamentos, melhoria nas bibliotecas e laboratórios de ciências e de informática;
- Implementação de planos de cargos, carreiras e salários para os professores, com um dos maiores pisos salariais do país para os profissionais com formação em nível superior;
- Qualificação de 2.515 professores leigos (Licenciatura Plena em Pedagogia) e 1.630 professores (Licenciaturas Específicas), e em processo de qualificação, 3.387, sendo que 2.667 são professores da Zona Rural e 720 da zona urbana dos municípios considerados de difícil acesso (Licenciaturas).

Segundo ZEE (2006, p.166-167) é importante salientar que, em 1999, 28,0% da população era analfabeta e dos 6.242 docentes do quadro do Estado, 26,7% tinham curso superior (Censo/MEC/INEP,1999). Com relação à formação dos professores da rede pública de ensino a mudança foi significativa: em 2001, o Estado tinha um total de 11.397 professores, dos quais somente 3.369 tinham curso superior (29,5%); em 2005, do total de 11.729 professores, 7.638 estava no ensino superior (67%), sendo o Estado a fonte financiadora da qualificação dos mesmos.

A informação sobre as taxas de analfabetismo, no Acre, deixa evidente de como o acesso à educação foi colocado em segundo plano durante décadas, sem que houvesse oportunidades para que a população pudesse acessar esse componente fundamental da cidadania.

De acordo com ZEE (2006) a taxa de analfabetismo do Acre era de 25,5% no ano de 1996; em 2000 esse percentual era de 24,5%. Os investimentos feitos entre 2000 e 2005 para que esse quadro fosse alterado foram de R\$ 164,80 milhões em 2000 para R\$ 352,05 milhões em 2005. Vale destacar que nesse período, 57.761 pessoas entre jovens e adultos foram alfabetizadas nos programas promovidos pelo governo.

Os professores que estavam na ativa, desde 1999, foram submetidos a uma série de Programas de Formação Continuada. Alguns deles merecem destaque: PROGESTÃO – Programa de Formação Continuada de Gestão Escolar, com a finalidade de garantir um padrão comum de qualidade na formação de gestores das escolas públicas; GESTAR – Programa de Aprendizagem Escolar, com a finalidade de melhorar o desempenho dos alunos nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa; PORONGA – Programa Especial de Aceleração da Aprendizagem de 5^a à 8^a Séries do Ensino Fundamental, com o intuito de corrigir a distorção idade-série de alunos de 5^a à 8^a séries do Ensino Fundamental e proporcionar uma educação onde o aluno seja capaz de exercer sua cidadania de forma produtiva como sujeito histórico no processo de evolução da vida humana e da sociedade. O Programa ultrapassa barreiras geográficas e alcança 10 municípios do Estado. Dentre os municípios envolvidos destaca-se: Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Brasília, Xapuri, Epitaciolândia, Senador Guimard, Bujari e Plácido de Castro. Segundo Secretaria de Estado de Educação – SEE, o Programa iniciado em 2002, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, já beneficiou mais de 15 mil alunos no Acre, com uma média de 90% de aproveitamento. Eis alguns depoimentos de pessoas envolvidas neste processo.

Andréa Margit representante da Fundação Roberto Marinho em ato solene de colação de grau realizada em 14 de fevereiro de 2009 onde participaram da solenidade 1.200 alunos afirma que “este é um Estado que de fato mostra que a Educação é prioridade”⁵.

⁵ HADDAD, Fernando. *Formação de Professores é modelo no Acre*. Brasília. Matéria escrita por Ionice Lorenzoni. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/tvmec/arquivos/pdf/setec/index.phd?option=com_content&task=view&id=11584> Acesso em: 15 jan. 2008.

A Professora Maria Corrêa, atual Secretária de Educação, afirma que “este é o programa que faz o jovem voltar a acreditar na Educação, onde sua implementação contribuiu para a democratização do conhecimento”⁶.

Já o governador do Estado, Binho Marques, diz que “o PORONGA propicia aos jovens a oportunidade de iniciar o ensino médio com qualidade e realizar seus projetos pessoais e profissionais”.

Segundo dados da SEE o Projeto já atendeu 46 escolas estaduais urbanas em Rio Branco, expandindo suas ações para 30 escolas de 10 municípios do Estado citados anteriormente.



Figura 02: Colação de Grau dos Formandos do Projeto Poronga.
Fonte: Autor Sérgio Vale/ Secom, 2009.

Segundo o MEC, a posição do Acre no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com relação aos outros Estados brasileiros, saltou do último lugar no ano de 2001(27ª lugar) para o 9º lugar, em 2007, superando a média das regiões Norte e Nordeste do País. Observa-se que tais políticas são apontadas como responsáveis pelos avanços da situação educacional do Estado, segundo avaliações realizadas pelo Sistema.

O IDEB, índice calculado com base nos dados de aprovação, reprovação e abandono nas redes de ensino de Estados e Municípios, medidos pelo Censo Escolar do MEC, padroniza

⁶ Ibid.

que, quanto menos tempo o aluno demorar em passar de uma série a outra (menos reprovação), melhor será o desempenho da escola.

Em 2001 o Acre encontrava-se abaixo da média da Região Norte em cinco das seis provas do SAEB. Em 2003, estava acima da média em quatro. No ano de 2005, fazendo uma comparação com os resultados de 2003, os dados do SAEB indicam uma significativa continuidade no avanço da média estadual. Fazendo uma análise na 8ª série do Ensino Fundamental, observa-se um crescimento nas duas provas de conhecimento – Matemática de 224,0 para 224,9 e em Língua Portuguesa de 223,1 para 227,3. Percebe-se que os avanços dos resultados educacionais, concentram-se no Ensino Fundamental. No Ensino Médio, há uma queda na Prova de Matemática de 274,5 para 257,1 e em Língua Portuguesa de 263,1 para 252,6 (SAEB/INEP/MEC). Esta edição do SAEB (2005) traz um resultado emblemático, no contexto das políticas públicas implementadas no processo de reforma educacional do Acre.

Atualmente, o desenho organizacional da SEE apresenta a seguinte estrutura: uma Secretaria Adjunta de Ensino, composta pelas Gerências Pedagógicas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Rural e da Educação Indígena; uma Secretaria Adjunta de Recursos e uma Secretaria Adjunta de Gestão, composta também pelas Gerências de cada modalidade de ensino e responsáveis pelo contato direto com os diretores de escolas.

A gerência de micro-rede intermediadora na relação entre a SEE e as escolas, conta com um profissional com formação superior e especialização em alguma modalidade de ensino, cuja função consiste em identificar e resolver problemas e/ou acionar setores/gerências responsáveis na SEE. Percebe-se que na escola a organização é semelhante: o Diretor (gestor escolar), considerado o grande articulador de todas as políticas determinadas pela Secretaria e peça chave na melhoria e qualidade de ensino; o Coordenador de Ensino, cuja responsabilidade baseia-se na observância dos resultados e índices de qualidade de ensino na escola; o Coordenador Pedagógico, responsável pelo acompanhamento do trabalho dos professores; o Coordenador Administrativo, responsável pela gerência de pessoal e compras, além de outras funções administrativas. Observa-se assim, a presença de regulação interligada à reestruturação do trabalho docente e não docente, ao considerar-se a estrutura organizacional da educação no Estado do Acre.

Lessard (2006) para explicar como vem se configurando o trabalho dos professores e dos diretores nas escolas, argumenta que esse trabalho baseia-se em três modos de regulação (burocrático, mercantil e profissional) que produzem regras, normas e modos de ajustamento das ações dos sujeitos nas escolas.

A regulação burocrática se revela a partir das exigências de eficiência, eficácia e responsabilidade dos professores e dos diretores e do sistema de ensino em produzir resultados do desempenho dos alunos, condicionado estes resultados à distribuição de recursos financeiros.

A regulação mercantil caracteriza-se pela adoção da lógica mercantil nos estabelecimentos escolares promovendo a concorrência entre eles. Percebe-se este tipo de regulação nas reformas educacionais ocorridas no Acre, com o movimento de ranqueamento das escolas, segundo o índice de qualidade dos serviços prestados aos seus discentes e comunidade. O Prêmio Estadual de Referência em Gestão Escolar ilustra esse tipo de regulação, uma vez que tem por finalidade a verificação do desempenho da escola e da aprendizagem dos alunos. Além disso, identifica as escolas que desenvolvem práticas eficazes de gestão. As três escolas finalistas do Prêmio recebem uma premiação em dinheiro, além de um abono salarial de até 20%, no mês subsequente ao evento, para todos os funcionários da escola vencedora. Percebe-se, com isso, a transferência para o setor educacional, de mecanismos e dispositivos de mercado, do setor privado, tais como competitividade, concorrência e excelência gerencial.

A regulação profissional é definida pela cultura e prática profissional composta de um conjunto de normas, valores, princípios e saberes internalizados pelos professores e diretores de escola, cuja referência baseia-se na responsabilidade e na confiança entre estes atores e a sociedade.

Observa-se que esses modelos de regulação se entrelaçam, uma vez que aos professores e diretores de escolas cabem assumir a responsabilidade por todos os problemas ocorridos no processo de escolarização de seus alunos.

Ao desenvolver atividades de estágio, nas escolas da rede pública estadual, com alunos do Curso de Matemática da UFAC, tanto da interiorização como da sede, foi observada a nova cultura de trabalho introduzida nas escolas. Dentre elas podemos destacar várias mudanças: em relação à jornada de trabalho e planejamento, em relação ao controle do trabalho docente, em relação à gestão, em relação ao processo avaliativo e em relação à educação inclusiva.

Com relação à jornada de trabalho e planejamento, o professor tem que fazer uso da carga horária destinada ao planejamento e preparação das aulas, na própria escola, com horário marcado e de forma coletiva, sob a supervisão do coordenador pedagógico, onde selecionam os conteúdos seguindo os Referenciais Curriculares e são estimulados a colocar

dentre as principais preocupações, as matrizes de referência, objeto de avaliações externas sobre a aprendizagem de seus alunos.

Em relação ao controle do trabalho docente, retoma-se o caráter fiscalizador do antigo supervisor escolar, hoje chamado de coordenador pedagógico exercendo a função de controle sobre o ensino e o trabalho do professor. E o coordenador de ensino com a função de municiar o coordenador pedagógico de dados, dentre eles, os indicadores de desempenho dos alunos, disciplinas críticas e não-críticas do processo de ensino.

Em relação à gestão, o trabalho coletivo e participativo vem à tona e os professores são convocados a participarem de outras atividades na escola, como por exemplo, organização de oficinas, gincanas, entre outras.

Quanto aos processos de avaliação, parte principal da reforma educacional, este tem por finalidade regular o trabalho dos docentes para que resultados e metas sejam atingidas.

Na educação inclusiva, os professores trabalham em um contexto e verifica-se a heterogeneidade dos alunos. No caso das crianças com necessidades educacionais especiais, lhes são exigidos conhecimentos e competências específicas, que estão além de sua formação. Cria-se a figura do professor itinerante que dá um suporte ao professor titular para ajudar com esses alunos com necessidades especiais.

Observa-se, também, a ênfase dada às disciplinas de Matemática e Português, pois as mesmas compõem o elenco de disciplinas do exame do Sistema Nacional de Avaliação.

Quanto ao piso salarial dos professores, sofreu um reajuste considerável onde os mesmos foram beneficiados com plano de carreira e aumento real de salários. Segundo (ZEE - Fase II – 2006) o Acre, que estava no fim da lista em termos de benefícios aos professores, hoje está entre os Estados da Federação que melhor os remunera. Em 1999, o piso era de R\$ 675,00 e, atualmente, o piso salarial inicial de R\$ 1.580,00, um dos maiores do Brasil. O Quadro 02, a seguir, demonstra a evolução do piso salarial no Acre.

MÊS/ANO	AÇÃO	PISO R\$	TETO R\$
Maio/1999	Implementação do PCCR	675,00	1.012,50
2000	-	-	-
Fevereiro/2001	Início da implementação do piso salarial de R\$ 1.200,00	806,25	1.209,37
Outubro/2001	Segunda parcela da implementação do piso salarial de R\$ 1.200,00	937,50	1.406,25
Janeiro/2002	Terceira parcela da implementação do piso salarial de R\$ 1.200,00	1.068,75	1.603,12
Maio/2002	Piso salarial de R\$ 1.200,00	1.200,00	1.800,00
Setembro/2003	Promoção de letra		
2004	-	-	-
Março/2005	Piso salarial de R\$ 1.400,00 e ampliação da carreira	1.400,00	2.240,00
Março/2006	Piso salarial de R\$ 1.498,00	1.498,00	2.546,60
Setembro/2006	Promoção de letra		
Janeiro/2007	Piso inicial de R\$ 1.568,00	1.568,00	2.665,60
Janeiro/2007	Piso inicial de R\$ 1.580,00 e ampliação da carreira	1.580,00	3.002,00

Quadro 02: Ações da SEE com Impacto Financeiro.

Fonte: SEE, 2008.

2 O ENSINO SUPERIOR E SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ACRE

2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESTADO DO ACRE

O Estado do Acre, antes território pertencente à Bolívia, foi incorporado ao Brasil em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis. A ocupação do território do Acre inicia-se por volta de 1878, com a chegada dos brasileiros, a maioria nordestinos, numa área ainda indefinida quanto aos limites com a Bolívia e o Peru, visando a exploração econômica da borracha. Os brasileiros criam, na prática, um território independente e exigem sua anexação ao Brasil. Devido à riqueza gerada pelo comércio da borracha, em 1899, a Bolívia ocupa a área, começa a recolher impostos e funda Puerto Alonso (hoje Porto Acre), na tentativa de assegurar o domínio das terras, na época, com o reconhecimento do governo brasileiro.

Os brasileiros se revoltam, e os conflitos só terminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903. Pelo Tratado, o Brasil recebe a posse definitiva da região em troca de áreas no Mato Grosso, do pagamento de dois milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Integrado ao Brasil como território, o Acre é subdividido em Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, este último desmembrado em 1912 para formar o Alto Tarauacá. Unificado em 1920, elege representantes para o Congresso Nacional a partir de 1934. Em quinze de junho de 1962, o presidente João Goulart sanciona lei que eleva o território à categoria de Estado.

O Estado faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e, nacionais, com os Estados do Amazonas e de Rondônia. Sua superfície territorial é de 164.221,36 Km², isto é, 16.422.136,05ha o que corresponde a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional (IBGE, ITERACRE, 2006). A população do estado é de 655.385 habitantes segundo Censo 2007 do IBGE, sendo que 464.680 (70,9%) habitantes estão localizados na zona urbana e 190.705 habitantes (29,1%) localizados na zona rural, onde a taxa de urbanização correspondente a 70,90%. A capital Rio Branco apresenta uma população de 290.639 habitantes: destes 269.505 habitantes estão localizados na zona urbana(92,73%) e 21.134(7,27%) estão na Zona Rural. Conforme a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA - AC, a população indígena do Estado, registrada em 2006, é de 14.318 habitantes, distribuídos em 161 aldeias. Vale ressaltar a importância de sempre manter atualizados os dados populacionais na medida em que constitui uma das principais variáveis a serem consideradas

na formulação das políticas públicas e repasse de verbas aos municípios. Conforme o IBGE-AC a divisão territorial do Acre é constituída de duas Mesorregiões: Mesorregião do Vale do Acre e a Mesorregião do Vale do Juruá. A Mesorregião do Vale do Acre compreende as Regionais Purus, Baixo Acre e Alto Acre. A Mesorregião do Vale do Juruá compreende as Regionais Juruá e Tarauacá-Envira. A Regional do Purus compreende os municípios de Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira. A Regional Baixo Acre compreende os municípios de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco (capital) e Senador Guimard. A Regional Alto Acre compreende os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. A Regional do Juruá compreende os municípios de: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves. A Regional Tarauacá-Envira compreende os municípios de Feijó, Jordão e Tarauacá. Verifica-se, portanto, que a divisão territorial do Acre é composta de vinte e dois municípios.

A população destes municípios é composta de vários grupos indígenas, brasileiros de várias regiões, principalmente do nordeste e estrangeiros, dentre eles os sírios e libaneses.

Os principais rios que banham o estado são o rio Acre, Amônia, Envira, Humaitá, Iaco, Juruá, Tarauacá, Xapuri.

A economia acreana se baseia no agro-extrativismo, na pecuária e na indústria madeireira.

2.2 A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL NO ESTADO DO ACRE

A criação da Universidade Federal do Acre ocorreu num momento de amadurecimento da consciência crítica dos educadores e do governo, que perceberam ser inviável, a partir daquele momento, a promoção de um desenvolvimento humano sem embasamento educacional. Dentre os motivos que levaram à sua criação, Souza (2006, p. 17) destaca como um dos mais fortes a transformação de Território Federal para Estado, em 1962. Ainda conforme Souza (2006, p. 13-14) os vários problemas que o atual Estado enfrentava eram os seguintes:

- Inexistência de técnicos e especialistas nas áreas mais urgentes a saber: Agricultura, Saúde, Educação, Planejamento, Administração e Economia.
- A mão de obra especializada necessária para prover de condições mínimas os mecanismos de planejamento, administração, ensino, tinha que ser importada de outros estados, com duas implicações: os técnicos e o pessoal de nível superior, como é o caso de médicos, educadores, agrônomos, veterinários, economistas, somente se deslocariam para essas regiões mais afastadas dos centros desenvolvidos mediante motivação financeira compensadora; o Estado não tinha condições de

oferecer uma remuneração suficientemente atrativa para equipar todos os setores, cujas direções exigiam preparo especializado, com pessoal de outros lugares.

2.2.1 Os primeiros cursos - A Faculdade de Direito em 1964 e A Faculdade de Ciências Econômicas em 1968

O início da Universidade Federal do Acre remonta à criação da Faculdade de Direito, em 25 de março de 1964, através do Decreto Estadual nº 187, publicado no Diário Oficial do Estado, em 04 de abril do mesmo ano. A sua regulamentação se deu pela Lei Estadual nº 15, de 08 de setembro de 1964, cuja publicação no Diário Oficial do Estado ocorreu no dia 12 de setembro do ano mencionado.

Pela Resolução nº 02, do Conselho Federal de Educação, de 30 de dezembro de 1964 e Decreto Estadual nº 175, de 12 de agosto de 1965, publicado no Diário Oficial do Estado, de 17 de agosto de 1965, foi autorizado o seu funcionamento. O reconhecimento da referida Faculdade somente aconteceu em 04 de setembro de 1970, pelo Parecer nº 660, do Conselho Federal de Educação e pelo Decreto Presidencial nº 67.534, de 11 de novembro de 1970.

Segundo Farias (2003, p. 96-97) na escolha de um curso para implantação, não esteve em pauta uma proposta de educação que possibilitasse uma melhor compreensão da realidade social e econômica, nem uma intervenção técnica que melhorasse a produção da borracha e de outros produtos agrícolas do Estado. Optou-se por um curso que melhor serviria aos interesses dominantes locais, pois, pela tradição do bacharelismo, o Curso de Direito era o instrumento, por excelência, para a formação dos futuros dirigentes do país.

Farias (2003, p.97-98) afirma, ainda, que:

[...] Os interesses em jogo do momento não eram os da sociedade acreana pobre e analfabeta, mas os dos seringalistas arruinados economicamente e de alguns comerciantes e políticos que organizados em torno de partidos, visavam ocupar cargos públicos para, tirar proveito econômico e prestígio político. [...] o curso de Direito foi escolhido para satisfazer as exigências e interesses da burocracia local.

A elite acreana não estava nem um pouco preocupada com a educação da classe oprimida do Estado, senão teria criado cursos que formassem educadores para atuar nos diversos níveis de ensino da rede pública e posteriormente contribuir para a redução do número de analfabetos e para a elevação do nível cultural da população. O fato é que os dirigentes do Estado da época não tinham nenhum compromisso com uma educação capaz de elevar o nível cultural das massas. Segundo Farias, (2003, p. 98) é importante destacar que:

[...] O número de inscritos no concurso vestibular realizado para o preenchimento das vagas da primeira turma: o número de candidatos foi inferior ao

número de vagas, fato que nos faz pensar que o curso buscava apenas beneficiar uma elite. Um fato interessante é que do total de alunos que compunha a primeira turma de calouros, quase metade estava em pleno exercício profissional na burocracia estatal e tinha idade superior a quarenta anos. Eram profissionais que já possuíam cargo na administração pública e necessitavam de um diploma de curso superior para justificar a função que ocupavam.

Depois da Faculdade de Direito criou-se a de Ciências Econômicas, através da Lei Estadual nº 165, de 13 de setembro de 1968, cuja publicação no Diário Oficial do Estado ocorreu em 24 de setembro de 1968. O seu funcionamento foi autorizado pela Resolução nº 16, de 06 de junho de 1968, do Conselho Estadual de Educação, publicada no Diário Oficial do Estado, em 02 de dezembro de 1968. O seu reconhecimento foi instituído pelo Parecer nº 1.855, de 04 de junho de 1975, do Conselho Federal de Educação e pelo Decreto nº 76.133, de 14 de agosto de 1975, cuja publicação no Diário Oficial da União se realizou em 15 de agosto do mesmo exercício.

2.2.2 A criação do Centro Universitário do Acre em 1970 e a federalização da Universidade em 1974

A implantação dos Cursos de Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia e Matemática e ainda, do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais resultou na criação do Centro Universitário do Acre, instituído através da Lei Estadual nº 318, de 03 de março de 1970.

O Centro Universitário do Acre foi transformado em Universidade do Acre pela Lei Estadual nº 421, de 22 de janeiro de 1971, sob regime de Fundação. A partir dessa época, passaram a integrar a Universidade a Faculdade de Direito, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Educação, O Instituto de Letras, O Instituto de Ciências Humanas e o Instituto de Ciências Exatas.

A federalização da Universidade do Acre contribuiu não só para o fortalecimento e desenvolvimento do Estado do Acre. Através da Lei nº 6.025, de 05 de abril de 1974, a Universidade do Acre passou à Universidade Federal do Acre regulamentada pelo Decreto-Lei nº 74.706 de 28 de outubro de 1974. Nessa época, a UFAC contava com os seguintes cursos: Direito, Economia, Pedagogia, Letras, Estudos Sociais e Matemática.

Em 1973 foram criados os cursos de Tecnologia em Ciências Agrárias - Modalidade Heveicultura; Tecnologia da Construção Civil - Modalidade Edificações; Tecnologia da Construção Civil - Modalidade Estradas e Topografia e o Curso de Ciências.

2.2.3 A Universidade Federal do Acre e o início da política de interiorização do ensino de graduação em 1973

A primeira etapa do Programa de Interiorização, que compreende os anos de 1973 a 1999, atendeu uma média de 3.215 alunos, nos cursos de Ciências, Letras, Estudos Sociais, Pedagogia, História e Geografia, estes nos municípios do Vale do Acre. No Vale do Juruá o Programa atendeu uma média de 1.065 estudantes. No período de 1989 a 1993 atendeu aproximadamente 1.800 alunos, nos cursos regulares de Letras e Pedagogia, no município de Cruzeiro do Sul. Esses cursos tinham entrada anual de alunos. No ano de 1976 foram atendidos em média 200 alunos, com os cursos de Ciências, Letras, Estudos Sociais e Pedagogia, nos municípios de Guajará Mirim - RO; em 1999, com os cursos de Letras e História, no município de Boca do Acre - AM, 150 alunos.

A interiorização da UFAC, que iniciou em 1973, com a implantação dos Cursos de Licenciatura de 1º Grau - Regime Parcelado - em Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Ciências, no intuito de qualificar os professores dos municípios do interior do Estado (Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira, Xapuri e Brasiléia), também contou com a parceria da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, para a realização de cursos em Rio Branco, nos períodos de recesso escolar.

Dando continuidade à política de interiorização, em 1976, mais um convênio era assinado com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, visando a qualificação de professores do interior. Esta experiência na UFAC serviu de orientação para que o Conselho Federal de Educação recomendasse à Secretaria de Educação do então território de Rondônia firmar convênio em parceria com a UFAC, na efetivação dos cursos de Licenciatura Curta em Pedagogia, Estudos Sociais, Letras e Ciências, em Guajará Mirim - RO, tendo seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 2.690/77 e Decreto Federal nº 81.262, de 30 de janeiro de 1978.

Em 1980, a Universidade Federal do Acre elaborou novo Projeto para oferta de Cursos de Graduação - Regime Parcelado - em Xapuri e Cruzeiro do Sul, atendendo aos municípios circunvizinhos, visando à qualificação dos professores da Educação Básica, em parceria com a SUDAM, Secretaria de Educação do Estado e das Prefeituras daqueles municípios.

2.2.4 A departamentalização no contexto da reforma universitária

A partir de 1979, a estrutura acadêmica da UFAC passou a contar com Departamentos Acadêmicos, sendo criadas e implantadas as seguintes unidades: Departamento de Ciências Agrárias e Tecnológicas, Departamento de Geografia e História, Departamento de Educação, Departamento de Direito, Departamento de Ciências da Saúde, Departamento de Ciências da Natureza, Departamento de Matemática e Estatística, Departamento de Letras, Departamento de Economia, Departamento de Educação Física e Desportos, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. Depois houve o desmembramento de dois destes Departamentos Ciências Agrárias e Tecnológicas e Geografia e História, resultando nos Departamentos de Ciências Agrárias, Geografia, História e na criação do Departamento de Engenharia Civil. Posteriormente, outros departamentos foram criados, totalizando 13 (treze) Departamentos Acadêmicos: Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências da Natureza, Direito, Economia, Educação, Educação Física e Desporto, Engenharia Civil, Filosofia e Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Matemática e Estatística. Com a aprovação, em 2004, do novo estatuto da UFAC, esses Departamentos passaram por uma fase de reestruturação passando a constituir seis Centros Acadêmico-administrativos no Campus de Rio Branco: o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), o Centro de Ciências Biológicas e da Natureza (CCBN), o Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) e o Centro de Educação, Letras e Artes (CELA), o que somente veio a se efetivar em janeiro de 2008.

2.2.5 A Criação do Colégio de Aplicação

O Colégio de Aplicação, inicialmente destinado ao ensino de 1º Grau, foi criado através da Resolução nº 22, de 11 de novembro de 1981, do Conselho Universitário, com autorização de funcionamento através da Portaria nº 15, de 21 de julho de 1983, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura. Teve seu reconhecimento e aprovação do regime escolar pela Portaria nº 36, de 25 de novembro de 1985 daquela Secretaria.

O ensino de 2º Grau foi instituído através da Resolução nº 11, de 11 de novembro de 1991, do Conselho Universitário, e teve sua implantação a partir de março de 1992. Seu reconhecimento se deu através da Portaria nº 143, de 20 de março de 1995, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto.

2.2.6 A expansão do ensino superior

Em 1982, a Universidade Federal do Acre criou o Curso de Engenharia Agrônômica (Bacharelado), através da Resolução nº 04, de 12 de maio de 1982, do Conselho Universitário, sendo reconhecido pelo Parecer n.º 896/90, de 08 de novembro de 1990, do então Conselho Federal de Educação, conforme Portaria 444, de 18/03/1991, publicada no Diário Oficial da União em 19/03/1991. Nesse mesmo ano, foram criados os Cursos de Ciências - Licenciatura de 1º Grau, Geografia - Licenciatura Plena e Bacharelado, História - Licenciatura Plena e Bacharelado.

Em 1991, foram criados os Cursos de Educação Física - Licenciatura Plena e Bacharelado, Ciências Biológicas - Licenciatura Plena e Ciências Sociais - Licenciatura Plena e Bacharelado (implantado), com as habilitações em Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

No ano de 1993, a Universidade Federal do Acre implantou os Cursos de Engenharia Civil – pela Resolução nº 05, de 23 de julho de 1993, do Conselho Universitário e Letras/Vernáculo - Licenciatura Plena, pela Resolução nº 09, de 29 de setembro de 1993, do Conselho Universitário. A implantação dos referidos cursos ocorreu no ano de 1994.

Em 1995, surgem os Cursos de História - Licenciatura Plena e Bacharelado, em horário noturno, através da Resolução nº 10, de 02 de outubro de 1995, do Conselho Universitário e o curso de Análise de Sistemas - Bacharelado, através da Resolução nº 16, de 02 de outubro de 1995.

Em 1999, a universidade cria o Curso de Engenharia Florestal - Bacharelado, através da Resolução nº 16, de 10 de julho de 1999, do Conselho Universitário. A homologação deste primeiro documento se deu através da Resolução nº 51, de 25 de agosto de 1999, do Conselho Diretor da Universidade Federal do Acre. A implantação do curso ocorreu no segundo semestre de 2000, tendo seu reconhecimento através da Resolução nº 09, de 27 de abril de 2006.

Para o vestibular 2000, dentre os cursos existentes no Campus de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, através da Resolução nº 27, de 15 de setembro/99, da Reitoria, houve ampliação de 90 vagas iniciais, que foram distribuídas da seguinte forma: Pedagogia - sede (ampliação de 10 vagas, ficando um total geral de 50 vagas), Letras - Português/Espanhol (ampliação de 10 vagas, ficando um total de 40 vagas), Ciências (ampliação de 10 vagas, ficando um total de 40 vagas), Engenharia Agrônômica (ampliação de 15 vagas, ficando um total de 50 vagas), História/Diurno (ampliação de 10 vagas, ficando um total de 50 vagas),

Engenharia Civil (ampliação de 10 vagas, ficando um total de 40 vagas), Economia (ampliação de 05 vagas, ficando um total de 45 vagas). Para os cursos ofertados em Cruzeiro do Sul: Pedagogia (ampliação de 10 vagas, ficando um total de 50 vagas), Letras Português/Literaturas de Língua Portuguesa (ampliação de 10 vagas, ficando um total de 40 vagas). (Relatório de Atividades - Pró-Reitoria de Graduação - quadriênio 1996/2000).

No ano de 2000, foram dados os primeiros passos para a criação e implantação do Curso de Medicina da Universidade Federal do Acre, inclusive visita da Comissão Verificadora das condições de oferta do referido Curso. Criado pela Resolução, nº 17, de 29/11/2001, do Conselho Universitário - CONSU e autorizado o seu funcionamento pela Portaria - MEC nº 763, de 20/03/2002. O curso foi reconhecido pela Portaria SESU/MEC nº 1.083, de 28/12/2007. Sua implantação ocorreu no primeiro semestre de 2002.

Ainda em 2000, foram criados os Cursos de Licenciatura em Física e Química. Criados através da Resolução nº 26, de 11 de agosto de 2000, da Reitoria e aprovados respectivamente pelas Resoluções: nº 27, de 22/08/2004 (Curso de Física) e nº. 26, de 22/08/2004 (Curso de Química) do CONSU/UFAC. Também neste ano, foi criado o Curso de Comunicação Social/jornalismo (bacharelado). Seu ato de criação se deu através da Resolução nº 20, de 24/10/2000, tendo suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2001.

No ano de 2005 foram criados os Cursos de Licenciatura Plena em Música e Licenciatura Plena em Artes Cênicas: Teatro. Os cursos tiveram seu início no 2º Semestre de 2006. O Curso de Licenciatura Plena em Música foi criado pela Resolução nº 21, de 06 de dezembro de 2005, da Reitoria e homologada pela Resolução nº 10, de 27 de abril de 2006 - CEPEX; o Curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas: Teatro, pela Resolução nº. 22, de 06 de dezembro de 2005, da Reitoria e homologada pela Resolução nº 11, de 27 de abril de 2006.

Para cumprir as metas do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades - REUNI cria-se para, o ano de 2008 (a partir do segundo semestre), os cursos de Licenciatura em Filosofia e Gestão em Saúde Coletiva e para o ano de 2009 os cursos de Medicina Veterinária e Nutrição (Segundo Semestre de 2009).

Em 2009, a UFAC ofertou 42 cursos de graduação - 1.970 vagas, distribuídas no Campus de Rio Branco e no Campus de Cruzeiro do Sul, a saber: No Campus de Rio Branco – 1) Direito (Bacharelado); 2) Economia (Bacharelado); 3) Pedagogia/Vespertino (Licenciatura); 4) Matemática (Licenciatura); 5) Letras Português e Literatura da Língua Portuguesa (Licenciatura); 6) Enfermagem (Bacharelado); 7) Geografia (Licenciatura); 8)

História/Diurno (Licenciatura); 9) Engenharia Agrônômica (Bacharelado); 10) Letras Inglês e Literatura da Língua Inglesa (Licenciatura); 11) Letras Francês e Literatura da Língua Francesa (Licenciatura); 12) Educação Física (Bacharelado); 13) Educação Física (Licenciatura); 14) Ciências Biológicas (Licenciatura); 15) Ciências Sociais (Bacharelado); 16) Geografia (Bacharelado); 17) Engenharia Civil (Bacharelado); 18) História/Noturno (Licenciatura); 19) Sistema de Informação (Bacharelado); 20) Engenharia Florestal (Bacharelado); 21) Comunicação Social/Jornalismo (Bacharelado); 22) Medicina (Bacharelado); 23) Química (Licenciatura); 24) Física (Licenciatura); 25) Música (Licenciatura); 26) Artes Cênicas: Teatro (Licenciatura); 27) Letras Espanhol e Literatura Hispânica (Licenciatura); 28) História (Bacharelado); 29) Filosofia (Licenciatura); 30) Saúde Coletiva (Bacharelado); 31) Medicina Veterinária (Bacharelado); 32) Nutrição. No Campus de Cruzeiro do Sul: 1) Letras/Português (Licenciatura); 2) Letras/Inglês (Licenciatura); 3) Pedagogia/Noturno (Licenciatura); 4) Engenharia Florestal (Bacharelado); 5) Ciências Biológicas (Bacharelado); 6) Enfermagem (Bacharelado), 7) Letras Espanhol (Licenciatura), 8) Ciências Biológicas (Licenciatura), 9) Engenharia Agrônômica, 10) Formação Docente para Indígenas (Licenciatura). Cinco cursos de pós-graduação *stricto-sensu*: 1) Mestrado em Letras; 2) Mestrado em Desenvolvimento Regional; 3) Mestrado em Produção Vegetal; 4) Mestrado em Ecologia e Manejo dos Recursos Naturais; 5) Mestrado em Saúde Coletiva. Dois cursos de pós-graduação *lato-sensu*, a saber: 1) Segurança Pública e Complexidade; 2) Homeopatia. Sete cursos de licenciaturas em andamento do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – PROFIR e PROEFE e um Curso de Bacharelado em Economia em andamento do Programa Especial de Graduação - PROECO, atendendo à clientela das redes públicas do Estado e municípios.

Das muitas ações que a Instituição Federal de Ensino Superior - IFES vem desenvolvendo, encontram-se a formação qualificada de profissionais em nível de Graduação, Pós-Graduação e Formação Continuada em cursos de extensão, programas de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e a formação de alunos do Ensino Fundamental e Médio realizada no Colégio de Aplicação vinculado à mesma.

2.2.7 O fortalecimento da política de interiorização do ensino de graduação

A interiorização da Universidade Federal do Acre se fortalece e se consolida com a criação e implantação no Município de Cruzeiro do Sul, do Curso Regular de Letras/Vernáculo e Letras/Inglês, através da Resolução nº 03, de 29 de março de 1989, do

Conselho Universitário. Seu reconhecimento ocorreu através do Decreto nº 76.800/75, de 15 de dezembro de 1975 e de acordo com o Parecer nº 719, de 05 de dezembro de 1991, do então Conselho Federal de Educação, que estendeu aos cursos ministrados fora da sede da Universidade Federal do Acre os dispositivos legais de reconhecimento dos cursos oferecidos na Sede.

Em 1990, através da Resolução nº 02, de 11 de abril de 1990, do Conselho Universitário foi criado o Curso de Letras - Licenciatura Plena, no município de Brasiléia, tendo seu reconhecimento obedecido à mesma legislação anterior citada. Ainda, em 1990, através da Resolução nº 02, de 11 de Abril de 1990, foi criado e implantado, nos Municípios de Xapuri e Tarauacá, o Curso de Pedagogia - Licenciatura Plena, o qual foi reconhecido através do Decreto nº 76.851/75 e de acordo com o Parecer nº 719, de 05 de dezembro de 1991, do então Conselho Federal de Educação.

Em 1991, através da Resolução nº 10, de 30 de outubro de 1991, do Conselho Universitário, foi criado e implantado, no Município de Feijó, o Curso de Letras - Licenciatura Plena - Regime Parcelado, e reconhecido através do Decreto nº 76.851/75 e de acordo com o Parecer nº 719, de 05 de dezembro de 1991, do então Conselho Federal de Educação. No mesmo ano, através da Resolução nº 10, de 30 de outubro de 1991, do Conselho Universitário, foi criado o Curso de Pedagogia - Licenciatura Plena - Regime Parcelado, no Município de Sena Madureira, reconhecido através do Decreto nº 76.851/75 e de acordo com o Parecer nº 719, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

Em 1991, foi criado e instalado, no Município de Cruzeiro do Sul, através da Resolução nº. 05, de 18 de agosto de 1992, do Conselho Universitário, o Curso de Pedagogia - Licenciatura Plena, em caráter regular, cujo reconhecimento ocorreu através do Decreto nº. 76.851/75 e de acordo com o Parecer nº. 719, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

Em 1994, atendendo à política de interiorização da Graduação que a Universidade Federal do Acre desenvolvia, foram oferecidos cursos de graduação nos seguintes municípios:

Tarauacá: Curso de Letras - Licenciatura Plena, criado pela Resolução nº 10, de 13 de outubro de 1994 e reconhecido através do Decreto nº 76.851, de 18 de dezembro de 1975, e de acordo com o Parecer nº 719/91, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

Brasiléia: Curso de Geografia - Licenciatura Plena em regime modular, criado através da Resolução nº 12, de 26 de outubro de 1994, do Conselho Universitário,

reconhecido através do Decreto Presidencial nº 83.151, de 22 de fevereiro de 1979 e de acordo com o Parecer nº 719/91, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

Xapuri: Curso de História - Licenciatura Plena, em regime modular, criado através da Resolução nº 11, de 13 de outubro de 1994, do Conselho Universitário, o qual foi reconhecido pelo Decreto nº 83.151, de 22 de fevereiro de 1979 e de acordo com o Parecer nº 719, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

Em 1996, dando continuidade à política de interiorização do ensino de graduação, a Universidade Federal do Acre firmou outro convênio com o Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, criando e instalando os seguintes cursos de graduação nos seguintes municípios:

Plácido de Castro: Curso de Pedagogia - Licenciatura Plena, em regime parcelado, criado através da Resolução nº 01, de 26 de fevereiro de 1996, da Reitoria, reconhecido pelo Decreto nº 76.851/75 e de acordo com o Parecer nº 719/91, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

Feijó: Curso de História - Licenciatura Plena, em regime modular, criado através da Resolução nº 01, de 26 de dezembro de 1996, da Reitoria, reconhecido através do Decreto Presidencial nº 83.151, de 22 de fevereiro de 1979, e de acordo com o Parecer nº 719/91, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

Sena Madureira: Curso de Letras - Licenciatura Plena, em regime parcelado, criado através da resolução nº 01, de 26 de fevereiro de 1996, reconhecido pelo Decreto nº 76.800, de 15 de dezembro de 1975 e de acordo com o Parecer nº 719/91, de 05 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Educação.

A Segunda etapa do Programa de Interiorização pode ser considerada como um momento especial para as comunidades interioranas, que a UFAC, através de convênio firmado com o Governo do Estado do Acre e Prefeituras Municipais, se fez presente em nove municípios-pólos e atendendo a 16 municípios, com a oferta de 1.857 vagas para qualificação de professores da Educação Básica das redes de ensino Estadual e Municipal, sendo o excedente destas vagas, remanejado para a comunidade.

Em 19 de abril de 2000, foi assinado um novo convênio com o Governo do Estado do Acre, em parceria com as prefeituras de Acrelândia, Assis Brasil, Bujari, Brasiléia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Plácido de Castro, Jordão, Etipaciolândia, Manoel Urbano, Sena

Madureira, Feijó, Tarauacá, Senador Guiomard, Porto Acre, Xapuri e Rio Branco. O atual convênio intitulado Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica (Quatro últimas séries do Ensino Fundamental: 5ª a 8ª Séries; Ensino Médio), envolve os seguintes Departamentos Acadêmicos: Ciências da Natureza, Ciências da Saúde, Educação, Educação Física e Desporto, Filosofia e Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Matemática. Os cursos oferecidos são os seguintes: Biologia, Educação Física, Geografia, História, Letras e Matemática. A sua implantação, em regime modular, ocorreu em 01 de fevereiro de 2001, através da Resolução nº 23, de 03 de agosto de 2000 aprovada "ad referendum" do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Acre e foi homologada através da Resolução nº. 33, de 15 de dezembro de 2000, do mesmo Conselho.

Indo além das fronteiras do Estado, a UFAC se faz presente também, no vizinho município de Boca do Acre - AM, onde atendendo aos anseios daquela comunidade e pleito do Prefeito municipal, firmou convênio UFAC/Prefeitura Municipal de Boca do Acre - Amazonas, para implantação de 03 (três) cursos de licenciaturas: História, Letras/Espanhol e Letras/Inglês, tendo como objetivo específico a qualificação dos profissionais do ensino básico, a expansão e democratização do ensino de 3º grau e, finalmente, propiciar à comunidade o acesso à Universidade.

Desta forma, através da Resolução nº 24, de 03 de agosto de 2000, da Reitoria, foi aprovado "ad referendum" do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, os Cursos de Licenciaturas Plenas em História (50 vagas) e Letras-Português/Inglês (40 vagas) e Português/Espanhol (40 vagas), os quais foram ministrados em regime modular. É importante lembrar que o processo seletivo ocorreu no mês de maio de 2000, com seleção de 130 (cento e trinta) candidatos conforme previa o projeto de criação. A implantação desses novos cursos ocorreu também em 01 de fevereiro de 2001.

Em 04 de outubro de 2000, a Assembléia Departamental do Departamento de Educação aprovou o Projeto Pedagógico do Curso Modular de Licenciatura em Pedagogia para Professores da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª Séries). O plano de criação desse Curso Modular foi aprovado através da Resolução nº 18, de 15 de dezembro de 2000, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Acre, conforme o artigo 7º, inciso XX, do Estatuto deste Conselho. A criação foi autorizada através da Resolução nº 09, de 21 de dezembro de 2000, do Conselho Universitário, e homologado através da Resolução nº 33, de 29 de março de 2001, do Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal do Acre.

Em 01 de fevereiro de 2001, inicia-se o Programa Especial de Formação de Professores para o Ensino Básico – Licenciaturas Específicas objeto de estudo.

No ano de 2005 a Universidade Federal do Acre assinou convênio com o Governo do Estado do Acre, para a execução de dois novos Programas de Formação de Professores, desta feita para qualificação dos professores que atuam na rede Estadual e Municipal de ensino da Zona Rural e professores lotados nas escolas dos municípios de difícil acesso, estes, até então, não contemplados com cursos de graduação em razão do isolamento regional.

Os mencionados Programas foram aprovados através da Resolução nº 03, de 22 de fevereiro de 2006, da Reitoria, homologados pela Resolução nº 12, de 25 de julho de 2006, do CEPEX e o processo seletivo ocorreu no início do ano de 2006.

Ainda, em 2006, outro convênio foi assinado com o Governo do Estado do Acre/SEE-AC para a execução do Programa Especial de Bacharelado em Economia, regime modular, para uma clientela de Portadores de Diploma de Ensino Médio, aprovado pela Resolução nº 03-A, de 29 de junho de 2006, da Reitoria, a ser oferecido em 15 (quinze) municípios do Estado.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ATRAVÉS DA UFAC E PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em um contexto sócio-econômico-cultural dinâmico, complexo e em constante transformação, delineado pelo surgimento da sociedade da informação, são grandes as necessidades geradas, bem como as competências e habilidades exigidas, tanto na construção do exercício profissional, como na construção da cidadania para agir e interagir de forma criativa, dinâmica e transformadora. Isto impõe a necessidade de se garantir o pleno direito a todos os cidadãos à formação integral fazendo com que o poder público opere políticas de expansão da oferta de ensino nos diversos níveis.

É da natureza do ensino superior a formação técnica e qualificada de profissionais, bem como a produção e a difusão de conhecimentos científicos. Diante disso torna-se mais urgente a expansão da Educação Superior, tanto por apresentar um déficit histórico no processo da democratização da educação, como por estar atribuindo a este um papel específico.

A necessidade da expansão da educação superior do País segundo o Plano Nacional de Educação constitui-se em recurso estratégico para a promoção do desenvolvimento social, político e econômico do país, valorizando a participação dos seus cidadãos.

Atualmente são crescentes as parcerias firmadas entre Universidade, Governo do Estado – SEE-AC e Prefeituras para a elevação do desenvolvimento no Estado do Acre.

A Universidade Federal do Acre tem um papel importante na promoção do desenvolvimento regional e hoje tem uma condição privilegiada por ser a única instituição que se encontra presente nos seus 22 municípios. Sendo uma instituição voltada para o ensino, à pesquisa e à extensão, poderá adotar várias estratégias, que podem compreender metas mais ousadas no sentido de mudar a realidade do Estado, de forma a contribuir para seu desenvolvimento nas suas várias dimensões.

A UFAC busca constituir-se em uma referência no contexto da educação, da ciência, da cultura e da tecnologia, através da capacitação profissional, realização de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, promovendo a sua extensão em parcerias com o Governo Federal, Estadual, Prefeituras Municipais, entidades e organizações da sociedade civil, como forma de participar do processo de desenvolvimento regional. (UFAC/Relatório de Gestão 2006, p. 06).

Neste contexto, a Universidade Federal do Acre, assume fundamental importância como instituição de ensino, pesquisa e extensão e deverá buscar a mudança da concepção e mentalidade da comunidade acadêmica e da sociedade. Porém, é preciso alterar a tradição de isolamento da universidade em relação à sociedade, aos governos e aos setores produtivos regionais, por meio de uma nova forma de se construir a concepção e implementação de políticas públicas pela negociação com o poder político e econômico regional, de modo a representar os verdadeiros anseios da população amazônica em relação à busca de melhores +-condições de vida e oportunidades de trabalho. Para tanto, é necessário mudar a mentalidade institucional, começando por promover intercâmbio entre os departamentos, universidades de países vizinhos, promovendo pesquisas interdisciplinares, encontros de discussões com objetivos de ajudar a comunidade a descobrir meios que proporcionem o desenvolvimento local.

A UFAC tem sólida atuação na formação de professores das redes estaduais e municipais, acentuadamente nos últimos sete anos. Embora sua expansão tenha se consolidado e realizado fortemente na atividade de ensino, a pesquisa e a extensão também se desenvolvem nos mais diversos municípios.

Analisando o papel da Universidade descrito na LDBEN, a citação abaixo faz referência ao que deve ser feito por essa Instituição,

A Universidade Federal do Acre, conforme preconiza a LDBEN, tem como finalidades a produção e a difusão de conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado pela melhoria das condições de vida e a formação de uma consciência crítica, incumbindo-se de:

- a) Possibilitar os fundamentos para a formação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento propiciando-lhes elementos para a formação de uma capacidade crítica e condições para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- b) Estimular o espírito científico e o pensamento reflexivo, motivando o trabalho de pesquisa e investigação do saber, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio em que vive;
- c) Realizar pesquisas e estimular atividades voltadas ao conhecimento científico e cultural da realidade, dentro da universalidade do saber, respeitando as especificidades sócio-culturais dos povos;
- d) Estender ao interior do Estado sua atuação para promover a difusão das conquistas e benefícios resultantes da produção do conhecimento;
- e) Socializar e difundir conhecimentos; e,
- f) Articular-se de forma efetiva com o sistema de ensino básico objetivando, continuamente e de forma recíproca, a qualidade do ensino.⁷

Com tudo isso a instituição ainda necessita re-alinhar o seu planejamento, a sua forma de olhar o mundo, no sentido de desenvolver um pensamento sistêmico no corpo docente e de pesquisadores, revendo até mesmo o seu posicionamento na sociedade. Além de não vir cumprindo, a contento, com os seus vários papéis, por várias razões (internas e externas, considerando a sua ambiência organizacional). Ela precisa ter um papel mais atuante e se fazer mais presente no Estado (na Amazônia, no Brasil e no mundo). Assim, algumas estratégias poderiam ser adotadas, a exemplo:

1. Modernização da gestão (incluindo a capacitação em gestão ao seu corpo gerencial);
2. Desenvolvimento da cultura do pensamento sistêmico e de planejamento estratégico no corpo docente e de pesquisadores;
3. Articulação e fortalecimento de parcerias (inclusive com a iniciativa privada e cooperativas);
4. Desenvolvimento de um programa de responsabilidade social integrado (fortalecendo ações multisetoriais entre os seus departamentos);
5. Estabelecimento de fóruns de discussões permanentes no sentido de contribuir com as políticas públicas (inclusive sendo um ente crítico, favorecendo o controle social destas políticas).

A Universidade Federal do Acre tem um papel importante na promoção do desenvolvimento regional. Sendo uma instituição voltada para o ensino, a pesquisa e a

⁷ UFAC, Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação Disponível em <http://www.ufac.br/informativo/relatorio_gestao/relatorio_de_gestao_2007.pdf>. Acesso em set. 2007.

extensão, poderá adotar várias estratégias, que podem compreender metas mais ousadas no sentido de mudar a realidade do Estado (pelo menos em parte), de forma a contribuir para que este seja, até 2010, *o melhor lugar para se viver na Amazônia* (Visão de futuro do governo do Acre, gestão 2007 - 2010).

No ano de 2007 foi extinto 13 (treze) departamentos e implantado os centros com suas respectivas áreas. CFCH, que congregou as áreas de Ciências Sociais, Comunicação Social, Geografia e História; CCJSA, aglutinando as áreas de Economia e Direito; CCET, reunindo as áreas de Matemática, Informática e Engenharia Civil; CCBN reuniu as áreas de Ciências Biológicas, Química, Física, Engenharia Agrônômica e Engenharia Florestal; CCSD, que agregou as áreas de Enfermagem, Medicina e Educação Física; CELA, aglutinando as áreas de Educação (Pedagogia), Letras Vernáculo e Línguas Estrangeiras modernas, Música e Artes Cênicas. Os 03 (três) Centros do Campus de Cruzeiro do Sul também foram extintos sendo criado um Centro Multidisciplinar (CMULT), que passou a congregar todas as áreas de conhecimento. Importante destacar que, com esta nova organização acadêmico-administrativa na UFAC, houve a necessidade de regulamentar internamente a recodificação das disciplinas integrantes das estruturas curriculares dos cursos de graduação, (UFAC, Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação, 2007, p. 13-14).

Neste mesmo ano (2007) a administração superior da UFAC, através da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD com o intuito de buscar a melhoria da qualidade do ensino oferecido, elaborou uma proposta de adesão ao Programa Reuni cujo objetivo principal é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação. Este programa do Governo Federal foi instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007.

O Artigo 2º. do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, trata de:

- I) redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II) ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.⁸

O Programa destaca também como meta global, ao final de cinco anos, taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais; relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais.

O Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Acre foi aprovado pela Resolução nº. 13, de 29 de outubro de 2007, do Conselho Universitário e enviado ao MEC e depois de avaliado foi aprovado pelo ministério na data de 27 de novembro de 2007.

Para alcançar as metas previstas para o REUNI, em 30 de janeiro de 2008, a Reitoria aprovou ad referendum do Conselho Universitário, a Resolução nº. 04 que ampliou o número de vagas iniciais nos Cursos de Graduação (Licenciatura) e Cursos Noturnos.

Dentre os cursos que tiveram as vagas ampliadas, para o vestibular 2008, destaca-se: Campus Rio Branco: Direito (10vagas), Economia (5 vagas), Matemática (10 vagas), Letras/Português (10 vagas), Geografia (10 vagas), Letras Inglês (25 vagas), Letras Francês (25 vagas), Educação Física (10 vagas), Ciências Biológicas (10 vagas), Ciências Sociais (05 vagas), Comunicação Social/Jornalismo (10 vagas), Química (10 vagas), Física (10 vagas), Música (10 vagas), Artes Cênicas (10 vagas), Letras/Espanhol (25 vagas).

Campus Cruzeiro do Sul: Letras/Português (10 vagas), Letras/Inglês (25 vagas), Letras Espanhol (15 vagas), Ciências Biológicas (10 vagas).

Os Cursos ofertados no Campus Áulio Gélvio Alves de Souza, situado em Rio Branco, tiveram 195 vagas ampliadas e os Cursos ofertados no Campus da Floresta, situado em Cruzeiro do Sul, tiveram 60 vagas ampliadas. De modo geral, em 2008, houve uma ampliação de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) vagas.

Como meta a ser atingida pela UFAC com a adesão ao REUNI, pode-se destacar: no ano de 2007, 04 (quatro) novos cursos foram criados em Cruzeiro do Sul; no ano de 2008 houve ampliação de vagas e criação de dois novos cursos em Rio Branco; e, em 2009, foram criados mais dois cursos no campus de Rio Branco.

⁸Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <<http://200.156.25.73/reuni/D6096.html>>, acesso em abr.. 2009.

2.4 OS DESAFIOS DA LDBEN E A AMPLIAÇÃO DA INTERIORIZAÇÃO

A partir da LDBEN nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem-se produzido um conjunto de normas e regulamentações com o objetivo de reordenar a instituição universitária e, no seu interior, a formação do professor, desenhando uma política nacional de formação.

Como resultante desse movimento pode-se destacar o Decreto nº. 5.276/1999, retificado pelo Decreto nº. 3.554/2000, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica; o Decreto 3.860/2001, que trata da organização do ensino superior, bem como da avaliação de cursos e instituições; a proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior; a Resolução CNE/CP nº. 1/2002, que institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena; Resolução CNE/CP, nº. 2/2002, a qual institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena.

É importante frisar que no lastro das regulamentações da LDBEN, o Parecer CNE/CES nº. 583/2001 explicita que a Lei nº. 9394/96 procurou assegurar ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos enfatizando as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial de formação continuada.

Daí a necessidade de se estabelecer um padrão nacional para a formação comum em cursos de graduação uma vez que ao retirar a obrigatoriedade de um currículo mínimo para os cursos de graduação se institui a idéia de Diretrizes Curriculares que se constituem em referências, para a organização dos Projetos Políticos Pedagógicos nas instituições e para as avaliações nacionais dos cursos de graduação.

Mesmo as instituições que gozam de autonomia universitária precisam entender que as diretrizes são orientações mandatárias, conforme LDBEN no seu artigo 53º, Inciso II.

A LDBEN apresenta no Título VI – Dos Profissionais da Educação, em seu artigo 62º, p. 28, que é na Universidade que deve se dar a formação de todos os professores que atuarão nas diversas etapas da educação básica:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitindo, como formação mínima para o exercício do

magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

A LDBEN (1996, p.27-28) apresenta no Título VI, sete artigos e regulamenta no artigo 61º a associação entre teorias e práticas como um dos fundamentos da formação de professores, incluindo nessa formação também a capacitação em serviço.

Dedica os artigos 62º e 63º (1996, p.28) aos tipos e modalidades de formação inicial e sua localização institucional, reafirmando a definição de toda licenciatura como plena e a formação superior para todos os professores que atuarão na educação básica.

No que se refere aos conteúdos curriculares dessa formação, embora a LDBEN em seus artigos sobre os profissionais da educação não mencione os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos pelos cursos, é importante considerar o que dispõe o art. 13º (1996, p.14) da referida Lei. Implicitamente, estão aí apontados os aspectos curriculares para a efetivação da ação teórica - prática.

Além disso, as inovações que a LDBEN introduz nesse Artigo constituem indicativos legais importantes para os cursos de formação de professores:

I - posicionando o professor como aquele a quem incumbe zelar pela aprendizagem do aluno – inclusive daqueles com ritmos diferentes de aprendizagem - tomando como referência, na definição de suas responsabilidades profissionais, o direito de aprender do aluno, o que reforça a responsabilidade do professor com o sucesso na aprendizagem do aluno;

II - associando o exercício da autonomia do professor, na execução de um plano de trabalho próprio, ao trabalho coletivo de elaboração da proposta pedagógica da escola;

III - ampliando a responsabilidade do professor para além da sala de aula, colaborando na articulação entre a escola e a comunidade (Parecer CNE/CP 9/2001 - Homologado conforme Despacho do Ministro em 17/01/2002, publicado no D.O.U. em 18/01/2002, seção 01, p. 31.)

Esses conteúdos curriculares da formação foram posteriormente regulamentados a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN's, que foram instituídas pela Resolução CNE/CP nº. 01/2002, que disciplina os princípios norteadores, os conteúdos curriculares, e a estrutura institucional que deve ser assegurada a essa formação.

No que se refere aos princípios norteadores, o artigo 3º da referida Resolução determina que, “a formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico que considerem”:

I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;

II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor;

III - a pesquisa como foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

No que concerne aos conteúdos curriculares, o artigo 6º da Resolução CNE/CP n.º 01/2002, determina que, “na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

Parágrafo 3º - a definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I – cultura geral e profissional;

II – conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III – conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV – conteúdos das áreas de conhecimentos que serão objeto de ensino;

V – conhecimento pedagógico;

VI – conhecimento advindo da experiência.

Sobre a organização institucional da formação de professores, a Resolução CNE/CP n.º 01/2002 em seu artigo 7º determina que:

I - a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria;

II - será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

III - as instituições constituirão direção e colegiados próprios, que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas, a partir do projeto, tomem as decisões sobre a organização institucional sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - as instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica desenvolvendo projetos de formação compartilhados.

Em se tratando de critérios definidores dos tempos e espaços curriculares destinados à organização dos diferentes conhecimentos da formação profissional, a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, em seu artigo 11, Parágrafo Único, assinala que,

Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimentos sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior a quinta parte da carga horária total.

A legislação que trata especificamente da duração e carga horária dos cursos de licenciatura de graduação plena, Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, determina em seu artigo 1º que a carga horária total mínima para os cursos de licenciaturas não será

inferior (mínimo) a 2.800 horas, de forma a assegurar as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 horas de estágio curricular supervisionado, a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1.800 horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-cultural.

A formação em nível superior de todos os professores que atuam na educação básica é uma meta a ser atingida em prazo determinado, conforme Artigo 87 - do Título IX - Das Disposições Transitórias da LDBEN.

No seu Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano após a publicação desta Lei e conforme Parágrafo 4º - Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Tendo em vista as necessidades educacionais do país, a revisão da formação de professores para a educação básica é um desafio a ser enfrentado de imediato, de forma inovadora e flexível para assegurar efetivamente a concretização do direito do aluno de aprender na escola.

Contudo, para que a UFAC passasse a atender, progressivamente, essas exigências e responder pela formação de todos os professores que já estão no exercício do magistério sem a formação superior, foram efetuadas parcerias interinstitucionais, particularmente envolvendo a Secretaria de Estado de Educação/SEE-AC e as Secretarias Municipais de Educação/SEMEC, face aos desafios e às exigências de qualificação profissional.

Neste particular, se ganha relevo a revitalização dos Programas de Interiorização da Graduação, por meio do oferecimento de cursos regulares e da formatação de Programas Especiais de Formação de Professores para a Educação Básica atendendo ao disposto no texto da LDBEN 9.394/96, no plano da formação superior, como exigência para o efetivo exercício no magistério.

A partir da promulgação da LDBEN nº 9.394/96, que institui a obrigatoriedade da formação de professores para a educação básica acontecer em nível superior, em seu artigo 62, articulada à vontade política, foram intensificadas as ações de graduação da UFAC no interior do Estado do Acre por meio de programas como os seguintes:

1. Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica - Licenciaturas Específicas - voltado para atender 1.857 professores, distribuídos em 37 turmas, que atuam nas últimas séries do ensino fundamental sem a devida qualificação acadêmica, isto é, a graduação em nível de licenciatura plena nas áreas de: Geografia, História, Letras, Ciências Biológicas, Educação Física e Matemática. As ações do Programa foram finalizadas em 2005.

2. Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Curso de Graduação Licenciatura Plena em Pedagogia - atendeu 56 turmas com um total de 2.651 alunos distribuídos em nove municípios pólos e suas ações finalizaram em 2005.

3. Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica - Zona Urbana de Difícil Acesso - Licenciaturas Plenas - Em andamento desde 2006, com os cursos de Letras, Matemática e Ciências Biológicas, atendendo 18 turmas com um total de 720 (setecentos e vinte) alunos distribuídos nos municípios de: Assis Brasil, Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Santa Rosa.

4. Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica - Zona Rural - Licenciaturas Plenas - Em andamento desde 2006, com os cursos de Letras, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia, Educação Física e Pedagogia, atendendo 59 turmas com um total de 2.667 (dois mil, seiscentos e sessenta e sete) alunos distribuídos nos municípios de: Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá, Brasiléia, Feijó, Plácido de Castro e Senador Guiomard.

5. Programa Especial de Bacharelado em Economia - Em andamento desde 2007, com o Curso de Economia atendendo 15 (quinze) turmas com um total de 675 (seiscentos e setenta e cinco) vagas distribuídos nos municípios de: Cruzeiro do Sul, Senador Guiomard, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Acrelândia, Brasiléia, Xapuri, Porto Acre, Sena Madureira, Mâncio Lima, Bujari, Capixaba, Tarauacá, Rodrigues Alves e Feijó.

Desse modo é que, estabelecendo parceria com o Governo do Estado do Acre e as Prefeituras Municipais, a UFAC elabora estes programas objetivando atender às necessidades de cumprir o que determina a LDBEN, o que se constitui no processo de real inovação na formação dos profissionais da educação para inseri-los, mais ainda, no processo de desenvolvimento social do Acre.

Além disso, sabe-se que cada novo curso oferecido no interior gera novas expectativas que originarão novas demandas por outros cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada.

3 AÇÕES PARA INTERIORIZAÇÃO

As ações de graduação da UFAC nos municípios têm sido levadas a efeito em parceria com o Governo do Estado do Acre e Prefeituras municipais por meio de programas como os seguintes: Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica - Licenciaturas Plenas, Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Curso de Graduação Licenciatura Plena em Pedagogia, Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica – Zona Urbana de Difícil Acesso – Licenciaturas Plenas, Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica – Zona Rural – Licenciaturas Plenas.

Para além dos Programas de Formação de Professores, a UFAC, no ano de 2007 implantou o Programa Especial de Bacharelado em Economia nos municípios de Brasiléia, Sena Madureira, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Capixaba, Bujari, Porto Acre, Acrelândia, Epitaciolândia, Xapuri, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Mâncio Lima e Rodrigues Alves.

3.1 O PAPEL DA UFAC PARA ALÉM DO CAMPUS DE RIO BRANCO

A UFAC nos últimos anos atendendo às demandas da sociedade, assim como à política de expansão das Universidades implementada pelo MEC, criou e implantou cursos na Sede e no Campus de Cruzeiro do Sul. Foram criados, também cursos em diversos municípios do interior do Estado, assunto que será tratado no item referente ao Programa de Interiorização.

3.2 UMA PARCERIA DO ESTADO E DO MUNICÍPIO

As ações voltadas à solução de problemas do ensino fundamental e médio, nos municípios do interior do Estado, é tema de relevante importância para as instituições que atuam nesta área, principalmente em momentos de crise financeira, como a que assola o país e afeta também o Estado do Acre e, em particular, as Universidades.

A união de forças em torno da melhoria do ensino fundamental e médio, no interior do Estado, é de fundamental importância, pois pouca coisa cada um pode fazer isoladamente.

Num esforço de resgatar a cidadania das populações interioranas é que a Universidade alia-se ao Governo do Estado e Prefeituras Municipais na solução de problemas

educacionais que fazem parte, de forma prioritária, do processo de construção da cidadania dos povos marginalizados do interior do Estado.

O convênio é um esforço de maximizar recursos materiais, financeiros e intelectuais, ligados à educação, mas, sobretudo, à viabilização da integração interinstitucional com vista à co-participação na execução e efetivação de um projeto em prol do desencadeamento de um processo que começa com a educação enquanto ferramenta de libertação do homem: o processo de cidadania.

O convênio, assinado em 19/04/2000 pelo magnífico Reitor da UFAC – Francisco Carlos da Silva Cavalcante, pelo Governador do Estado – Jorge Viana e pelo Secretário de Estado de Educação – Arnóbio Marques de Almeida Júnior, objetivou desenvolver, em parceria, o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica, competindo a cada um dos proponentes o que se encontra a seguir descrito, conforme UFAC (2000)⁹.

Compete à UFAC:

Planejar, acompanhar e avaliar os Cursos do Programa Especial de Formação de Professores da Educação Básica;
 Viabilizar a implantação e o funcionamento do Programa junto aos governos municipais;
 Adotar medidas administrativas, civis, penais e disciplinares cabíveis, assim como propor medidas de igual natureza ao Governo do Estado na esfera da competência deste;
 Solicitar mensalmente ao Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, os recursos necessários ao cumprimento do cronograma físico-financeiro do Programa;
 Designar docentes para ministrarem as disciplinas dos cursos previstos com aprovação das Assembléias Departamentais;
 Elaborar conjuntamente com os Departamentos Acadêmicos os relatórios dos cursos oferecidos;
 Realizar o registro e controle da vida acadêmica dos alunos dos cursos oferecidos, através do órgão responsável da Pró-Reitoria de Graduação – DERCA;
 Prestar assessoria didática e pedagógica aos Cursos do Programa, através da Pró-Reitoria de Graduação;
 Convidar o responsável pelo Programa no Governo do Estado, Chefe do Departamento do Ensino Fundamental da SEE, para todas as atividades, solenidades e reuniões de caráter geral a respeito do Programa.

Compete ao Governo do Estado do Acre:

Custear, mediante relatório da Fundação da Universidade Federal do Acre - FUFAC, despesas constantes do Plano de Custos do Programa, no valor total de R\$ 3.458.416,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais), em 34 (trinta e quatro) parcelas mensais de R\$ 101.718,11 (cento e um mil, setecentos e dezoito reais e onze centavos);

⁹ UFAC (2000), Relatório do Projeto do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica (Quatro últimas séries do ensino fundamental e ensino médio, p. 59 a 61).

Assegurar o cumprimento do cronograma de desembolso, sob pena de suspensão das atividades;

Convidar o responsável pelo Programa na UFAC, Pró-Reitor de Graduação, para todas as atividades, solenidades e reuniões de caráter geral a respeito do Programa;

Viabilizar, em conjunto com a UFAC, reuniões periódicas da Coordenação Geral do Programa, conforme calendário a ser definido entre as partes, para avaliação e tomada de decisões a respeito do andamento dos trabalhos do ponto de vista acadêmico e administrativo;

Designar, por meio de documento oficial, o Departamento de Ensino Fundamental da SEE, como representante do Governo do Estado do Acre na Coordenação Geral do Programa;

Citar a parceria com a Universidade Federal do Acre e utilizar a logomarca, a ser definida entre as partes, em todo e qualquer meio utilizado para a divulgação do Programa.

Dentre o convênio (assinado em 2000 pelo magnífico Reitor da UFAC – Francisco Carlos da Silva Cavalcante, pelo Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul – Aluizio Bezerra de Oliveira, pelo Prefeito Municipal de Rodrigues Alves – Rui Matos Said Maia e pelo Prefeito Municipal de Mâncio Lima – Paulo Lima Dene) firmado entre a Universidade Federal do Acre – UFAC e as Prefeituras Municipais envolvidas com o objetivo de desenvolverem em parceria o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica compete a cada um dos proponentes o que descreveremos a seguir conforme documento comprobatório do acordo firmado.

Compete à UFAC¹⁰:

- 1- Indicar as Coordenações Gerais dos Cursos;
- 2- Fazer o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos Cursos;
- 3- Responsabilizar-se pela confecção e realização do Processo Seletivo;
- 4- Responsabilizar-se pelo deslocamento do professor até os municípios.

Compete às Prefeituras:

- 1- Designar e arcar com as despesas referentes ao pagamento do pessoal de apoio administrativo no município;
- 2- Responsabilizar-se pela hospedagem, alimentação e transporte “in loco” do pessoal docente;
- 3- Fornecer material de consumo e mobiliário necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Vale dizer que, de contrapartida, as prefeituras tiveram uma despesa no valor de R\$ 1.134.456,00. (Conforme consta no projeto tramitado ao CONSU através do processo de

¹⁰ UFAC (2000) em seu Relatório do Projeto do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica (Quatro últimas séries do ensino fundamental e ensino médio, p. 59 a 61).

nº. 004956-54/2000 do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica, p. 53).

É importante salientar que foi feito um Termo Aditivo ao convênio tendo como objeto a Reformulação Orçamentária da proposta original, com atualização dos valores das ações e a inclusão de outras não previstas no Plano de Aplicação do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica. Com a reformulação ficou prorrogado o prazo de vigência do convênio para o dia 28/02/2005, ficando o novo valor na ordem de R\$ 3.486.017,26 (três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, dezessete reais e vinte e seis centavos). O Termo Aditivo foi assinado pelo Secretário de Estado de Educação do Acre – SEE/AC – Arnóbio Marques de Almeida Júnior e o Magnífico Reitor da UFAC – Jonas Pereira de Souza Filho, no dia 28/03/2003. (Relatório de Reformulação/Adequação 2003-2004 do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica - Licenciaturas Específicas, p. 31-34).

Dentre os reajustes ocorridos pode-se citar: o valor da hora/aula do professor que passou de R\$ 13,50 a R\$ 23,77; a modificação na forma de contratação dos professores que não pertenciam ao quadro efetivo da UFAC; acervo bibliográfico; cópias xerográficas de material didático em virtude de não se ter comprado todo o acervo bibliográfico solicitado; envio de materiais para o interior – reproduzido e confeccionado na sede; o acréscimo da carga horária dos cursos para cumprir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação – CNE; Taxa de Administração no valor de 5% para a FUNDAPE gerenciar os recursos financeiros do convênio; reoferecimento de algumas disciplinas, no ano de 2001 a 2003, principalmente no Curso de Matemática, garantindo, dessa forma, um baixíssimo índice de evasão (Relatório de Reformulação/Adequação 2003-2004 do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Licenciaturas Específicas, p. 03-07).

3.3 ASPECTOS DA DIMENSÃO DAS AÇÕES DE INTERIORIZAÇÃO: OS CURSOS

3.3.1 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica - PEFPEB

O Programa Especial de Formação de Professores para o Ensino Básico – PEFPEB, cujo convênio foi assinado com o Governo do Estado/SEE-AC, no ano de 2000, abrangeu seis

curso de Licenciatura Plena na modalidade presencial em regime modular, num total de 37 turmas e 16 (dezesseis) municípios organizados em 09 (nove) pólos, com 1857 alunos ingressantes e com 1633 alunos concludentes, conforme Figura 01. A sua implantação ocorreu em 01 de fevereiro de 2001, através da Resolução n.º. 23, de 03 de agosto de 2000 aprovada "ad referendum" do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Acre e foi homologada através da Resolução n.º. 33, de 15 de dezembro de 2000, do mesmo Conselho.

No Programa previu-se, para a maioria dos cursos, a possibilidade de se formar um quadro maior do que o necessário em cada município, com o oferecimento de um percentual de vagas para pessoas da comunidade que tenham interesse em freqüentar cursos de graduação. Nos municípios, os cursos em que o número de vagas for igual ao n.º de docentes a serem qualificados, aplicar-se-á um percentual de 20% (vinte por cento) sobre o n.º total de vagas a serem oferecidas às pessoas da comunidade.

No Quadro 03, ilustram-se os municípios pólos onde estão sendo oferecidos os Cursos de Geografia, História, Letras, Ciências Biológicas, Educação Física e Matemática, incluindo a quantidade de turmas, ingressantes e concluintes nos referidos cursos.

Programa Especial de Formação de Professores para Educação Básica – Licenciaturas Específicas			
Municípios Pólos	Cursos/Turmas	Ingressantes	Concluintes
Pólo I Cruzeiro do Sul (Mâncio Lima, Rodrigues Alves)	História/02 turmas	101	90
	Matemática/02 turmas	104	79
	Biologia/02 turmas	103	89
	Educação Física/01 turma	50	40
	Geografia/01 turma	50	46
Pólo II Tarauacá	História/01 turma	51	44
	Matemática/01 turma	52	44
	Educação Física/01 turma	50	50
	Geografia/01 turma	50	45
Pólo III Feijó	Matemática/01 turma	51	38
	Educação Física/01 turma	50	48
	Geografia/01 turma	50	44
Pólo IV Sena Madureira	Matemática/01 turma	45	41
	Educação Física/01 turma	50	41
	História /01 turma	50	43
	Geografia/01 turma	51	45
Pólo V Brasiléia (Epitaciolândia)	História/01 turma	50	47
	Matemática/01 turma	53	42
	Biologia/01 turma	46	42
	Educação Física/01 turma	50	46
Pólo VI Xapurí	Matemática/01 turma	50	45
	Educação Física/01 turma	48	48
	Letras Português /Inglês/01 turma	49	36
	Geografia/01 turma	50	42

Pólo VII	História/01 turma	51	45
Plácido de Castro (Acrelândia)	Biologia/01 turma	50	45
	Letras/01 turma	51	45
Pólo VIII	Matemática/01 turma	50	43
Senador Guiomard (Capixaba)	Educação Física/01 turma	51	50
	Geografia/01 turma	50	46
Pólo IX	Matemática/02 turmas	100	86
Rio Branco(Bujari e Porto Acre)	Biologia/02 turmas	100	98
Total de 16 municípios/37 turmas		1857	1633

Quadro 03: Número de Turmas/Ingressantes e Concluintes por Curso no PEFPEB (2001-2004/2005)

Fonte: Diretoria de Controle Acadêmico – DERCA (concluintes); Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação – 2002 (ingressantes).

A Figura 03 ilustra os municípios pólos onde estão sendo oferecidos os Cursos – Licenciaturas Específicas – PEFPEB.

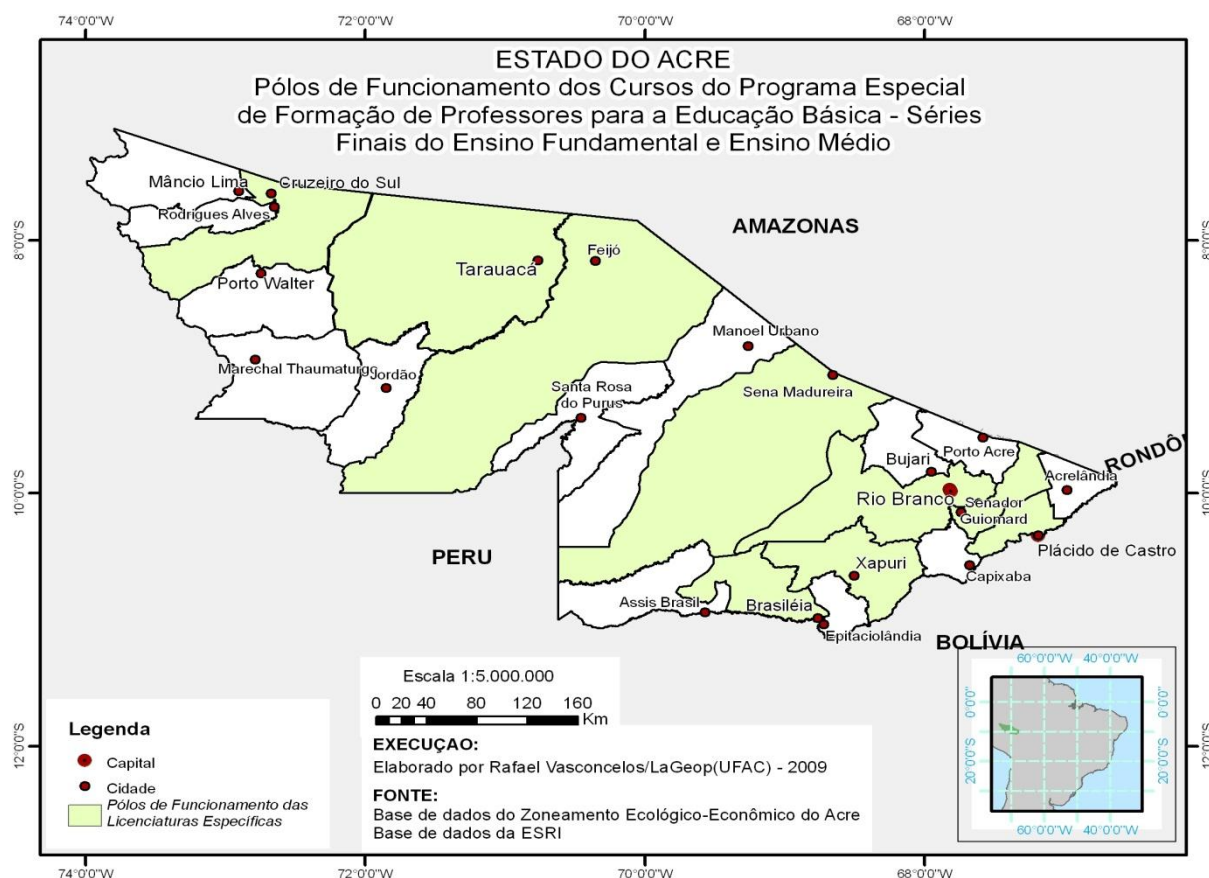


Figura 03: Municípios pólos de funcionamento dos Cursos – Licenciaturas Específicas.

Fonte: Base de dados do Zoneamento Ecológico – Econômico do Acre, 2008.

3.3.1.1 Alterações realizadas na estrutura curricular dos Cursos que compõem o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Licenciaturas Específicas

Através da Resolução - CEPEX nº 23 de três de agosto de 2000, a UFAC aprovou "ad referendum", o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica

(Quatro últimas séries do ensino fundamental e ensino médio), cujo propósito é o de atender o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que estabelece que a formação inicial docente seja em nível de graduação - licenciatura plena. Diante disso, a Universidade Federal do Acre, por meio de parcerias que mantém com a SEE/AC e as SEMECs, propõe a realização do referido programa, voltado para atender 1857 professores que atuam nas últimas séries do ensino fundamental, sem a devida qualificação acadêmica, nas áreas de: Geografia, História, Letras, Ciências Biológicas, Educação Física e Matemática.

Em 2001, o Projeto de criação do referido Programa foi encaminhado para o MEC, solicitando a autorização para funcionamento do mesmo, sendo apreciado pelo Conselho Nacional de Educação somente em 2002, através do Parecer nº 062 de dezoito de fevereiro de 2002. Nesse mesmo ano foram publicados os novos encaminhamentos para a formação do professor da educação básica em nível superior. Sendo assim, o Parecer do CNE encaminhou a esta IES o projeto em tela, para realizar as devidas alterações concernentes à carga horária e a abrangência dos quadros curriculares de cada campo específico do conhecimento a ser contemplado, como também de questões relativas às dimensões da atuação profissional que vão além da docência, devendo contemplar a produção do conhecimento, a articulação entre a escola e a sociedade, e a participação no trabalho coletivo da escola.

Assim, a PROGRAD, em conjunto com os colegiados de curso, procedeu à reformulação de todo o Projeto inicial, para atendimento das exigências elencadas pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação, na qual as estruturas curriculares dos cursos de licenciatura passaram a ter uma formação básica, uma formação geral comum e uma formação específica.

Segundo dados adquiridos na Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino - CADEN, em 16 de março do ano de 2009, segue o Quadro 04, com o demonstrativo referente às alterações realizadas nos cursos de Geografia, História, Letras, Ciências Biológicas, Educação Física e Matemática, incluindo a carga horária inicial, as disciplinas incluídas, a carga horária atual e a diferença de carga horária.

Alterações realizadas nos Cursos do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Licenciaturas Específicas				
CURSO	C/H INICIAL	DISCIPLINAS INCLUÍDAS	C/H ATUAL	DIFERENÇA DE C/H
Biologia	2.055 h	1- Fundamentos da Educação Especial (60h) 2- Métodos e Técnica de Pesquisa Biológica (60h) 3-Prática de Ensino (420h) 4-Estágio Supervisionado (405h) 5-Educação Física I e II (60h) 6-Ecologia da Amazônia I (30h) 7-Embriologia dos Sistemas (45h) 8-Histologia Especial I (45h) 9-Microbiologia (45h) 10-Parasitologia Animal I (60h) 11-Paleontologia Básica (acréscimo de 30h)	3.015 h	960 h
Matemática	2.130	1- Fundamentos da Educação Especial (60h) 2- Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica III (60h) 3-Prática de Ensino (120h) 4-Estágio Supervisionado (405h) 5-Tópicos de Álgebra II (60h) 6- Tópicos de Álgebra Linear II (60h) 7-Cálculo Diferencial e Integral IV (60h) 8-Tópicos de Estatística I(60h) 9-Cálculo Numérico III(60h) 10-Algoritmos I (60h) 11-História da Matemática II (60h) 12-Problemas de Matemática para o 1º e 2º Graus (60h) 13- Foram Excluídas: Cálculo Numérico (60h)	3.180 h	1.050 h
Letras	2.940 h	1- Fundamentos da Educação Especial (60h) 2- Literatura Inglesa I (60h) 3-Prática de Ensino (420h) 4-Estágio Supervisionado (405h) 5- Literatura Inglesa II (60h) 6- Literatura Norte-Americana I (60h) 7- Literatura Norte-Americana II (60h) 8-Teoria da Literatura III (60h) 9-Foram Excluídas: Teoria da Literatura XII (60h); Literatura Inglesa IV (60h); Literatura Inglesa V (60h); Literatura Norte-Americana IV (60h); Literatura Norte-Americana V (60h)	3.525 h	585 h

CURSO	C/H INICIAL	DISCIPLINAS INCLUÍDAS	C/H ATUAL	DIFERENÇA DE C/H
Geografia	2.190	1- Fundamentos da Educação Especial (60h) 2- Educação Física I e II (60h) 3-Prática de Ensino (120h) 4-Estágio Supervisionado (405h) 5-Geografia Política (60h) 6- Fundamentos da Filosofia (60h) 7-Ecologia, Sociedade e Geografia (60h) 8-Sist. do Trab. Científico em Geografia (60h) 9-Hidrografia I(60h) 10-Fundamentos do Ensino em Geografia (90h) 11-Fundamentos de Geologia (60h) 12-Fundamentos de Pedologia (60h) 13-Geografia das Indústrias I (60h) 14- Foram Excluídas: Fundamentos de Geologia e Pedologia (90h)	3.315 h	1.125 h
Educação Física	2.385 h	1- Fundamentos de Anatomia (60h) 2- Dimensões Sociológicas do Esporte (60h) 3-Prática de Ensino (420h) 4-Estágio Supervisionado (405h) 5-Esportes Coletivos I, II e III (60h cada) 6-Int. à Fisiologia do Exercício Físico (60h) 7-Esportes Individuais I e II (60 h cada) 8-Fisiologia Aplicada aos Esportes (60h) 9-Educação Física Não Formal II (60h) 10-Foram Excluídas as Disciplinas: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia Humana (90h); Biologia Celular e Histologia (60h); Dimensões Sociológicas e Psicológicas em Ed. Física e Esportes (60h); Fisiologia do Exercício Físico (60h); Educação Física não Formal (60h); Esportes Individuais I (75h); Esportes Coletivos I e II (90h cada).	2.925 h	540 h
CURSO	C/H INICIAL	DISCIPLINAS INCLUÍDAS	C/H ATUAL	DIFERENÇA DE C/H

História	2.790 h	1- Fundamentos da Educação Especial (60h) 2- Métodos e Técnicas de Estudo em História II (60h) 3-Prática de Ensino (120h) 4-Estágio Supervisionado (405h) 5-Introdução aos Estudos Históricos V (90h) 6- Economia I (60h) 7-História Antiga IV (90h) 8-História Medieval IV(90h) 9-Historiografia do Brasil III (60h) 10-Metodologia do Ensino de História III (60h) 11-Teoria da História IV (90h) 12-História Moderna V (60h) 13- Metodologia da Pesquisa Histórica VI (90h) 14-Metodologia do Ensino da História IV (60h) 15-História Moderna VI (60h) 16-História Contemporânea V (60h) 17- História Contemporânea VI (60h) 18-História da Amazônia VIII (60h) 19-História e Arte (60h) 20- História da Amazônia IX (60h) 21- História do Acre VII (60h) 22-Tópicos Especiais em Pesquisa Histórica (120h) 23-Antropologia I (60h) 24-Sociologia I (60h) 25-Filosofia da História (60h) 26-Foram Excluídas: Antropologia I (60h); História do Acre II (60h); História da Amazônia II e III (60 h cada); História Antiga II (90h); História Contemporânea III e IV(60h cada); História Econômica I (60h); Filosofia I (60h); História Medieval II (90h); História Moderna III (60h); História Moderna IV (60h); Introdução aos Estudos Históricos III e IV (60h cada); Metodologia da Pesquisa Histórica III (60h); Metodologia da Pesquisa IV (60h); Métodos e Técnicas de Estudo em História (60h); História do Acre I (90h); Teoria da História II e III (60h cada); Metodologia do Ensino da História I e II (60 h cada).	3.495 h	705 h
-----------------	---------	---	---------	-------

Quadro 04: Alterações realizadas nos Cursos do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Licenciaturas Específicas.

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino – CADEN, 2007.

3.3.2 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Curso de Graduação Licenciatura Plena em Pedagogia

O Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – PEFPEI, cujo convênio foi assinado com o Governo do Estado/SEE-AC no ano de 2000, abrangeu 56 (cinquenta e seis) turmas, sendo 27 (vinte e sete) em Rio Branco e 29 (vinte e nove) distribuídas em 09 (nove) municípios pólos, abrangendo 16 (dezesesseis) municípios. O curso teve modalidade presencial, modular com 2651 alunos matriculados em 2001 e com 2515 alunos concludentes (vide Quadro 05). O plano de criação desse curso modular foi aprovado através da Resolução n.º. 18, de 15 de dezembro de 2000, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Acre, conforme o artigo 7º, inciso XX, do Estatuto deste Conselho. A criação foi autorizada através da Resolução n.º. 09, de 21 de dezembro de 2000, do Conselho Universitário e homologada através da Resolução n.º. 33, de 29 de março de 2001, do Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal do Acre.

As vagas destinaram-se aos professores efetivos dos sistemas estadual e municipal de ensino, com formação de magistério em nível médio, e professores PS3 e estendida aos professores da zona rural residentes no perímetro urbano dos municípios onde trabalham desde que isso não prejudicasse suas atividades docentes.

Segue, no Quadro 05, um quadro demonstrativo identificando: municípios pólos, número de turmas e concluintes do PEFPEI (2001-2005).

Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Curso de Pedagogia			
Municípios Pólos	Turmas	Ingressantes	Concluintes
Pólo I Cruzeiro do Sul (Mâncio Lima, Rodrigues Alves).	11	508	478
Pólo II Tarauacá	03	134	132
Pólo III Feijó	02	104	101
Pólo IV Sena Madureira	04	170	153
Pólo V Brasileia (Epitaciolândia)	03	141	133

Pólo VI Xapuri	02	82	77
Pólo VII Plácido de Castro (Acrelândia)	02	72	67
Pólo VIII Senador Guimard (Capixaba)	02	106	102
Pólo IX Rio Branco(Bujari e Porto Acre)	27	1.334	1.272
Total de 16 municípios	56	2.651	2515

Quadro 05: Demonstrativo identificando: Municípios Pólos, Número de Turmas, Ingressantes e Concluintes do PEFPEI (2001-2005).

Fonte: Diretoria de Controle Acadêmico – DERCA, 2007.

Na Figura 04, apresenta os municípios pólos onde está sendo oferecido o Curso de Pedagogia – PEFPEI.

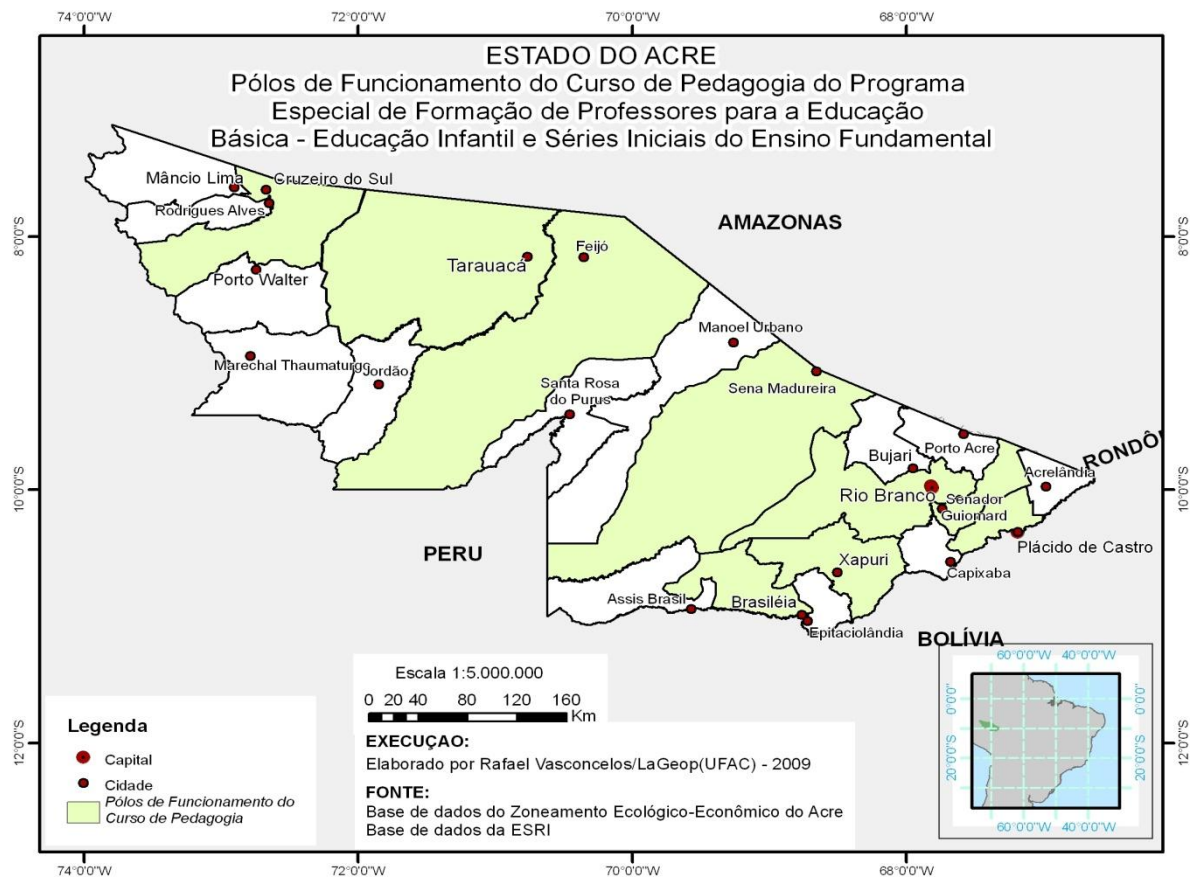


Figura 04: Municípios pólos de funcionamento do Curso de Pedagogia – PEFPEI.

Fonte: Base de dados do Zoneamento Ecológico – Econômico do Acre, 2009.

3.3.3 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Zona Urbana de difícil Acesso – Licenciaturas Plenas

Em andamento desde 2006, com os cursos de Letras, Matemática e Ciências Biológicas, atendendo dezoito turmas com um total de 720 (setecentos e vinte) alunos distribuídos nos municípios de Assis Brasil, Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Santa Rosa.

O Quadro 06 apresenta os municípios onde estão sendo oferecidos os Cursos de Letras, Ciências Biológicas e Matemática, incluindo a quantidade de turmas, número de ingressantes e clientela alvo.

Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica Regime Modular/Zona Urbana (Difícil Acesso)			
Municípios	Cursos/Turmas	Ingressantes	Clientela Alvo
Assis Brasil	Letras/01 turma Matemática/01 turma Biologia/01 turma	40 40 40	Professores das redes Estadual e Municipal. Comunidade.
Jordão	Letras/01 turma Matemática/01 turma Biologia/01 turma	40 40 40	Professores das redes Estadual e Municipal. Comunidade.
Manoel Urbano	Letras/01 turma Matemática/01 turma Biologia/01 turma	40 40 40	Professores das redes Estadual e Municipal. Comunidade.
Marechal Thaumaturgo	Letras/01 turma Matemática/01 turma Biologia/01 turma	40 40 40	Professores das redes Estadual e Municipal. Comunidade.
Porto Walter	Letras/01 turma Matemática/01 turma Biologia/01 turma	40 40 40	Professores das redes Estadual e Municipal. Comunidade.
Santa Rosa	Letras/01 turma Matemática/01 turma Biologia/01 turma	40 40 40	Professores das redes Estadual e Municipal. Comunidade.
Total de 06 municípios/18 turmas		720	

Quadro 06: Demonstrativo identificando: municípios, cursos ofertados, número de turmas, ingressantes e clientela alvo.

Fonte: Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação - 2006

3.3.4 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Zona Rural – Licenciaturas Plenas

Em andamento desde 2006, com os cursos de Letras, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia, Educação Física e Pedagogia, atendendo 59 (cinquenta e nove) turmas com um total de 2.667 (dois mil, seiscentos e sessenta e sete) alunos distribuídos nos municípios pólos de Rio Branco, Senador Guiomard, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Tarauacá, Feijó, Brasiléia e Plácido de Castro.

No Quadro 07 (sete), observa-se os municípios pólos onde estão sendo oferecidos os Cursos de Letras, Matemática, Ciências Biológicas, História, Geografia, Educação Física e Pedagogia, incluindo a quantidade de turmas, número de ingressantes. A clientela alvo desses cursos compreendem os Professores das redes Estadual e Municipal que atuam na Zona Rural.

Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Zona Rural		
Municípios Pólos	Cursos/Turmas	Ingressantes
Pólo I Rio Branco (Bujari, Porto Acre, Rio Branco)	Letras/01 turma	53
	Matemática/02 turmas	86
	Biologia/02 turmas	95
	História/02 turmas	98
	Geografia/02 turmas	103
	Educação Física/01 turma	49
Totais	06 cursos/10 turmas	484
Pólo II Cruzeiro do Sul (Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves).	Letras/03 turmas	141
	Matemática/02 turmas	90
	Biologia/02 turmas	89
	Pedagogia/03 turmas	147
	História/01 turma	49
	Geografia/01 turma	47
Totais	06 cursos/12 turmas	563
Pólo III Sena Madureira (Sena Madureira, Santa Rosa e Manoel Urbano)	Letras/01 turma	40
	Matemática/01 turma	29
	Biologia/01 turma	36
	Pedagogia/01 turma	48
	História/01 turma	43
	Geografia/01 turma	43
	Educação Física/01 turma	33
Totais	07 cursos/07 turmas	272
Pólo IV Tarauacá (Tarauacá, Jordão)	Letras/01 turma	45
	Matemática/01 turma	43
	Biologia/01 turma	44
	Pedagogia/01 turma	45
	História/01 turma	39
	Geografia/01 turma	40

Totais	06 cursos/ 06 turmas	256
Pólo V	Letras/01 turma	44
	Matemática/01 turma	32
Brasília	Biologia/01 turma	47
(Brasília, Xapuri, Epitaciolândia, Assis Brasil)	Pedagogia/01 turma	49
	História/01 turma	41
	Geografia/01 turma	43
	Educação Física/01 turma	27
Totais	07 cursos/ 07 turmas	283
Pólo VI	Letras/01 turma	36
	Matemática/01 turma	39
Feijó	Biologia/01 turma	42
	Pedagogia/01 turma	50
Totais	04 cursos/ 04 turmas	167
Pólo VII	Pedagogia/03 turmas	135
Marechal Thaumaturgo	Letras/01 turma	47
Totais	02 cursos/ 04 turmas	182
Pólo VIII	Pedagogia/01 turma	47
Porto Walter	Letras/01 turma	42
Totais	02 cursos/ 02 turmas	89
Pólo IX	Matemática/01 turma	55
Plácido de Castro	Pedagogia/01 turma	87
(Plácido de Castro, Acrelândia)	Letras/01 turma	54
Totais	03 cursos/ 03 turmas	196
Pólo X	Matemática/01 turma	39
Senador Guionard (Capixaba)	Letras/01 turma	48
	Biologia/01 turma	45
	Geografia/01 turma	43
Totais	04 cursos/ 04 turmas	175
Total de 22 municípios/ 59 Turmas		2.667

Quadro 07: Quadro demonstrativo identificando: municípios pólos, cursos ofertados, número de turmas, ingressantes e clientela alvo.

Fonte: Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação – 2006

Estes Programas tem como meta principal contribuir para a extinção do quadro de professores leigos, sem formação superior, num prazo de 05 (cinco) anos e busca atender ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º. 9.394/2006, que determina a necessidade de elevação do padrão de formação dos profissionais que atuam na educação básica. Há de ressaltar que os cursos são oferecidos nas modalidades presencial, semi-presencial e parcelado.

Observa-se que o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Zona Rural é mais abrangente uma vez que se destina a qualificar 2.667 professores que atuam na Zona Rural dos 22 (vinte e dois) municípios acreanos, distribuídos em 10 (dez) municípios pólos.

A Figura 05 destaca-se os municípios pólos onde estão sendo oferecidos os Cursos ofertados pelo Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica: Zona Urbana - PROEFE e Zona Rural - PROFIR:

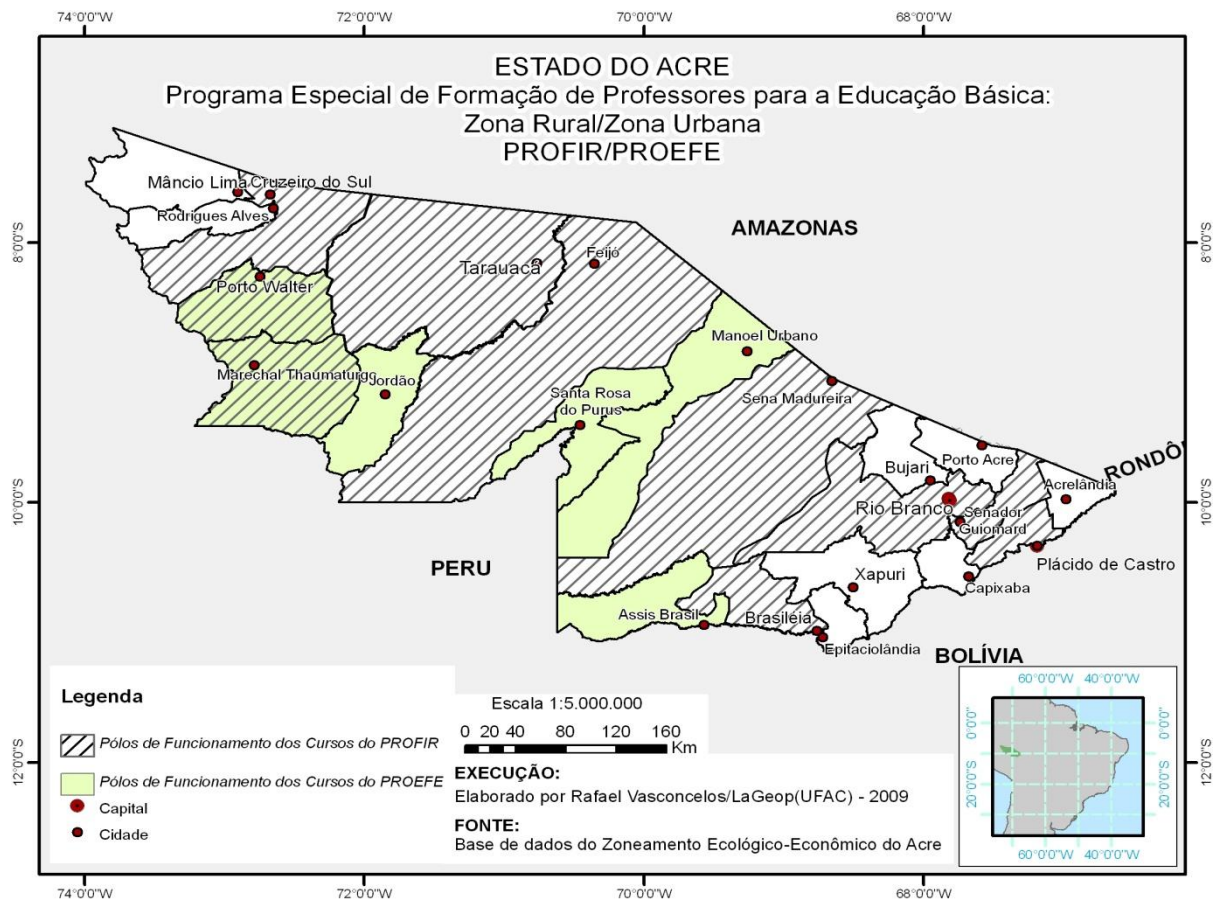


Figura 05: Municípios pólos de funcionamento dos Cursos: PROFIR e PROEFE.
Fonte: Base de dados do Zoneamento Ecológico – Econômico do Acre, 2009.

3.3.5 A contribuição da educação superior através da UFAC e parcerias para o Desenvolvimento Regional dos municípios do Estado do Acre através do Programa de Bacharelado em Economia

O Programa Especial de Bacharelado em Economia, implantado em 2007, cujo convênio foi assinado com o Governo do Estado/SEE-AC no ano de 2006, abrange 15 (quinze) turmas na modalidade presencial em regime modular, com 630 alunos matriculados. Vale ressaltar que alguns municípios não preencheram o número de vagas destinadas, que era de 45 discentes por município, conforme figura 03. O referido programa foi aprovado pela Resolução nº 03-A, de 29 de junho de 2006, da Reitoria, a ser oferecido em 15(quinze) municípios do Estado, tendo por clientela os portadores de diploma de ensino médio.

No Quadro 08, destacam-se os municípios pólos onde está sendo oferecido o Curso de Bacharelado em Economia do Programa Especial de Bacharelado em Economia –

PROECO, o nº de vagas ofertadas e a quantidade de alunos matriculados nos respectivos municípios.

Curso de Bacharelado em Economia			
Nº	Município	Nº de Vagas	Nº de Alunos Matriculados
01	Senador Guimard	45	40
02	Epitaciolândia	45	45
03	Plácido de Castro	45	42
04	Acrelândia	45	43
05	Brasiléia	45	42
06	Xapuri	45	42
07	Cruzeiro do Sul	45	41
08	Porto Acre	45	41
09	Sena Madureira	45	43
10	Mâncio Lima	45	44
11	Bujari	45	41
12	Capixaba	45	37
13	Tarauacá	45	45
14	Rodrigues Alves	45	40
15	Feijó	45	44
Total Geral		675	630

Quadro 08: Programa de Interiorização – Curso de Bacharelado em Economia.
Fonte: Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação Ano 2006.

A Figura 06 destaca-se os municípios pólos onde está sendo oferecido o Curso de Bacharelado em Economia do Programa Especial de Bacharelado em Economia – PROECO.

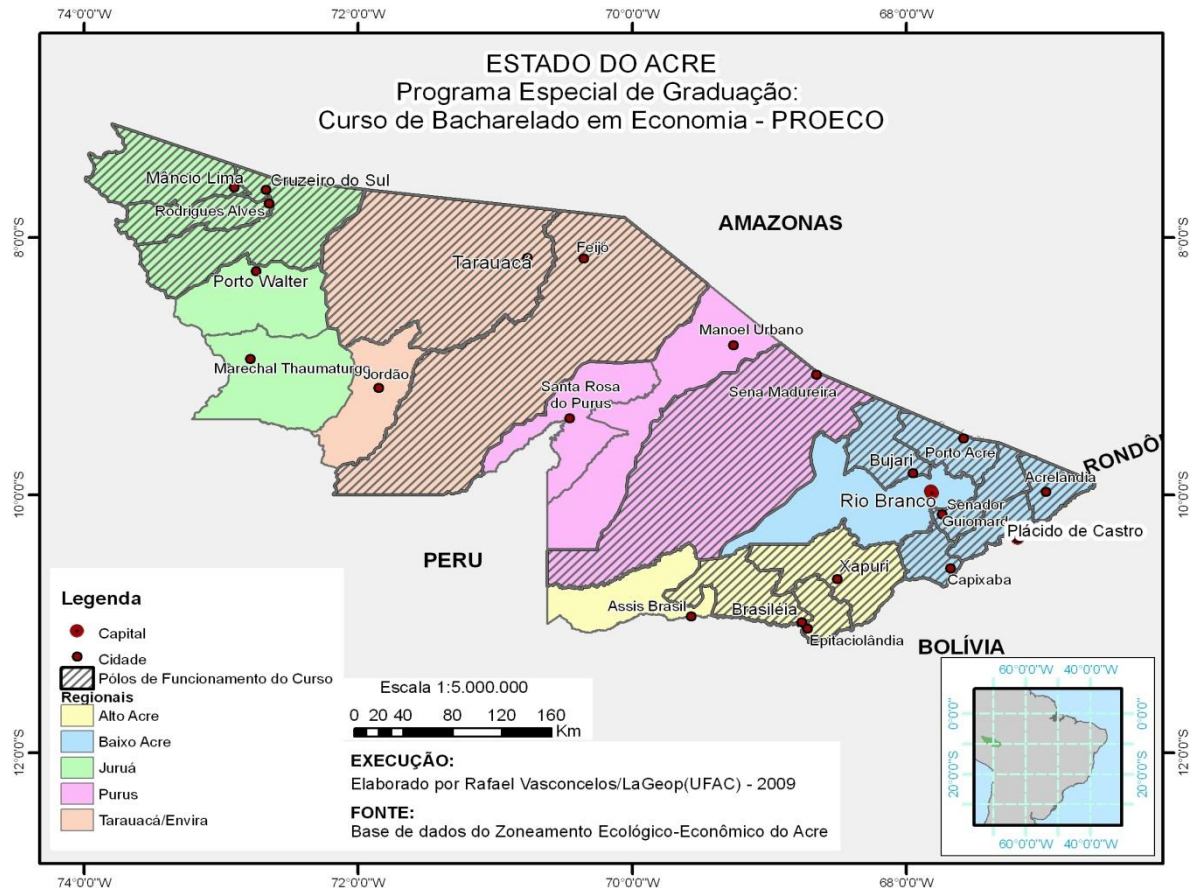


Figura 06: Municípios pólos de funcionamento do Curso de Economia.

Fonte: Base de dados do Zoneamento Ecológico – Econômico do Acre, 2009.

3.3.6 A contribuição da educação superior através da UFAC – Campus de Cruzeiro do Sul – Cursos em Funcionamento

A Universidade Federal do Acre, conveniada com o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul vem, desde 31 de março de 1989, interiorizando o ensino superior em Cruzeiro do Sul, quando foi criado e implantado o Curso Regular de Licenciatura Plena em Letras. É nesta fase que a interiorização da UFAC se fortalece. Dentre as razões fundamentais de expandir a oferta de cursos universitários para o referido município, destaca-se a(o):

1. Carência de profissionais com formação superior para fazer frente à demanda da população escolarizável;
2. Concentração, em Rio Branco, dos egressos dos Cursos da UFAC;
3. Capacitação de docentes e especialistas em educação que já atuam no sistema educacional, especialmente dos professores leigos e dos que possuem apenas licenciatura curta;

4. Atendimento às constantes reivindicações dos cruzeirenses quanto à implantação de cursos de licenciatura plena que atendam à formação de professores para atuarem nas áreas que integram os currículos de ensino de 1º e 2º Graus (atualmente ensino fundamental e médio) e de técnicos em educação;

5. Viabilização do acesso da população interiorana ao ensino de 3º Grau. (Catálogo do Programa de Interiorização da Graduação, Acre, 1989-1992, p. 41).

Com base nos argumentos apresentados e que podem ser ilustrado com dados extraídos da realidade sócio-educacional, pode-se dizer que a situação do ensino em Cruzeiro do Sul é precária.

Conforme Catálogo do Programa de Interiorização da Graduação, Acre, 1989-1992, p. 41 existiam neste período:

- 1- 203 escolas de 1º Grau e 2 (duas) escolas de 2º Grau, tendo-se 15.975 alunos matriculados no 1º Grau e 1.174 no 2º Grau, no entanto, é considerável o número de professores leigos atuando no 1º Grau (232); destes, a maioria não possui o 1º Grau completo. São habilitados apenas 70 professores neste grau de ensino;
- 2- no 2º Grau tem-se 46 docentes, sendo que destes, 33 não possuem a devida habilitação para o magistério;
- 3- o número de técnicos em educação para atender a demanda do sistema cruzeirense e dos municípios circunvizinhos é de 75 profissionais, existindo, porém somente 29 técnicos habilitados no exercício da função.

Na Figura 07 tem-se uma visualização do Campus Canela Fina – Universidade da Floresta no município de Cruzeiro do Sul-AC na época da sua construção.



**Figura 07: Universidade da Floresta (Campus Canela Fina), Cruzeiro do Sul –AC.
Fonte: UFAC - Assessoria de Comunicação, 2006.**

O Campus Canela Fina – Universidade da Floresta é uma extensão da Universidade Federal do Acre situado no município de Cruzeiro do Sul. Em Cruzeiro do Sul foram criados inicialmente três centros (Ciências Biológicas e da Natureza – CCBN, Ciências da Saúde e do Desporto – CCSD e Educação, Letras e Artes – CELA) para viabilizar a execução das ações planejadas para o Campus de Cruzeiro do Sul, no âmbito do Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior, ano 2004/2006. Atualmente houve a unificação dos três centros existentes e o mesmo passou a chamar-se de Centro Multidisciplinar - CMULT. Atualmente o CMULT agrega os seguintes cursos: Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (ambos, Licenciatura); Pedagogia (Licenciatura); Engenharia Florestal (Bacharelado); Ciências Biológicas (Bacharelado); Enfermagem (Bacharelado); Letras Espanhol (Licenciatura); Ciências Biológicas (Licenciatura); Engenharia Agrônômica e Formação Docente para Indígenas (Licenciatura).

Na Figura 08 visualiza-se o Campus Canela Fina – Universidade da Floresta no município de Cruzeiro do Sul-AC em pleno funcionamento.



**Figura 08: Campus Canela Fina inaugurado em 09 de outubro de 2007.
Fonte: UFAC - Assessoria de Comunicação, 2009.**

Na Figura 09, tem-se uma visualização dos Blocos de Sala de Aula e laboratório do Campus Canela Fina – Universidade da Floresta no município de Cruzeiro do Sul-AC em pleno funcionamento.



Figura 09: Blocos de Salas de Aula e Laboratórios do Campus Canela Fina.
Fonte: UFAC - Assessoria de Comunicação, 2009.

3.3.6.1 Criação dos Cursos na Universidade da Floresta

O Curso de Letras Português (Licenciatura) teve seu ato de criação - reconhecimento através da Resolução/CONSU nº 03 de 07/04/1989, através do Parecer nº 3.491/75, Decreto nº 76.800, de 15/12/1975/CFE, Parecer nº 719, de 05/12/1991/CFE, Portaria nº 2.788, de 06/10/2003, com uma carga horária de 2.820 horas.

O Curso de Letras Inglês (Licenciatura) teve seu ato de criação - reconhecimento através da Resolução/CONSU nº 03 de 07/04/1989, através do Parecer nº 3.491/75 e Parecer nº 719, de 05/12/1991/CFE, que estende aos cursos fora da sede da UFAC os dispositivos legais de reconhecimento do Curso da Sede com uma carga horária de 2.820 horas.

Conforme catálogo do Programa de Interiorização da Graduação, Acre 1989-1992, p. 26-27, destaca-se:

- 1- No primeiro vestibular, em 1989, foram abertas 80 vagas, sendo 60 para vernáculo e 20 para Língua Inglesa. A partir do vestibular de 1990, fixou-se o nº. em 40, sendo 30 para vernáculo e 10 para Língua Inglesa.

2- O Curso possui um quadro próprio de docentes. No seu quarto ano de funcionamento, o Curso atingiu o desenvolvimento pleno de todos os períodos letivos, completando, por conseguinte, seu quadro de professores, num total de 13 professores. Esses professores foram selecionados pela UFAC, através de Concurso Público, contratados pela SEC – Secretaria de Educação e Cultura e lotados no Campus da UFAC em Cruzeiro do Sul, sendo remunerados pelo Governo do Estado do Acre, conforme convênio celebrado com a FUFAC.

3- A Coordenação do Curso está a cargo de um Coordenador, eleito dentre os membros do Colegiado do Curso, em conformidade com o que estabelece o Estatuto e Regimento Geral da UFAC, e é apoiada por uma equipe técnico-administrativa lotada no Campus da UFAC.

O Curso, no seu primeiro ano de funcionamento, contou com a Coordenação Administrativa da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e a Coordenação Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação, situação que se modificou no ano seguinte (1990) com a ampliação do Programa de Interiorização do Ensino Superior, passando a PROGRAD a assumir as funções pedagógicas e administrativas dos cursos fora da sede.

Desta forma, somando ao assessoramento técnico-pedagógico da Coordenação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino (CADEN) e da Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), foi criada a Coordenadoria de Interiorização (COCAM) com a finalidade de prestar o assessoramento administrativo aos Cursos fora da sede.

Dos resultados obtidos com a criação do Curso de Letras no município de Cruzeiro do Sul - AC, percebe-se que, no ano de 1992, encontra-se com quatro turmas, com um total de 272 alunos matriculados, onde a primeira turma (1989) formou 47 profissionais em Licenciatura Plena em Letras – Vernáculo e 04 profissionais em Licenciatura Plena em Letras – Língua Inglesa.

Dentre os pontos positivos destacam-se:

1- O alto índice de racionalização dos 13 docentes responsáveis pelo funcionamento pleno do curso;

2- A melhoria significativa na qualidade do ensino ofertado à população Cruzeirense devido aos altos índices de aprovação dos alunos deste curso nos concursos públicos para professor/na área de Comunicação e Expressão;

3- A repercussão social do curso na região, em virtude de sua clientela ser constituída de população das zonas urbanas e rural de Cruzeiro do Sul e municípios circunvizinhos do Acre e do Amazonas;

4- Os intercâmbios com o sistema oficial de ensino e a UFAC – sede, em especial com a Pró-Reitoria de Graduação e os setores que a integram (CADEN, DERCA e COCAM) e o Departamento de Letras, já que os mesmos proporcionam a superação dos entraves

existentes ao processo ensino-aprendizagem, à administração do Campus e ao acompanhamento e avaliação do curso.

O Curso de Pedagogia (Licenciatura) foi criado e instalado em 1992, no município de Cruzeiro do Sul, através da Resolução nº. 05, de 18/08/1992, do Conselho Universitário, o Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena, em caráter regular, cujo reconhecimento se deu pelo Decreto nº. 76.851/75, de acordo com o Parecer 719, de 05/12/1991, do Conselho Federal de Educação que estende aos cursos fora da sede da UFAC os dispositivos legais de reconhecimento dos cursos da Sede. Iniciado em 1993 contou com três habilitações duplas: 1- Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau e Supervisão Escolar em nível de 1º e 2º Graus; 2- Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau e Administração Escolar em nível de 1º e 2º Graus; 3- Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau e Orientação Educacional. O objetivo do Curso seria capacitar recursos humanos em magistério das matérias pedagógicas do ensino de 2º Grau e o técnico em educação para atender a demanda dos sistemas de ensino estadual e municipal, proporcionando o acesso da população interiorana à Universidade. Área de Abrangência: Clientela de Cruzeiro do Sul e dos municípios circunvizinhos de Mâncio Lima, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Rodrigues Alves.

O Ministério da Educação, a partir de 2005 deu início ao Programa de Expansão das Universidades Brasileiras, ocasião em que destinou 30 (trinta) vagas de docentes para o Campus de Cruzeiro do Sul, objetivando oferecer condições acadêmicas adequadas aos cursos ali existentes, no caso, Letras – Vernáculo, Letras - Inglês e Pedagogia e aos novos cursos a serem implantados. No ano de 2006, o MEC destinou mais 10 (dez) vagas de docentes, totalizando 40 (quarenta) vagas. Com essas condições foram criados e implantados, naquele campus, 03 (três) novos cursos de Bacharelado, a saber: Enfermagem, Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.

Conforme Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação, ano 2006, p. 24, os cursos tiveram seu reconhecimento conforme descreveremos a seguir:

O Curso de Enfermagem (Bacharelado) teve seu ato de criação - reconhecimento através da Resolução nº 12 de 04 de novembro de 2005 e pela Resolução do CEPEX nº. 07, de 27 de abril de 2006, funcionando Integral com 25 vagas, tempo de duração em anos de mínimo de 04 e máximo de 06 anos com uma carga horária de 4.500 horas.

O Curso de Engenharia Florestal (Bacharelado) teve seu ato de criação - reconhecimento através da Resolução nº 14 de 04 de novembro de 2005 e pela Resolução do CEPEX nº 09, de 27 de abril de 2006, funcionando Integral com 40 vagas, tempo de duração em anos de mínimo de 4,5 e máximo de 07 anos com uma carga horária de 3.765 horas.

O Curso de Ciências Biológicas (Bacharelado) teve seu ato de criação - reconhecimento através da Resolução nº 13 de 04 de novembro de 2005 e pela Resolução do CEPEX/UFAC nº 08, de 27 de abril de 2006, funcionando integral com 40 vagas, tempo de duração em anos de mínimo de 04 e máximo de 06 anos com uma carga horária de 4.185 horas.

Procurando cumprir as metas traçadas para o Programa de Expansão das Universidades Brasileiras, 04 (quatro) novos cursos foram criados em 2007, para implantação no ano de 2008, no Campus de Cruzeiro do Sul, a saber: Curso de Engenharia Agrônômica (Bacharelado), Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura), Curso de Letras/Espanhol e Respectivas Literaturas e Formação Docente para Indígenas (Licenciatura). (Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação, ano 2007, p. 16).

O Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) foi criado pela Resolução do CEPEX/UFAC nº 21, de 25 de outubro de 2007, funcionando no turno da noite com 50 vagas, tempo de duração em anos de mínimo de 03 anos e meio e máximo de 07 anos.

O Curso de Letras/Espanhol e respectivas Literaturas (Licenciatura) foi criado pela Resolução do CEPEX/UFAC nº 21, de 25 de outubro de 2007, funcionando no turno vespertino com 50 vagas, tempo de duração em anos de mínimo de 03 anos e meio e máximo de 07 anos.

O Curso de Formação Docente para Indígenas (Licenciatura) foi criado pela Resolução do CEPEX/UFAC nº 21, de 25 de outubro de 2007, funcionando integral com 50 vagas, tempo de duração em anos de mínimo de 04 anos e máximo de 08 anos.

Importante destacar que o processo seletivo (vestibular), para os candidatos inscritos no curso de Formação Docente para Indígenas, por se constituir em uma clientela diferenciada, foi realizado com a utilização de outros critérios, que envolveu avaliação de memorial descritivo da vida acadêmica do candidato, carta de apresentação e uma prova de redação em Língua Portuguesa.

O Ministério da Educação, para fazer frente às novas demandas dos cursos a serem implantados no Campus de Cruzeiro do Sul dentro do Programa de Expansão das Universidades Brasileiras, autorizou a realização de concurso público para provimento de 10 (dez) novas vagas de docentes para aquele Campus, que somadas às 10 (dez) autorizadas no ano de 2005 e às 30 (trinta) vagas autorizadas em 2006 estão totalizando 50 (cinquenta) vagas. As 10 (dez) novas vagas foram autorizadas pelas Portarias n.º.s 731, de 24 de julho de 2007 – MEC, destinando 02 (duas) vagas àquele Campus, cujo concurso já foi realizado. As outras 08 (oito) vagas foram autorizadas pelo MEC pela Portaria n.º. 1.263, de 27 de dezembro de 2007.

No Quadro 09, destacam-se os Cursos ofertados regularmente no Campus de Cruzeiro do Sul (exceção do Curso de Formação Docente para Indígena – ofertado uma única vez no ano de 2007).

Campus de Cruzeiro do Sul – Universidade da Floresta								
Cursos	Turno	Vagas	Duração do Curso	Reconhecimento	ENADE			
					2004	2005	2006	2007
Letras/Português (Licenciatura)	Noturno	50	Mínimo: 03 anos e meio Máximo: 07 anos	Portaria/SESU n°. 322, de 04/07/2006. D.O.U. de 05/07/2006.		3		
Letras/Inglês (Licenciatura)	Matutino	50	Mínimo: 03 anos e meio Máximo: 07 anos	Decreto n°. 76.800, de 15/12/1975. Sem Prazo. D.O.U. de 16/12/1975.		3		
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	50	Mínimo: 04 anos Máximo: 06 anos	Decreto n°. 76.800, de 15/12/1975. Sem Prazo. D.O.U. de 16/12/1975.		3		
Engenharia Florestal (Bacharelado)	Integral	50	Mínimo: 04 anos Máximo: 06 anos	Resolução n°. 09, de 27/04/2006. CEPEX/UFAC.				
Ciências Biológicas (Bacharelado)	Integral	50	Mínimo: 04 anos Máximo: 06 anos	Resolução n°. 08, de 27/04/2006. CEPEX/UFAC.		*		
Enfermagem (Bacharelado)	Integral	25	Mínimo: 04 anos Máximo: 06 anos	Resolução n°. 07, de 27/04/2006. CEPEX/UFAC.				* **
Letras/Espanhol (Licenciatura)	Vespertino	50	Mínimo: 03 anos e meio Máximo: 07 anos	Resolução n°. 21, de 25/10/2007. CEPEX/UFAC.				
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Noturno	50	Mínimo: 03 anos e meio Máximo: 07 anos	Resolução n°. 21, de 25/10/2007. CEPEX/UFAC.				
Engenharia Agrônômica (Bacharelado)	Integral	50	Mínimo: 05 anos Máximo: 08 anos	Resolução n°. 21, de 25/10/2007. CEPEX/UFAC.				
Curso de Formação Docente para Indígenas (Licenciatura)	Integral	50	Mínimo: 04 anos Máximo: 08 anos	Resolução n°. 21, de 25/10/2007. CEPEX/UFAC.				

Quadro 09: Cursos ofertados regularmente no Campus de Cruzeiro do Sul.

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação / 2009.

*Cursos que ainda não preenchem os critérios previstos no Art. 3º, da Portaria Normativa nº 5, de 20 de março de 2007.

** Art. 3º. A prova do ENADE 2007 será aplicada no dia 11 de novembro de 2007, com início às 13 horas (horário de Brasília).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS – MUNICÍPIOS: SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL

Foram utilizados questionários quali-quantitativos no desenvolvimento do trabalho, que foram aplicados da seguinte forma:

- c) Questionário 1: aplicado a uma amostra dos formandos do Curso de Matemática, teve como objetivo verificar, do ponto de vista dos mesmos se as expectativas econômicas, profissionais e pessoais foram contempladas com a formação dada. Buscou-se verificar a inserção dos formandos no mercado de trabalho, a valorização profissional dos mesmos (progressão funcional, aumento salarial, etc.), além da modificação havida na sua atuação como docente (quando for o caso). Com o intuito de comparação de informações, os formandos dos três municípios, ou seja, Sena Madureira, Brasiléia e Cruzeiro do Sul, formaram a população. A amostra foi intencional dando-se preferência aos formandos que estavam atuando no Ensino, seja particular ou público, tendo em vista que o principal fator de comparação será o desempenho das escolas do município nas provas promovidas pelo MEC (Provão, ENEM, Prova Brasil).
- d) Questionário 2: este instrumento foi aplicado tendo como objeto os gestores. Obrigatoriamente foram incluídos os secretários municipais de Educação e alguns diretores de Escola nas quais os docentes que responderam o Questionário 1 atuam.

Estes questionários foram aplicados em 2008 e 2009, com as análises ocorrendo imediatamente após a aplicação dos mesmos.

Inicialmente foi coletada a lista de alunos ingressantes no Curso de Matemática dos municípios de Brasiléia, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, no DERCA. Além disso, foi solicitada na Coordenação do Curso de Matemática e no setor de diplomas da UFAC, a lista de alunos concluintes, para comparação dos dados. Em seguida essa lista foi enviada para a equipe de gestão da SEE para que a mesma providencie no setor de lotação o nome dos professores que estão atuando nas escolas do Estado. Da mesma forma foi enviada essa lista para os municípios envolvidos para a verificação dos professores que estão atuando nas escolas municipais. Com base no recebimento dessas informações iniciou-se o processo de análise do IDEB nas escolas onde os respectivos professores formados pelo PEFPEB estão atuando atualmente.

Num segundo momento foi analisado o perfil dos alunos concludentes do Curso de Matemática dos municípios de Brasília, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul nos quais foram verificadas a faixa etária dos discentes, percentual de discentes que já eram professores, percentual de discentes que eram da comunidade e sua formação no ensino médio. Essa etapa foi realizada verificando as pastas dos discentes arquivadas no DERCA.

O principal problema fruto do isolamento das populações interioranas era a situação precária que se encontrava o ensino de 1º e 2º graus, hoje denominado ensino fundamental e médio. Buscando amenizar este e outros problemas é que foi implantado o Programa de Especial de Formação de Professores do Ensino Básico (PEFPEB) nos municípios do Estado do Acre. Este programa, bancado pelo Governo Estadual e pelos Governos Municipais, com o apoio da Universidade Federal do Acre, foi fundamental para buscar romper o isolamento das populações interioranas.

A intenção dos atores deste programa era dar condições aos moradores dos municípios acrianos de estudarem em seus próprios municípios, evitando o êxodo para a capital e, ao mesmo tempo, fixando esses docentes em suas cidades de origem.

As conseqüências destas ações ousadas dos governos, em parceria com a Universidade Federal do Acre, foi o principal foco deste trabalho.

4.1 PESSOAS FORMADAS PELO PEFPEB NOS VÁRIOS MUNICÍPIOS

Pela falta de professores qualificados no ano de 1993, observou-se que na zona rural do Estado, 71,7% dos professores que ensinavam de 5ª a 8ª séries não possuíam o curso superior. Esses números refletiram imediatamente no desempenho do sistema escolar que apresentava 27,15% e 23,27% para os índices de evasão e reprovação, respectivamente, além do mais alto nível de analfabetismo da Região Norte.

Baseando-se nesse quadro de isolamento e carências que a UFAC resolveu amenizar os graves problemas de qualificação dos professores da rede estadual através do Programa de Interiorização do Ensino de Graduação.

Dessa forma, a partir de 2005 o quadro se modificou com a qualificação de 1.633 (hum mil, seiscentos e trinta e três) professores licenciados nas áreas especificadas (Tabela 02).

Tabela 02: Quantidade de Pessoas formadas pelo PEFPEB nos vários municípios e percentuais de formados.

<i>Município X Curso</i>	<i>Biologia</i>			<i>Geografia</i>			<i>História</i>			<i>Ed. Física</i>			<i>Letras</i>			<i>Matemática</i>		
	<i>I*</i>	<i>C**</i>	<i>%</i>	<i>I</i>	<i>C</i>	<i>%</i>	<i>I</i>	<i>C</i>	<i>%</i>	<i>I</i>	<i>C</i>	<i>%</i>	<i>I</i>	<i>C</i>	<i>%</i>	<i>I</i>	<i>C</i>	<i>%</i>
Cruzeiro do Sul	103	89	86,4	50	46	92,0	101	90	89,1	50	40	80,0	X	X	X	104	79	76,0
Tarauacá	X	X	X	50	45	90,0	51	44	86,3	50	50	100,0	X	X	X	52	44	84,6
Feijó	X	X	X	50	44	88,0	X	X	X	50	48	96,0	X	X	X	51	38	74,5
Sena Madureira	X	X	X	51	45	88,2	50	43	86,0	50	41	82,0	X	X	X	45	41	91,1
Xapuri	X	X	X	50	42	84,0	X	X	X	48	48	100,0	49	36	73,5	50	45	90,0
Brasiléia	46	42	91,3	X	X	X	50	47	94,0	50	46	92,0	X	X	X	53	42	79,2
Plácido de Castro	50	45	90,0	X	X	X	51	45	88,2	X	X	X	51	45	88,2	X	X	X
Senador Guimard	X	X	X	50	46	92,0	X	X	X	51	50	98,0	X	X	X	50	43	86,0
Rio Branco	100	98	98,0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	100	86	86,0
TOTAL	299	274	91,6	301	268	89,0	303	269	88,8	349	323	92,6	100	81	81,0	505	418	82,8

Fonte: DERCA, dados atualizados em 03/11/2008.

* Ingressante

**Concluinte e percentual de concluinte por curso e município.

Dando continuidade na análise dos dados, verifica-se o percentual de concluintes por curso, de 2001 a 2005, conforme Gráfico 02.

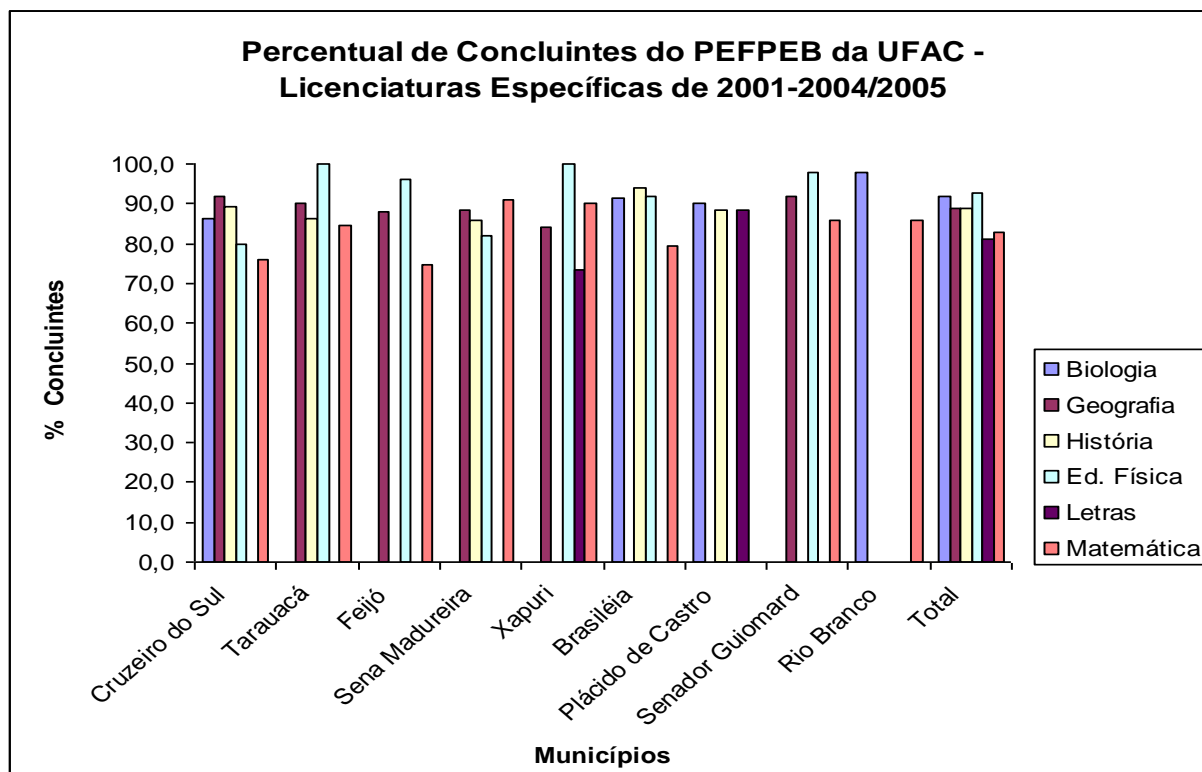


Gráfico 02: Percentagem de Concluintes nos Cursos Oferecidos pela UFAC do PEFPEB / 2001-2004/2005
Fonte: DERCA, 2008.

Observa-se que o maior índice de concluintes foi no Curso de Educação Física dos municípios de Xapuri e Tarauacá, ambos com um percentual de 100% de conclusão. No município de Feijó, o curso que teve mais alunos formandos foi o curso de Educação Física (96%); no município de Sena Madureira, o curso de Matemática (91,1%); em Cruzeiro do Sul, o curso que teve mais alunos formandos foi Geografia (92%); em Brasília, o curso de História (94%); Plácido de Castro, Biologia (90%); em Senador Guionard, Educação Física (98%) e, no Município de Rio Branco, o curso que teve mais alunos concluintes foi o curso de Biologia, com 98%.

Analisando o total geral, o curso que mais formou, em termos percentuais, foi o curso de Educação Física (92,6%) e o que menos formou foi o Curso de Letras, com 81%.

Em seguida, verifica-se o percentual de evadidos por curso, de 2001 a 2005 (Tabela 03).

Tabela 03: Quantidade de Evasão nos Cursos ofertados pelo PEFPEB nos vários municípios e respectivos percentuais.

<i>Município x Curso</i>	<i>Biologia</i>			<i>Geografia</i>			<i>História</i>			<i>Ed. Física</i>			<i>Letras</i>			<i>Matemática</i>		
	I*	E**	%	I	E	%	I	E	%	I	E	%	I	E	%	I	E	%
Cruzeiro do Sul	103	14	13,6	50	04	8,0	101	11	10,9	50	10	20,0	X	X	X	104	25	24,0
Tarauacá	X	X	X	50	05	10,0	51	07	13,7	50	0,0	0,0	X	X	X	52	08	15,4
Feijó	X	X	X	50	06	12,0	X	X	X	50	02	4,0	X	X	X	51	13	25,5
Sena Madureira	X	X	X	51	06	11,8	50	07	14,0	50	09	18,0	X	X	X	45	04	8,9
Xapuri	X	X	X	50	08	16,0	X	X	X	48	0,0	0,0	49	13	26,5	50	05	10,0
Brasiléia	46	04	8,7	X	X	X	50	03	6,0	50	04	8,0	X	X	X	53	11	20,8
Plácido de Castro	50	05	10,0	X	X	X	51	06	11,8	X	X	X	51	06	11,8	X	X	X
Senador Guiomard	X	X	X	50	04	8,0	X	X	X	51	01	2,0	X	X	X	50	07	14,0
Rio Branco	100	02	2,0	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	100	14	14,0
TOTAL	299	25	8,4	301	33	11,0	303	34	11,2	349	26	7,4	100	19	19,0	505	87	17,2

Fonte: DERCA, dados atualizados em 03/11/2008.

* Ingressante

**Evadidos e percentual de evasão por curso e município.

Estas informações resultam no Gráfico 03, que apresenta o percentual de evadidos, por curso, daqueles ofertados pelo PEFPEB/ UFAC.

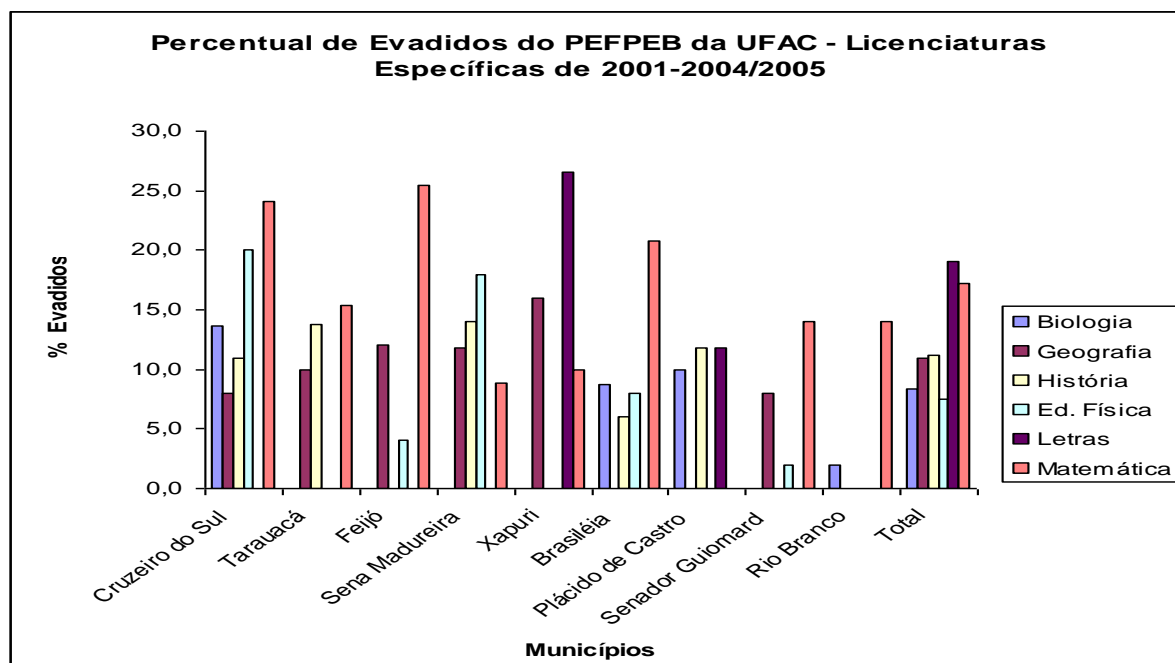


Gráfico 03: Percentagem de Evasão nos Cursos Oferecidos pela UFAC do PEFPEB / 2001-2004/2005
Fonte: DERCA, 2008.

O Gráfico 03 mostra que o maior índice de evasão foi no Curso de Letras do município de Xapuri com um percentual de 26,5%, seguido do Curso de Matemática nos municípios de Feijó (25,5%), Cruzeiro do Sul (24,0%), Brasiléia (20,8%), Tarauacá (15,4%) e Senador Guiomard e Rio Branco, ambos com um percentual de 14,0% de evasão. Em Plácido de Castro, a evasão foi maior nos cursos de História e Letras, com um percentual de 11,8%.

Analisando o total geral de discentes, por curso, verifica-se que o curso que obteve maior evasão foi o curso de Letras (19,0%), seguido do curso de matemática (17,2%), enquanto que o curso em que o percentual de evasão foi menor foi o Curso de Educação Física (7,4%).

4.2 CURSO DE MATEMÁTICA DO PEFPEB - SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL

O Curso de Matemática – PEFPEB iniciou suas atividades em primeiro de fevereiro de 2001 e seu término ocorreu em datas diferenciadas. Em Sena Madureira, em dezesseis de abril de 2005, com uma duração de quatro anos e dois meses; em Brasiléia, em dezesseis de setembro de 2005, com uma duração de quatro anos e seis meses e, em Cruzeiro do Sul, em

dezoito de novembro de 2004, com uma duração de três anos e nove meses. A modalidade do Curso foi de Licenciatura Plena (Modular e Presencial - carga horária de 3.180 horas), com uma clientela de professores da Rede Estadual, Municipal e da Comunidade.

O funcionamento do Curso de Matemática nos pólos de Sena Madureira e Brasiléia, foi no período noturno, com uma turma em cada pólo e em Cruzeiro do Sul, em virtude do quantitativo de discentes, funcionou em dois períodos: uma turma pelo período matutino com quarenta e quatro discentes (turma A) e uma turma no período noturno com sessenta discentes (turma B).

No pólo de Brasiléia, além dos discentes locais, foram absorvidos aqueles oriundos do Município de Epiaciolândia; no pólo de Cruzeiro do Sul foram incluídos discentes que atuavam como professores nos municípios de Mâncio Lima e Rodrigues Alves.

A estrutura curricular foi organizada em módulos, sendo cada um composto de três fases, cada uma com duas disciplinas. A última fase era reservada a reoferecimentos de disciplinas onde havia o maior número de alunos reprovados. Esta estratégia fez com que o número de retidos e evadidos diminuísse sensivelmente.

4.2.1 Ingressantes, Concluintes e Evadidos dos Municípios do Estado do Acre

O Quadro 10 apresenta o número de ingressantes, concluintes e evadidos nos cursos ofertados nos Municípios de Sena Madureira, Brasiléia e Cruzeiro do Sul. Analisando os dados pode-se verificar que, no Município de Sena Madureira, o curso com o maior percentual de concluintes foi o de Matemática com 91,1%. Este fato pode ser explicado pela previsão, no Projeto do Curso, de reoferecimentos de disciplinas a cada módulo, desde o início do curso. Esta estratégia foi idealizada em virtude do grande número de evasão no curso de matemática da sede. Em Brasiléia, História (94,0%) e, em Cruzeiro do Sul, Geografia (92,0%) foram os cursos com maior percentual de concluintes. O curso que apresentou o maior percentual de evadidos no Município de Sena Madureira foi Educação Física (18%); em Brasiléia e em Cruzeiro do Sul foi o curso de matemática com 20,8% e 24,0%, respectivamente.

Ingressantes, Concluintes e Evadidos					
Sena Madureira – Acre					
Cursos	Ingressantes	Concluintes	% Concluintes	Evadidos	% Evadidos
Geografia	51	45	88,2 %	06	11,8 %
História	50	43	86,0 %	07	14,0 %
Educação Física	50	41	82,0 %	09	18,0 %
Matemática	45	41	91,1 %	04	8,9 %
Brasiléia – Acre					
Biologia	46	42	91,3 %	04	8,7%
História	50	47	94,0 %	03	6,0%
Educação Física	50	46	92,0 %	04	8,0%
Matemática	53	42	79,2 %	11	20,8%
Cruzeiro do Sul – Acre					
Biologia	103	89	86,4 %	14	13,6 %
História	101	90	89,1 %	11	10,9 %
Educação Física	50	40	80,0 %	10	20,0 %
Geografia	50	46	92,0 %	04	8,0 %
Matemática	104	79	76,0 %	25	24,0 %

Quadro 10: Ingressantes, Concluintes e Evadidos
FONTE: DERCA, 2008.

4.2.2 Perfil dos Discentes do Curso de Matemática - PEFPEB dos Municípios de Sena Madureira, Brasiléia e Cruzeiro do Sul

4.2.2.1 Faixa Etária dos Ingressantes

Faixa Etária dos Ingressantes								
Municípios	18 a 24 anos	%	25 a 35 anos	%	36 a 45 anos	%	Mais de 45 anos	%
Sena Madureira	16	35,5	17	37,8	08	17,8	04	8,9
Brasiléia	14	33,3	16	38,1	09	21,4	03	7,1
Cruzeiro do Sul Turma A	06	18,2	16	48,5	08	24,2	03	9,1
Cruzeiro do Sul Turma B	12	26,1	20	43,5	13	28,3	01	2,2
Cruzeiro do Sul Turmas A e B	18	22,8	36	45,6	21	26,6	04	5,1

Quadro11: Faixa Etária dos Ingressantes
FONTE: DERCA, 2008.

A análise dos dados referentes à faixa etária foi feita com base no quantitativo de alunos concluintes. Em Sena Madureira, 41 (quarenta e um) discentes, em Brasiléia, 42 (quarenta e dois) discentes e em Cruzeiro do Sul, 79 (setenta e nove) discentes, sendo trinta e

três da turma A e quarenta e seis da turma B. Não foi possível analisar a faixa etária dos alunos que não terminaram o curso, em virtude de não se ter documentação no DERCA.

No município de Sena Madureira, o discente mais novo tinha 18 anos, do sexo feminino e sua classificação no vestibular foi em 22° (vigésimo segundo) lugar e era da comunidade, enquanto que o discente mais velho tinha 54 anos, tinha sido professor da maioria dos alunos da turma, era do sexo masculino e classificou-se em 1° lugar no vestibular e ainda atua na profissão. Essa turma possuía 16 alunos na faixa etária de 18 a 24 anos (35,5%); 17 alunos na faixa etária de 25 a 35 anos (37,8%), 08 alunos na faixa etária de 36 a 45 anos (17,8%) e 04 alunos com mais de 45 anos (8,9%).

Em Brasília, o discente mais novo tinha 19 anos, era do sexo masculino e sua classificação no vestibular foi em 15° (décimo quinto) lugar e era da comunidade. Os discentes mais velhos tinham 47 anos, 01 (um) do sexo masculino, sua classificação no vestibular (foi em 2° lugar) e a outra discente, do sexo feminino, sua classificação no vestibular foi em 13° lugar. Ambos ingressaram na UFAC na categoria de professor. O discente que passou em 1° (primeiro) lugar no vestibular tinha 32 anos e tinha formação em nível de ensino médio em contabilidade, cursada na Escola Kairala José Kairala, porém, entrou na categoria de professor. Essa turma possuía 14 alunos na faixa etária de 18 a 24 anos (33,3%); 16 alunos na faixa etária de 25 a 35 anos (38,1%), 09 alunos na faixa etária de 36 a 45 anos (21,4%) e 03 discentes com mais de 45 anos (7,1%).

Em Cruzeiro do Sul o discente mais novo da turma A tinha 19 anos, era do sexo masculino, sua classificação no vestibular foi em 69° (sexagésimo nono) lugar e era da comunidade, tendo cursado o curso profissionalizante de Contabilidade na escola de 2° grau do Município de Cruzeiro do Sul - “Dom Henrique Ruth”. Os discentes mais velhos tinham 49 anos: 01 (um) do sexo feminino, sua classificação no vestibular foi em 40° (quadragésimo) lugar e ingressou na UFAC na categoria de professora, tendo cursado o seu ensino médio na escola de 2° grau do Município de Cruzeiro do Sul - “Professor Flodoardo Cabral”; o outro discente era do sexo masculino, sua classificação no vestibular foi em 58° (qüinquagésimo oitavo) lugar e ingressou na UFAC na categoria da comunidade, tendo cursado o seu ensino médio na mesma escola que a outra discente. Já o discente mais novo, da turma B, também tinha 19 anos era do sexo masculino, representante da comunidade, classificação no vestibular em 34° (trigésimo quarto) lugar, cursou o ensino médio (Formação Integral) na escola do Município de Cruzeiro do Sul - “Dom Henrique Ruth”. O discente que passou em 1°

(primeiro) lugar no vestibular para o Curso de Matemática no município pólo de Cruzeiro do Sul tinha 46 anos, sexo feminino e tinha formação em nível de ensino médio em magistério, habilitação cursada na escola do município “Professor Flodoardo Cabral”. Entrou na UFAC pela categoria de professor.

Em Cruzeiro do Sul a maioria dos discentes de matemática estava na faixa etária de 25 a 35 anos; na turma A, 16 (dezesseis) alunos estão nessa faixa etária (48,5%) e na turma B, 20 alunos também está nesta mesma faixa etária, correspondendo a 43,5% dos concluintes.

Nos municípios há uma grande parcela de alunos que podem contribuir ainda em sala de aula após sua formação. Pode-se dizer que, para a grande maioria, a obtenção do diploma de nível superior não serviria apenas como a garantia de um salário melhor para sua aposentadoria. Para alguns serviria para poderem pleitear o seu primeiro emprego e para outros a troca de emprego na oportunidade de fazerem concurso para a sua área de formação.

4.2.2.2 - Gênero

No Curso de Matemática – Sena Madureira, dos 45 alunos ingressantes 33 (trinta e três) eram do sexo masculino (73,3%) e 12 do sexo feminino (26,7%). Porém todas as mulheres concluíram o curso, evadindo-se do mesmo 04 (quatro) discentes do sexo masculino (8,9%), todos representantes da comunidade (vide Quadro 11). Dos ingressantes, 12 (doze) já eram professores (26,7%) e 33 (trinta e três) eram da comunidade (73,3%). Todos os ingressantes da categoria de professores concluíram o curso (26,7%), enquanto que apenas 29 (vinte e nove) dos ingressantes, da comunidade concluíram (64,4%), (vide Quadro 12).

No Curso de Matemática – Brasília, dos 53 alunos ingressantes, 37 (trinta e sete) eram do sexo masculino (69,8%) e 16 do sexo feminino (30,2%). Porém, 12 (doze) mulheres concluíram o curso (22,6%), evadindo-se do mesmo 04 (quatro) mulheres (7,6%). Com relação aos homens, observa-se que a desistência foi maior. Concluíram o curso 30 discentes do sexo masculino (56,6%) e 07 (sete) evadiram-se, (13,2%). Dos ingressantes, 14 (quatorze) já eram professores (26,4%) e 39 (trinta e nove) eram da comunidade (73,6%). Dos ingressantes, na categoria de professores, concluíram o curso 12 (doze) professores (22,6%) e somente 30 (trinta) dos ingressantes, que eram da comunidade, concluíram (56,6%). Observa-se que a evasão na categoria de professores foi de 02 discentes (3,8%) e na categoria da comunidade, 09 (17%), sendo 03 mulheres (5,7%) e 06 homens (11,3%).

No Curso de Matemática – Cruzeiro do Sul, dos 104 alunos ingressantes no curso, 60 (sessenta) eram do sexo masculino (57,7%) e 44 (quarenta e quatro) discentes eram do sexo

feminino (42,3%). Porém, 38 (trinta e oito) mulheres concluíram o curso (36,5%), evadindo-se do mesmo 06 (seis) mulheres, o correspondente a um percentual de 5,8%. Com relação aos homens, observa-se que a desistência foi maior. Concluíram o curso 41 discentes do sexo masculino (39,4%). Dos ingressantes, 44 (quarenta e quatro) já eram professores o que corresponde a um percentual de 42,3% e 60 (sessenta) eram da comunidade o que corresponde a um percentual de 57,7%. Dos ingressantes na categoria de professores concluíram o curso 43 (quarenta e três) discentes o correspondente a (41,3%) e somente 36 (trinta e seis) dos ingressantes representantes que eram da comunidade concluíram o curso o que corresponde a um percentual de 34,6%. Observa-se que a evasão na categoria de professores foi de 01 discente (1%), sendo do sexo feminino e na categoria da comunidade, 24 discentes (23,1%), sendo 05 (cinco) mulheres (4,8%) e 19 discentes (18,3%).

Gênero dos Ingressantes										
Sena Madureira										
Sexo	I (1)	%	P/C*	%	C/C**	%	P/E***	%	C/E****	%
Masculino	33	73,3%	08	17,8%	21	46,6%	-	-	04	8,9%
Feminino	12	26,7%	04	8,9%	08	17,8%	-	-	-	-
Total	45	100,0%	12	26,7%	29	64,4%	-	-	04	8,9%
Brasília										
Masculino	37	69,8%	06	11,3%	24	45,3%	01	1,9%	06	11,3%
Feminino	16	30,2%	06	11,3%	06	11,3%	01	1,9%	03	5,7%
Total	53	100,0%	12	22,6%	30	56,6%	02	3,8%	09	17,0%
Cruzeiro do Sul										
Masculino	60	57,7%	17	16,3%	24	23,1%	-	-	19	18,3%
Feminino	44	42,3%	26	25,0%	12	11,5%	01	1,0%	05	4,8%
Total	104	100,0%	43	41,3%	36	34,6%	01	1,0%	24	23,1%

Quadro 12: Gênero dos Ingressantes

FONTE: DERCA/Coordenação do Curso de Matemática, 2008.

(1) Ingressantes

* Professores Concludentes

** Comunidade Concludentes

*** Professores Evadidos

**** Comunidade evadidos

4.2.2.3 Procedência de Formação

Os alunos do Município de Sena Madureira ao ingressarem na Universidade, 48,9% eram oriundos do Curso de Formação Integral, correspondendo a 22 discentes, 40% do Curso

de Magistério (18 alunos), 6,7% oriundos de Supletivo 2º grau (03 discentes) e 4,4% de Cursos Profissionalizantes (02 alunos), mas especificamente dos cursos de: Técnico Agrícola e Desenhista de Instalações Hidráulicas.

Os alunos do Município de Brasiléia, 26,4% eram oriundos do Curso de Formação Integral, correspondendo a 14 alunos; 15,1% (08) do Curso de Magistério; 15,1% (08) oriundos de supletivo 2º graus e, 22,6% (12) de Cursos Profissionalizantes, mais especificamente: Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas (01), Técnico em Contabilidade (07), Técnico em Agropecuária (03) e Assistente em Administração (01). Onze alunos (20,8%) não foram detectadas informações, pois não concluíram o curso e suas fichas não se encontravam mais no DERCA.

Os discentes de Cruzeiro do Sul ao ingressarem na Universidade, 38,6% dos alunos da turma A do Município de Cruzeiro do Sul eram oriundos do Curso de Magistério, correspondendo a 17 (dezesete) discentes; 6,8% (03) do Curso de Formação Integral, 18,2% (08) oriundos do supletivo 2º grau; e 11,4% (05) do Curso Profissionalizante, mais especificamente do Curso de Técnico em Contabilidade (05). Não se obteve informações de 11 discentes (25%). Em relação aos discentes da turma B, ao ingressarem na Universidade, 31,7% (19) dos alunos eram oriundos do Curso de Magistério; 26,7% (16) do Curso de Formação Integral; 8,3% (05) oriundos do supletivo 2º grau; e 10,0% (06) do Curso Profissionalizante, mais especificamente dos cursos de Técnico em Contabilidade (03), Assistente em Administração (01), Técnico em Agropecuária (01) e Técnico em Eletricidade (01). Não se obteve informações de 14 discentes (23,3%).

Os discentes de Sena Madureira estudaram, na sua grande maioria, o ensino médio nas duas escolas tradicionais do município: “Escola de Ensino Médio Dom Júlio Mattioli” e “Escola de 1º e 2º graus Instituto Santa Juliana”. Os demais cursaram seu ensino médio em outras localidades como: Rio Branco, Rio de Janeiro e Manaus. As respectivas escolas onde os discentes do Município de Sena Madureira cursaram o ensino médio encontram-se no Apêndice A. Os de Brasiléia estudaram na sua grande maioria, o ensino médio, na escola tradicional do município: “Escola de Ensino Médio Kairala José Kairala”. Os demais cursaram seu ensino médio em outras localidades como Rio Branco, Rio de Janeiro, Mato Grosso (Apêndice B). Observa-se também que os discentes do PEFPEB do Curso de Matemática no município de Cruzeiro do Sul estudaram na sua grande maioria o ensino médio na escola tradicional do município: “Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Flodoardo Cabral”. Os demais cursaram seu ensino médio em outras localidades como: Rio

Branco - Acre, Mâncio Lima - Acre, Wenceslau Braz – Paraná, Belo Horizonte - Minas Gerais, São Carlos – São Paulo (Apêndice C).

4.3 CURSO DE MATEMÁTICA DO PEFPEB – IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – é um indicador criado pelo INEP que combina dois conceitos: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir de dados sobre aprovação escolar, obtidos do Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB (para as Unidades da Federação e para o país), e a Prova Brasil (para os municípios). O SAEB avalia conhecimentos em Português e Matemática por amostra, isto significa que nem todos os estudantes das séries avaliadas participam da prova. Participam do SAEB alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, tanto da rede pública quanto da rede privada, em área urbana e rural. Os resultados do SAEB são à base de cálculo para o IDEB nacional e os IDEBs dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, em conjunto com as taxas de aprovação escolar. A Prova Brasil foi criada para complementar o IDEB com dados por município e escola. A Prova Brasil é uma avaliação realizada a cada dois anos pelo Ministério da Educação. Ela mede o desempenho dos alunos da 4ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática nas escolas públicas e urbanas. A avaliação é universal, portanto, oferece resultados para o Brasil, para cada Unidade da Federação, município e escola participantes. Os resultados da Prova Brasil são a base para o cálculo dos IDEBs de cada município e escola, ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

Segundo MEC/INEP, o IDEB serve de condutor a política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica. O PDE estabelece como meta que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável à dos países desenvolvidos.

O IDEB é apresentado numa escala de zero a dez. Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o IDEB da instituição.

As diferenças e semelhanças entre as Provas Brasil e o SAEB encontram-se no Quadro 13.

Prova Brasil	SAEB
Teve sua criação em 2005.	Em 1990 ocorreu a primeira aplicação da prova.
Sua primeira edição foi em 2005 e em 2007 a segunda.	É aplicada de dois em dois anos. A última aplicação foi em 2007.
Avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em Leitura) e Matemática (foco na Resolução de Problemas).	Alunos fazem prova de Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas)
Avalia apenas estudantes de ensino fundamental, de 4ª e 8ª séries.	Avalia estudantes de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e também estudantes do 3º ano do ensino médio.
Avalia as escolas públicas localizadas em área urbana.	Avalia alunos da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural.
A avaliação é quase universal: todos os estudantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas do Brasil com mais de 20 alunos na série, devem fazer a prova.	A avaliação é por amostragem, ou seja, apenas parte dos estudantes brasileiros das séries avaliadas participa da prova.
Por ser universal, expande o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB. Como resultado, fornece as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes.	Por ser por amostragem, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação.
Parte das escolas que participarem da Prova Brasil ajudará a construir também os resultados do SAEB, por meio de recorte amostral.	Todos os alunos do SAEB e da Prova Brasil farão uma única avaliação.

Quadro 13: Comparativo entre as Provas Brasil e SAEB.

Fonte: Portal MEC, acesso em 22/05/2009 às 12h29min.

A realização das provas ocorre em regime de parceria entre o INEP/MEC, Unidades da Federação e Municípios, que formalizam sua participação por meio de assinatura do Termo de Adesão e não têm nenhum custo. É necessário participar das avaliações para ter seu IDEB calculado e, conseqüentemente, participar dos programas baseados nas metas previstas pelo “Compromisso de Todos pela Educação”.

O programa “Todos pela Educação” é uma união de esforços, em que cada cidadão ou instituição é co-responsável para que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma Educação de Qualidade, conforme Cruz (2008). A educação é monitorada por meio de 05 metas específicas que devem ser alcançadas até 07 de setembro de 2022.

Meta 1 - Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;

Meta 2 - Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;

Meta 3 - Todo aluno com o aprendizado adequado à sua série;

Meta 4 - Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos e,

Meta 5 - Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

As metas servirão como direcionamento para que todos nós Brasileiros possamos participar e cobrar melhorias na Educação do nosso País, Estado ou Município.

O Estado do Acre (1999), em Matemática (8ª série) ficou abaixo da pontuação do Brasil, Região Norte e Nordeste e verificou-se também que nesse ano a região Nordeste supera a região Norte em 1,86 pontos. Com o passar dos anos verificou-se que em 2007 o Estado do Acre ultrapassa a região Nordeste em 3,08 pontos e a região Norte em 0,54. Nesse mesmo ano a Região Norte supera a região Nordeste em 2,54 (vide Gráfico 04).

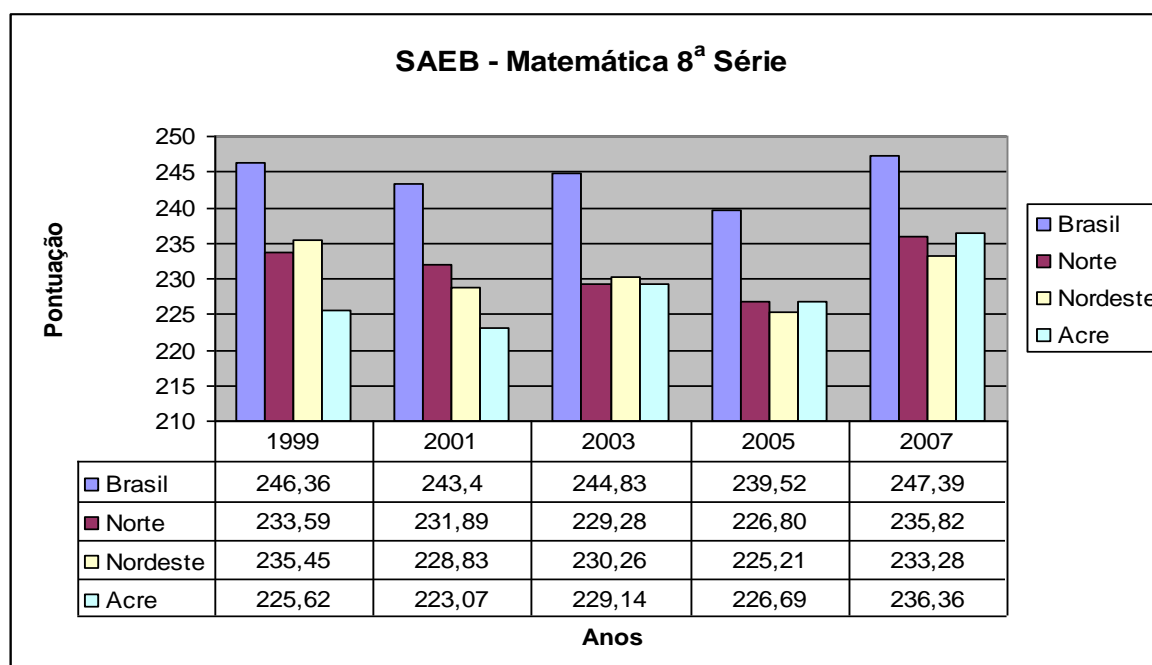


Gráfico 04: Desempenho dos discentes SAEB (Matemática) - 1999 a 2007
 Fonte: SEE, 2008.

O Estado do Acre (1999), em Português (8ª série), ficou abaixo da pontuação do Brasil, Região Norte e Nordeste e verificou-se também que nesse ano a região Norte supera a região Nordeste em 1,85 pontos. Em 2001 o Estado do Acre ultrapassa a região Nordeste em 0,87 pontos. Em 2003 e em 2005 o Acre ultrapassa a pontuação Norte e Nordeste. Já no ano de 2007 o Acre supera a região Nordeste em 4,94; porém quando comparado com o ano de 2005 teve uma queda de 1.02 no desempenho de Português na avaliação do SAEB (vide Gráfico 05).

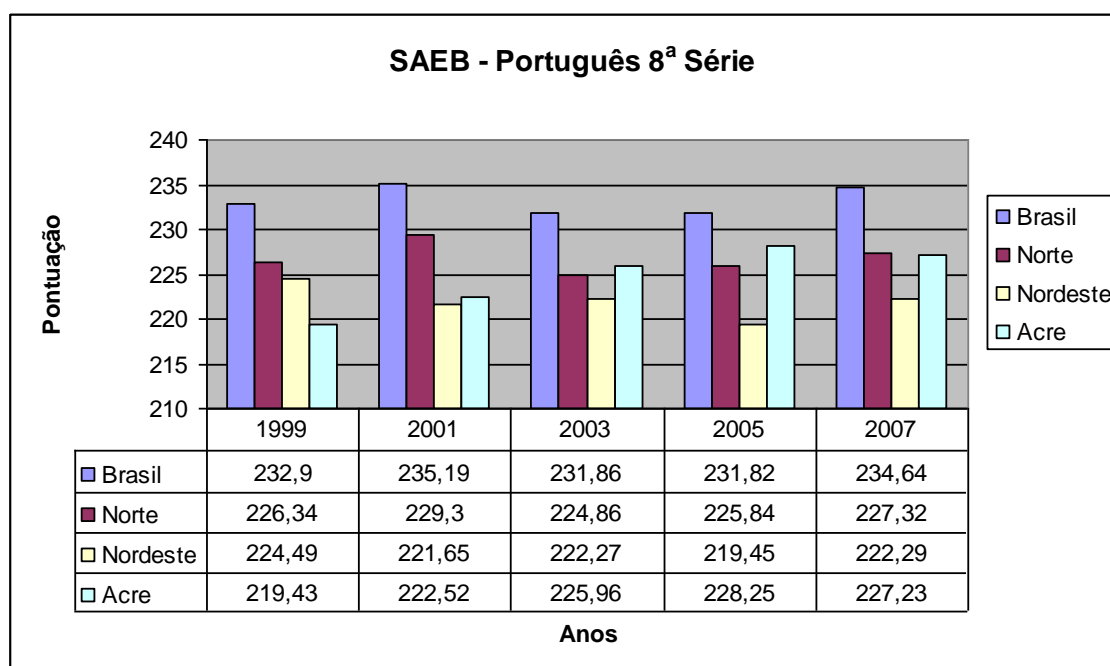


Gráfico 05: Desempenho dos discentes SAEB (Português) - 1999 a 2007.
Fonte: SEE, 2008.

Prosseguindo na linha do IDEB, apresentamos o Gráfico 06, com o IDEB observado nos anos de 2005 e 2007 e projeções para o Brasil, Norte, Acre, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Brasília. Percebe-se que o Acre obteve o mesmo valor do IDEB Brasil, superando, em 2007, a média Norte, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, ficando apenas atrás da média de Brasília.

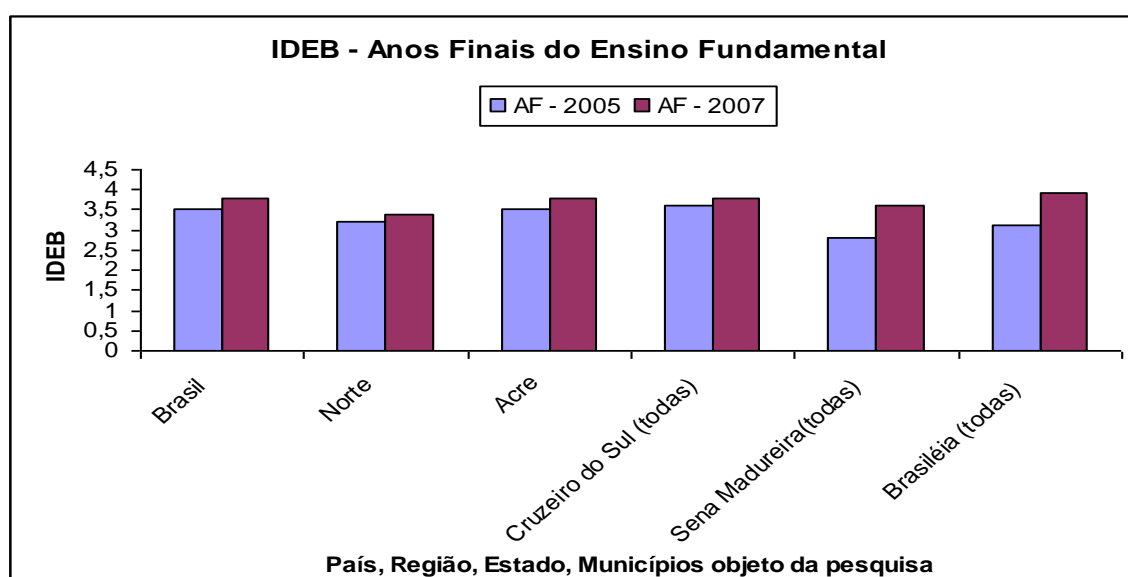


Gráfico 06: IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental – 2005/2007.
Fonte: INEP/MEC/SEE, 2008.

Agora apresentaremos o Quadro 14 com o IDEB observado nos anos de 2005 e 2007 e projeções para o Brasil, Norte, Acre, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Brasília. Percebe-se que o IDEB – Ensino Médio, só é calculado para País, Região e Unidade de Federação.

	Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007/2009	2021	2005	2007	2007/2009	2021
Brasil	3.5	3.8	3.5/3.7	5.5	3.4	3.5	3.4/3.5	5.2
Norte	3.2	3.4	3.2/3.4		2.9	2.9	2.9/3.0	
Acre	3.5	3.8	3.5/3.7	5.5	3.2	3.5	3.0/3.1	4.8
Cruzeiro do Sul	3.6	3.8	3.8/3.9	5.7	-	-	-	-
Sena Madureira	2.8	3.6	2.3/2.5	4.6	-	-	-	-
Brasília	3.1	3.9	3.1/3.3	5.1	-	-	-	-

Quadro 14: IDEB e Projeções para o Brasil, Norte, Acre e Municípios objeto de Pesquisa, 2005 – 2007.
Fonte: INEP/MEC/SEE, 2008.

No Município de Sena Madureira, a Escola Raimundo Magalhães obteve o melhor IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental (4), seguido da Escola Instituto Santa Juliana (3,9), superando a Meta 2007 em 0,6 pontos (APÊNDICE D).

Conforme o Gráfico 07, a Escola Raimundo Magalhães superou a média do município (3,6), porém não ocorreu o mesmo com as escolas Messias Rodrigues (3,3) e Raimundo Hermínio (3,2).

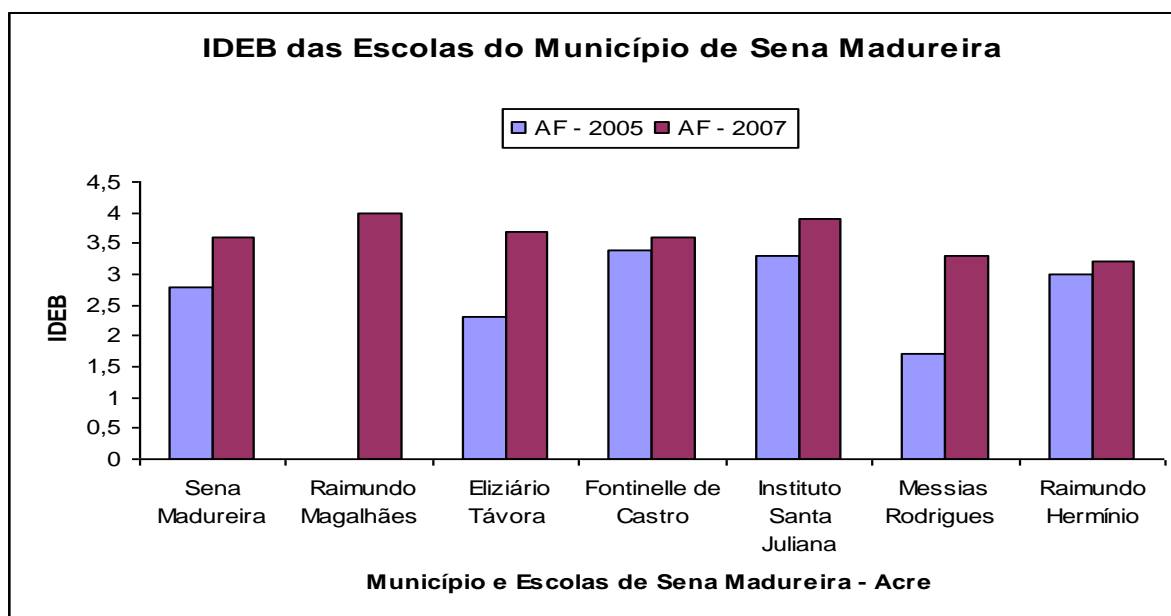


Gráfico 07: IDEB – Escolas do Município de Sena Madureira – 2005/2007.
Fonte: INEP/MEC/SEE, 2008.

No Município de Brasília, a Escola Instituto Odilon Pratagi obteve o melhor IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental (4,2), no ano de 2007 superando a meta esperada em 0,6 pontos; enquanto que a Escola Kairala José Kairala (3,6), superou a Meta 2007 em 1,6 pontos. A Escola Joana Ribeiro Amed, do Município de Eptaciolândia, superou a Meta em 0,3 pontos (APÊNDICE E).

Conforme Gráfico 08 a Escola Instituto Odilon Pratagi superou a média do Município de Brasília (3,9) e de Eptaciolândia, porém não ocorreu o mesmo com as escolas Kairala José Kairala (3,6) e Joana Ribeiro Amed (3,2).

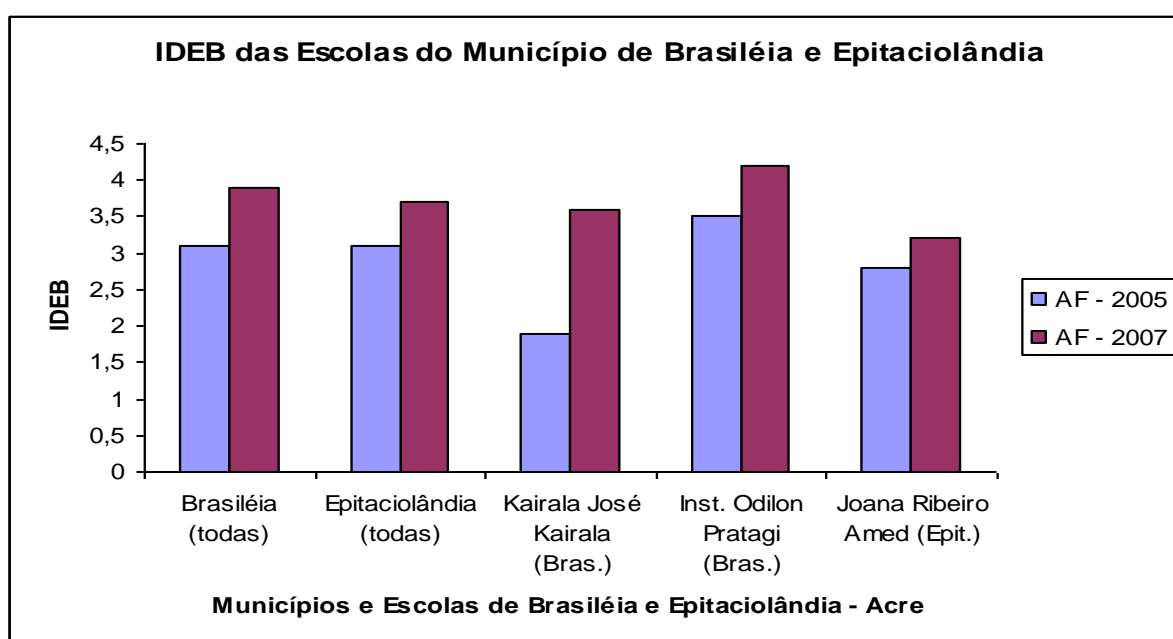


Gráfico 08: IDEB – Escolas dos Municípios de Brasília e Eptaciolândia – 2005/2007.
Fonte: INEP/MEC/SEE, 2008.

No Município de Cruzeiro do Sul, a Escola São José obteve o melhor IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental (4,6), superando a meta esperada em 0,2 pontos para o ano de 2007; as escolas: Braz de Aguiar, Padre Damião, São Francisco, Padre Macelino Champagnat, também superaram a meta de 2007. No entanto, algumas escolas como: Absolon Moreira, Padre Carlos Kunz, Tancredo de Almeida Neves, Thaumaturgo de Azevedo não alcançaram a meta esperada para 2007. A escola João Kubstschek alcançou a meta esperada para 2007 desde o ano de 2005 e se manteve com a mesma nota em 2007. As escolas: Maria Lima de Souza, Rui Barbosa, Nise Varela e Emídio Braga de Vasconcelos tiveram o seu IDEB calculado pela primeira vez no ano de 2007 (APÊNDICE F).

Conforme Gráfico 09, as Escolas João Kubstschek, Padre Damião, São José, São Francisco e Padre Marcelino Champagnat superaram a média do Município de Cruzeiro do Sul (3,8), porém não ocorreu o mesmo com as escolas Absolon Moreira, Braz de Aguiar, Maria Lima de Souza, Padre Carlos Kunz, Tancredo de Almeida Neves, Rui Barbosa, Padre Cristovão Freire Arnaud, Thaumaturgo de Azevedo, Nise Varela e Emídio Braga de Vasconcelos.

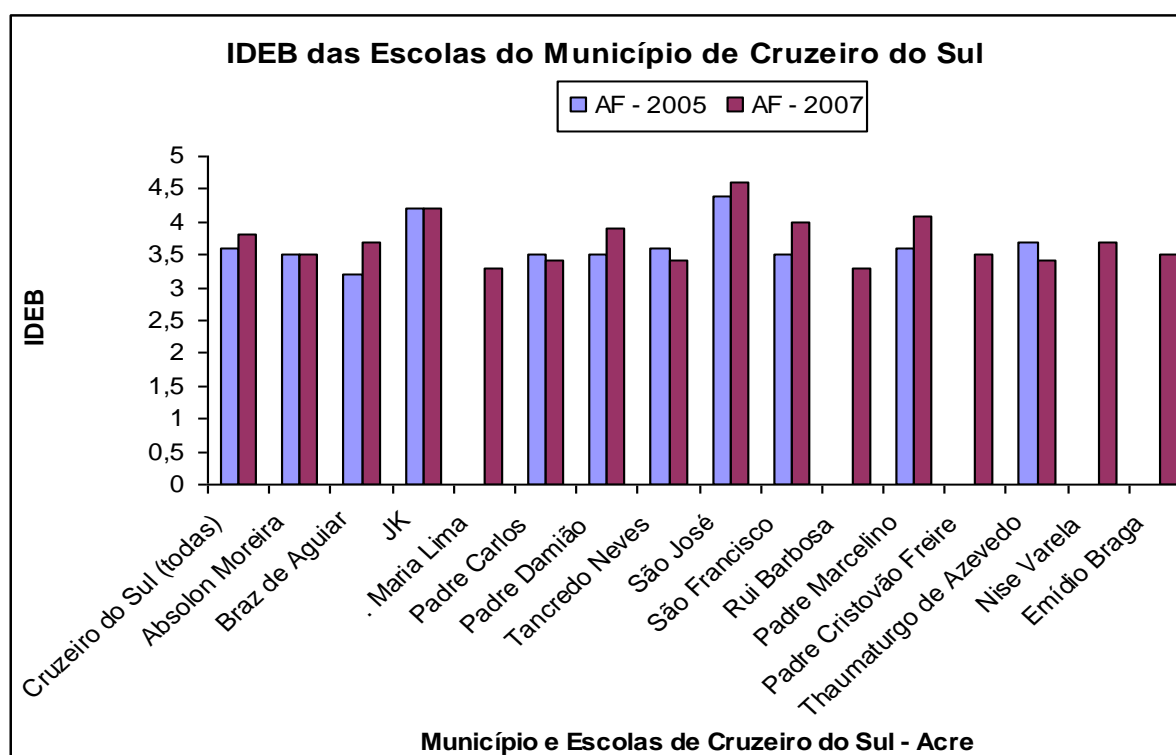


Gráfico 09: IDEB das Escolas do Município de Cruzeiro do Sul, 2005 – 2007.

Fonte: INEP/MEC/SEE, 2008.

4.4 PROFESSORES QUALIFICADOS NO CURSO DE MATEMÁTICA – PEFPEB E RESPECTIVAS ESCOLAS DE ATUAÇÃO

No Município de Sena Madureira, os professores qualificados no Curso de Matemática – PEFPEB atuam nas seguintes escolas, conforme APÊNDICE G: Escola Dom Júlio Mattioli (08 professores, sendo 06 no Ensino Médio (05 com Matemática e 01 com Física) e 02 no Telecurso 2000) – Escola estadual urbana localizada no município de Sena Madureira - Acre com um total de 1.107 alunos e 40 docentes; Instituto Santa Juliana (06 professores, sendo 05 no EFII e 01 no Projeto Poronga) – Escola Estadual Urbana com 981 alunos e 42 docentes; Escola Assis Vasconcelos (01 professor, no EFII) – Escola Estadual

Urbana com 356 alunos e 18 docentes; Escola Fontinelli de Castro (02 professores, no EFII e 01 no GESTAR) – Escola Estadual Urbana com 503 alunos e 25 docentes; Escola Messias Rodrigues de Souza (02 professores, 02 no EFII e 01 deles no EJAI) – Municipal Urbana com 851 alunos; Escola Eliziário Távora (01 professor, no EFII) – Estadual Urbana com 422 alunos e 19 docentes; Escola Raimundo Hermínio de Melo (01 professor, no EFII) – Escola Municipal Urbana com 700 alunos; Escola Raimundo Magalhães – Escola Estadual Urbana com 404 alunos e 18 docentes; Escola Padre Paulino Maria Baldassari (01 professor, no EFII) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Santa Rosa do Purus com um total de 94 alunos e 05 docentes; Escola Raimundo Magalhães (02 professores, no EFII) – Escola Estadual Urbana com 404 alunos e 18 docentes (Censo/MEC – 2007).

No referido município, os professores qualificados estão atuando em outras funções, tais como: Ministério Público (01), Coordenador de Laboratório de Informática na Escola Santa Juliana (01), gestor de políticas públicas – Secretaria Municipal de Saúde (01), Corpo de Bombeiro (01), Bancário (03), Secretário de Obras da Prefeitura (01), GESTAR – capacitando professores para a área docente (02), correio (01), gestor na penitenciária (01), Policial Militar (01), gerente da cultura (01), fórum – cartório (01), Radialista (01), gestor na SEFAZ (01), Bibliotecária (01), Núcleo da UFAC (01), SUCAM (01), UFAC – PROFIR e PROEFE - 01 professor atuando no banco de professores para atender os municípios da zona rural e urbana do Curso de Matemática. Observa-se que também existe professores atuando em mais de uma escola.

No Município de Brasiléia, os professores qualificados no Curso de Matemática – PEFPEB atuam nas escolas de Brasiléia e Eptaciolândia (APÊNDICE H): Escola Kairala José Kairala (09 professores, 06 no EFII, 01 no Ensino Médio e 02 no EJA) – Escola estadual urbana localizada no município de Brasiléia - Acre com um total de 360 alunos matriculados no EFII e 858 alunos matriculados no Ensino Médio, totalizando 1218 alunos e 53 docentes; Escola Instituto Odilon Pratagi (09 professores, 06 no EFII, 01 no Ensino Médio e 02 no EJA) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Brasiléia – Acre com 836 alunos no EFII, com um total de 1289 discentes e 40 docentes; Escola Valéria Bispo Sabala (03 professores, 02 no EFII, 01 Coordenador Pedagógico) – Escola Municipal Rural localizada no município de Brasiléia com 63 alunos no EFI, 302 alunos no EFII, 43 alunos no supletivo, totalizando 408 alunos; Escola José Ruy da Silveira Lino (01 professor, Coordenador Pedagógico) - Escola Municipal Urbana localizada no município de Brasiléia com 323 alunos matriculados; Escola Gesilda de Freitas Paixão (01 professor, atuando no Ensino Médio) – Escola Municipal Rural localizada no município de Brasiléia com 13 alunos no EFI; Escola

Élson Dias Dantas (01 professor, sendo Coordenador Pedagógico) – Escola Municipal Urbana localizada no município de Brasília com 316 alunos matriculados; Escola Joana Ribeiro Amed (10 professores, 06 no EFII, 04 no Ensino Médio atuando com Física e Química) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Eptaciolândia com 765 alunos matriculados e 33 docentes; Escola João Pedro da Silva – Escola Municipal Urbana localizada no município de Eptaciolândia; Escola Brasil Bolívia – Escola Estadual Urbana localizada no município de Eptaciolândia com 769 alunos matriculados e com 28 docentes. (Censo/MEC 2007).

Temos professores atuando em outras funções tais como: Secretária Municipal de Educação (01), Basa (02) sendo um deles o Gerente do Banco da Amazônia (01), Coordenador Pedagógico(02), Posto de Saúde(01), GESTAR II– capacitando professores para a área docente (01), fórum – cartório (01), Tribunal de Contas da União (01), Ministrando Química (02), Ministrando Física (02), Polícia Civil (02). Existem professores atuando em mais de uma escola. Dez professores tiveram seus contratos efetivados no concurso realizado em 2006. Uma aposentadoria.

No Município de Cruzeiro do Sul, os professores qualificados no Curso de Matemática – PEFPEB atuam nas seguintes escolas (APÊNDICE I): Escola Absolon Moreira (02 professores no EFII) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com um total de 1016 alunos e 33 docentes. Escola Braz de Aguiar (03 professores, sendo 02 no EFII e 01 Coordenador Pedagógico) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 617 alunos e 24 docentes. Escola Hugo Carneiro (02 professores, sendo 01 no EJAI e 01 no EJAI) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 615 alunos e 14 docentes. Escola João Kubstschek (01 professor no EFII) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 668 alunos e 27 docentes. Escola Maria Lima de Souza (01 professor no EFII) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 593 alunos e 26 docentes. Escola Padre Carlos Kunz (02 professores no EFII) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 389 alunos e 17 docentes. Escola Padre Damião (03 professores, sendo 02 no EFII e 01 como Diretor) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 474 alunos e 19 docentes. Escola Tancredo de Almeida Neves (01 professor no Projeto Poronga) – Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 489 alunos e 15 docentes. Escola Craveiro Costa (02 professores no EFII) - Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 763 alunos e 27 docentes. Escola Dom Henrique Ruth (03 professores no Ensino Médio) - Escola Estadual Urbana localizada

no município de Cruzeiro do Sul com 1.413 alunos e 37 docentes. Escola Professor Flodoardo Cabral (03 professores, sendo 01 no EFII e 02 no Ensino Médio)- Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 1.353 alunos e 47 docentes. Escola São José (02 professores, sendo 01 no EFII e 01 no Ensino Médio) - Escola Estadual Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 1.161 alunos e 41 docentes. Escola Cristão Cruzeiro (01 professor na função de Diretor) - Escola Privada Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul. Escola Antonio de Oliveira Dantas (04 professores no EFII) - Escola Estadual Urbana localizada no município de Mâncio Lima com 580 alunos e 26 docentes. Escola São Francisco (03 professores no EFII) - Escola Estadual Urbana localizada no município de Mâncio Lima com 302 alunos e 15 docentes. Escola Francisco Braga de Souza (02 professores no EFII) - Escola Estadual Urbana localizada no município de Rodrigues Alves com 538 alunos e 22 docentes. Escola Francisca Rita de Cássia Lima Pinto (01 professor no EFII)- Escola Municipal Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 373 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Escola Rui Barbosa (01 professor na função de Diretor) - Escola Municipal Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 231 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Escola Marcelino Champagnat (01 professor no EFII) - Escola Municipal Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 714 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Escola Padre Cristóvão Freire Arnaud (01 professor no EFII) - Escola Municipal Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 262 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Escola Thaumaturgo de Azevedo (01 professor no EFII) - Escola Municipal Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 483 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Escola Nise Varela (01 professor no EFII) - Escola Municipal Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 307 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Escola Emídio Braga de Vasconcelos (01 professor no EFII) - Escola Municipal Urbana localizada no município de Cruzeiro do Sul com 88 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Escola Antonio Ferreira Gomes (01 professor no EFII) - Escola Municipal Rural localizada no município de Cruzeiro do Sul com 248 alunos matriculados no Ensino Fundamental (Censo MEC/ 2007).

Temos professores atuando em outras funções tais como: Diretor (03), Coordenador Pedagógico (01), GESTAR – capacitando professores para a área docente (02). UFAC – PROFIR e PROEFE: 01 professor atuando no ensino superior na Universidade Federal do Acre no banco de professores para atender os municípios da zona rural e urbana do Curso de Matemática.

4.5 AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DOS MUNICÍPIOS DE SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL.

Foram abordados 03 (três) aspectos.

1. Dentre os cursos oferecidos pela UFAC (Rio Branco ou Cruzeiro do Sul) qual você considera mais importante para ser oferecido no município?
2. Como se deu a absorção dos profissionais formados no Curso de Matemática (percentual de absorção, melhorias salariais, aumento na folha de pagamento, etc.)?
3. Verificar se há disfunção e de que tipo.

4.5.1 Município de Sena Madureira

No município de Sena Madureira foram entrevistados 10 (dez) gestores da área educacional. Todos foram enfáticos em dizer da necessidade dos cursos de: Biologia, Química, Física, Letras (Inglês) e Direito (somente um). A justificativa de alguns gestores para a necessidade dos Cursos de Biologia e Matemática é que os formandos de Biologia também ministram Química nas escolas do ensino médio pelo fato da inexistência de formandos nesta área e os formandos de Matemática atuam com a disciplina de Física pela mesma razão. Com relação à Letras – Inglês se dá pela necessidade de termos profissionais qualificados para atuarem no ensino fundamental e médio.

Com relação de como se deu a absorção dos profissionais formados no Curso de Matemática, todos os entrevistados foram enfáticos ao dizer que com a formação no Curso de Matemática o município ganhou um grande número de profissionais especializados, apesar de ainda ter professores sem formação. Porém, o sistema absorveu uma média de 70% desses profissionais. A melhoria salarial foi significativa, uns tiveram em torno de 100% de aumento. Os que atuavam como leigos passaram de um salário de R\$ 405,00 para R\$ 898,80. Outros formandos conseguiram passar no concurso público para professor realizado em 2006 tendo um ganho inicial de R\$ 1.500,00; outros foram contratados temporariamente. Para os professores que já eram de carreira (leigos), alguns com dois contratos, o salário melhorou muito. Outros formandos conseguiram passar em outros concursos cuja remuneração era mais atrativa que a remuneração de professor e largaram a educação. Para os gestores, estes garantem que houve um grande avanço na melhoria e qualidade do ensino no município, fato esse comprovado pelo IDEB.

4.5.2 Município de Brasília

No município de Brasília foram entrevistados 10 (dez) gestores da área educacional. Todos disseram da necessidade dos cursos de: Química, Física e Matemática. Porém vêm a necessidade, com urgência, de um Curso de Letras Espanhol, pois professores de qualquer área de formação que fazem um treinamento em Rio Branco ministram a disciplina de espanhol no ensino médio.

Com relação de como se deu a absorção dos profissionais formados no Curso de Matemática, todos os entrevistados foram enfáticos em dizer que com a formação no Curso de Matemática o município ganhou um grande número de profissionais especializados. Os profissionais formados no Curso não foram suficientes para atender a demanda. Porém, o último concurso realizado em 2006 conseguiu absorver mais 10 (dez) profissionais com formação superior. Segundo alguns entrevistados, aproximadamente 85% da turma que concluiu o seu ensino superior trabalham na área de matemática ou foram aprovados em concurso público. Também existem profissionais que terminaram o curso e ainda lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental. Um fato mais agravante é que alguns dos profissionais formados se encontram em outras funções administrativas nos Bancos, Empresas Privadas, na área de saúde, em coordenação pedagógica, na polícia civil dentre outros. Apesar disso, maioria dos formandos foi absorvida pela SEE e SEMEC dos municípios de Brasília e Epitaciolândia. A melhoria salarial foi significativa, uns tiveram 100% de aumento. Os formandos que conseguiram passar no concurso público para professor realizado em 2006 tiveram um ganho inicial de R\$ 1.500,00. Os professores que já eram de carreira (leigos), alguns com dois contratos, o salário melhorou muito, recebendo em média R\$ 3.000,00. Outros formandos conseguiram passar em outros concursos cujos empregos apresentavam um salário maior. Para os gestores, os mesmos garantem que houve um grande avanço na melhoria e qualidade do ensino no município, porém, em virtude do perfil agrário do município e de ser um pólo turístico, a Universidade também deveria se preocupar com a implantação de cursos como Engenharia Agrônoma, Florestal e Letras Inglês/Espanhol, além dos cursos de licenciatura como Química, Física e Matemática, de forma a melhorar a qualidade do ensino e o desenvolvimento dos municípios.

4.5.3 Município de Cruzeiro do Sul

No município de Cruzeiro do Sul foram entrevistados 10 (dez) gestores da área educacional. Todos disseram da necessidade dos Cursos de Química, Física e Matemática.

Em relação a absorção dos profissionais formados no Curso de Matemática, todos os entrevistados reconhecem que com a formação de professores em Matemática, o município ganhou um grande número de profissionais especializados. Os profissionais formados no Curso não foram suficientes para atender a demanda. Um fato agravante é que alguns dos profissionais formados se encontram em outras atribuições como diretores de escolas ou outras funções administrativas. A maioria dos formandos foi absorvida pela SEE, SEMEC e UFAC. Entretanto, o sistema absorveu os profissionais no Município de Cruzeiro do Sul e municípios circunvizinhos como Rodrigues Alves e Mâncio Lima. A melhoria salarial foi significativa, uns tiveram 100% de aumento. Os formandos que conseguiram passar no concurso público para professor realizado em 2006 tiveram um ganho inicial de R\$ 1.500,00. Para os professores que já eram de carreira (leigos), alguns com dois contratos, o salário melhorou muito e passaram a receber, em média, R\$ 3.000,00. Outros formandos conseguiram passar em outros concursos cuja remuneração era mais atrativa que a remuneração de professor e largaram a educação. Para os gestores, os mesmos garantem que houve um grande avanço na melhoria e qualidade do ensino no município, no entanto o município tem que ter uma política de gestão onde para assumir o cargo de diretor de escola, os candidatos devem ser formados em Pedagogia e não profissionais da licenciatura específica, pois, a quantidade de professores formados no município foi menor que a necessidade do mesmo por professor formado.

4.6 AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADOS AOS FORMANDOS DOS MUNICÍPIOS DE SENA MADUREIRA, BRASILÉIA E CRUZEIRO DO SUL.

Na aplicação do questionário para formandos do Município de Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Brasiléia foi abordado 06 (seis) aspectos.

1. Dentre os cursos oferecidos pela UFAC (Rio Branco ou Cruzeiro do Sul) qual seria do seu interesse em fazer?
2. Quais as melhorias ocorridas após o término do curso (melhoria salarial, mudança de emprego, obtenção do primeiro emprego, outros)?
3. Exercício da Profissão (Professor) e se sim, qual nível?
4. Melhorias na atuação profissional durante e após o curso.
5. Perspectivas futuras na profissão.

6. Se não exerce a profissão, qual o motivo?

4.6.1 Município de Sena Madureira

No município de Sena Madureira foram entrevistados 24 (vinte e quatro) formandos do Curso de Matemática. O interesse dos formandos foi: Letras Inglês (2), História – Licenciatura (2), Engenharia Civil (4), Engenharia Agrônômica (4), Engenharia Florestal (4), Direito (6) e Medicina (2).

Dentre as melhorias ocorridas após o curso foram: melhoria salarial (12), obtenção do primeiro emprego efetivo (4), Mudança de emprego com uma remuneração maior que a anterior (2), acesso a concursos de nível superior (6), a conquista do conhecimento adquirido, pois ajuda na aprendizagem dos alunos e na vida profissional.

Com relação ao exercício da profissão (Professor) os entrevistados responderam: atua nas Séries Finais do Ensino Fundamental (12), não atua na área (4), Professor de nível médio – Química (1), atua no Ensino Médio – Matemática (1), atua na UFAC – PROFIR e PROEFE (1), professor do EJA (2), atua no Ensino Médio – Física (1), no telecurso 2000 (1), aposentado (1).

Com relação às melhorias na atuação profissional durante e após o curso, os entrevistados responderam que obtiveram melhorias e dentre elas pode-se destacar: melhoria das metodologias de ensino, conhecimento aprofundado e segurança no repasse dos conteúdos. A melhoria, além de profissional, também não deixa de ser pessoal. Outros responderam que trabalham com mais dignidade, pois passam a ser olhados como profissionais com nível superior. Em síntese, as melhorias profissionais ocorreram, todo conhecimento adquirido trouxe benefícios tanto para o profissional como para os alunos, pois são os grandes beneficiados, pois terão profissionais mais bem preparados para o exercício da profissão. Além do curso de matemática ter proporcionado mudanças significativas na atuação profissional já que se tem acesso a métodos de ensino que nos levam a repensar no processo educacional.

Com relação às perspectivas futuras na profissão os mesmos responderam: que pretendem fazer uma pós-graduação em gestão escolar (02) ou matemática (05); outros responderam que querem seguir carreira de magistério (10); outros preferem um aperfeiçoamento profissional no campo de políticas públicas (01); a maioria sugere um mestrado (06) para se adquirir cada vez mais conhecimentos para que os alunos tenham sempre professores mais preparado.

Se não exerce a profissão, qual o motivo? Esta foi à última pergunta feita aos entrevistados. Dos três entrevistados que responderam que não exerciam a profissão as respostas foram às seguintes: primeiramente que o curso favorece em muito em processos seletivos com uma remuneração melhor que a de um profissional em educação, mesmo reconhecendo que se tem necessidade de ampliação do quadro efetivo de profissionais na educação; outro disse que não exerce a profissão, pois, hoje a educação só visa quantidade e não qualidade e o último não disse o motivo.

4.6.2 Município de Brasília

No município de Brasília foram entrevistados 24 (vinte e quatro) formandos do Curso de Matemática.

Os cursos de interesse dos formandos do Curso foram: Letras Inglês (1), Engenharia Civil (1), Engenharia Agrônômica (1), Engenharia Florestal (2), Direito (6), Pós – Graduação em Matemática (2), Biologia (1), Arquitetura (1), Física (5), Letras – Espanhol (1), Letras – Vernáculo (1), Psicologia (1) e Química (1).

Dentre as melhorias ocorridas após o curso foram: melhoria salarial (13), mudança de emprego (3), concurso para professor (1), conhecimento na área de matemática (2), ascensão funcional (1), desenvolvimento do raciocínio lógico (1), respeito (1), socialização (1), aprendizagem de novas técnicas para o ensinamento dos conteúdos (1), melhoria na qualidade do ensino de matemática (1), aumento dos profissionais qualificados atuando na área específica (1), realização profissional (1), contrato efetivado (2), surgimento de novas propostas de trabalho (2), reconhecimento social (1), segundo emprego (1), efetivação do primeiro emprego (2), ministrar cursos para o SENAC (1).

Com relação ao exercício da profissão (Professor) os entrevistados responderam: atua nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (3), atua nas Séries Finais do Ensino Fundamental (12), não atua na área (2), atua no Ensino Médio – Matemática (7), Coordenador do Gestar II e participa do Gestar I (1), professor do EJA (1), atua no Ensino Médio – Física (2) e aposentado (1).

Com relação às melhorias na atuação profissional durante e após o curso, os entrevistados responderam que obtiveram melhorias e dentre elas pode-se destacar: melhoria das metodologias de ensino, conhecimento aprofundado, segurança no repasse dos conteúdos, capacitação dos conteúdos desenvolvidos e ampliação do conhecimento geral que o curso proporcionou, para melhor trabalhar os conteúdos matemáticos. Outro formando citou que na

área que o mesmo trabalha o domínio do conteúdo matemático fez com que o mesmo tivesse melhoria na atuação profissional, especialmente, para negociação de empréstimos tanto durante e, principalmente após o curso. Outro, que o curso proporcionou a ele uma convicção nos discursos com a base científica e pedagógica presente no elenco das disciplinas proporcionando trabalhar com mais clareza os conteúdos em sala de aula; aprendizagem de novas didáticas para o ensino-aprendizagem. Outros melhoraram sua visão frente ao ensino da matemática. Durante e após o curso, outro formando relata que mudou sua metodologia e a forma de tratamento com os alunos. A melhoria além de profissional também não deixa de ser pessoal, além de um enriquecimento nos conhecimentos, pois o curso proporcionou uma gama de informações que serão trabalhadas na sociedade escolar e na comunidade. Em síntese, as melhorias profissionais ocorreram. Todo conhecimento adquirido trouxe benefícios tanto para o profissional como para os alunos, os grandes beneficiados, pois terão profissionais mais bem preparados para o exercício da profissão; além do curso de matemática ter proporcionado mudanças significativas na atuação profissional já que se tem acesso a métodos de ensino que nos levam a repensar no processo educacional.

Com relação às perspectivas futuras na profissão os mesmos responderam: pretendem fazer uma pós-graduação em psicopedagogia (02); pretendem cursar outra faculdade em Rio Branco(04); outros concursos públicos (02); cursos de qualificação (02); atuar no Ensino Médio com Matemática (04); outro espera um crescimento na hierarquia da empresa (instituição financeira) em que trabalha (01); outro formando espera ingressar no quadro da Receita Federal do Brasil, através de concurso público (01); a maioria sugere que a UFAC ofereça agora um mestrado para se adquirir cada vez mais conhecimentos para que os alunos tenham sempre professores mais qualificados em sala de aula(04), outros fazer pós-graduação na área(04).

Se não exerce a profissão, qual o motivo? Esta foi à última pergunta feita aos entrevistados. Dos quatro entrevistados que responderam que não exerciam a profissão as respostas foram as seguintes: dois responderam que a profissão atual dos mesmos (bancários) não permitia que os mesmos atuassem como professores; outra, relata que responde pela Secretaria Municipal de Educação e outra, que aposentou recentemente.

4.6.3 Município de Cruzeiro do Sul

No município de Cruzeiro do Sul foram entrevistados 25 (vinte e cinco) formandos do Curso de Matemática.

Os cursos de interesse dos formandos foram: Medicina (2), Enfermagem (1), Medicina Veterinária (1), Letras – Espanhol (1), Educação Física (1), Direito (6), Pedagogia (1), Engenharia Civil (5), Ciência da Computação (1), Química (2), Engenharia Agrônômica (1), Biologia (2), outros responderam que estavam satisfeitos com o Curso de Matemática que haviam feito (7).

Dentre as melhorias ocorridas após o curso foram: melhoria salarial (22), mudança de emprego (3), melhor desempenho profissional e pessoal (1), concurso para professor e contrato efetivo (4), ampliação do conhecimento na área de matemática, mais segurança no repasse dos conteúdos para a melhoria do processo ensino-aprendizagem (5), novo emprego (1), outra respondeu que com a qualificação profissional teve uma melhoria de vida tanto financeira como pessoal na tomada de decisões pessoais e, em sala de aula, com os conhecimentos adquiridos obteve uma melhora no seu desempenho como professora. Para outro formando, as portas do mercado de trabalho se abriram. Houve também um crescimento intelectual muito bom, já que após o curso passou a ter outra visão do ensino da matemática; melhoria nas técnicas e metodologias de avaliação (1); obtenção de novo contrato através de aprovação em concurso (2); aprovação em concurso público – Banco da Amazônia (1); outro formando respondeu que estava atuando no núcleo da SEE- Cruzeiro do Sul aprendizagem de novas técnicas para o ensinamento dos conteúdos e novas metodologias (1), aumento dos profissionais qualificados atuando na área específica (1), realização profissional (1); reconhecimento social (1); segundo emprego (1); efetivação do primeiro emprego como professor (1), professor de 3º grau (1). Um dos depoimentos que mais chamou a atenção foi de um formando que disse que “após a conclusão do curso de matemática conseguiu ser o primeiro colocado no concurso para preenchimento de vagas na área de matemática da Secretaria Estadual de Educação. O salário do mesmo melhorou, pois passou a fazer parte do quadro efetivo da Educação Estadual, depois de seis anos como funcionário temporário da mesma Secretaria”. Teve alunos entrevistados que responderam mais de um item.

Com relação ao exercício da profissão (Professor) os entrevistados responderam: atua nas séries finais do Ensino Fundamental (12); não exerce a profissão (2), atua no Ensino Médio – Matemática ou Física ou Química (11), professor do EJA (1); está fora de sala de aula – núcleo da SEE de Cruzeiro do Sul (1); como Diretora (1); ensino superior coordenando UAB/UNB – EAD (1); atuava no ensino médio, porém, atualmente encontra-se afastado (1).

Com relação às melhorias na atuação profissional, durante e após o curso, os entrevistados responderam que obtiveram melhorias e dentre elas pode-se destacar: aprimoramento do conhecimento, das metodologias de ensino, da forma como avaliar os seus

alunos e principalmente com as disciplinas pedagógicas despertamos uma melhor compreensão do modo de ser dos adolescentes nos ensinando a melhorar, a lidar com os mesmos; segurança no repasse dos conteúdos, capacitação dos conteúdos desenvolvidos e do conhecimento geral que o curso proporcionou, para melhor trabalhar os conteúdos matemáticos e uma melhor visão para trabalhar com o educando, sendo um agente estimulador para que os mesmos atingissem seus objetivos. Outro formando citou que todo conhecimento que se adquire eleva tanto o nível profissional, seja ele em novas técnicas, novas formas de ensinar ou aplicação de novas tecnologias trazidas pelas inovações do mundo moderno. Outro destaca que a atuação dos profissionais em sala de aula sofreu transformações bastantes significativas com profissionais mais seguros dos conteúdos e do modo como avaliar os seus alunos. Durante e após o curso, um outro formando relata que mudou sua metodologia e a forma de tratamento com os alunos. A melhoria além de profissional também não deixa de ser pessoal.

Com relação às perspectivas futuras na profissão os mesmos responderam: futuramente pretendem fazer novos cursos de aperfeiçoamento com novas tecnologias, pois, as escolas caminham para a informatização e os mesmos querem estar preparados para essas novas tecnologias; outros gostariam de uma pós-graduação em matemática; outros esperam que num futuro próximo a Universidade esteja oferecendo mestrado no município; outro gostaria que a política de contratação mudasse e que ele, por ser bancário, não larga esse emprego, pois a remuneração é melhor, porém gostaria de poder atuar no magistério superior e que a educação valorizasse seus profissionais. Outras duas, que já estão próximas da aposentadoria, esperam poder aproveitar um pouco a vida com fruto do trabalho das mesmas, que conseguirão se aposentar ganhando um pouco melhor, saindo do quadro de professoras leigas e se aposentando como professoras de nível superior; outros já pedem, inclusive, o doutorado em matemática; outro pretende atuar como professor na área de matemática, inclusive passou no último concurso, o seu emprego anterior de técnico não permitia que o mesmo acumulasse e pudesse atuar nos dois empregos; a maioria sugere que a UFAC ofereça agora um mestrado para se adquirir cada vez mais conhecimentos para que os alunos tenham sempre professores mais qualificados em sala de aula. Outros têm esperança que os profissionais de educação um dia sejam reconhecidos e que dessa forma não precisem trabalhar três turnos para suprir suas necessidades particulares.

Se não exerce a profissão, qual o motivo? Esta foi à última pergunta feita aos entrevistados. Dos cinco entrevistados que responderam que não exerciam a profissão as respostas foram as seguintes: dois responderam que não podem acumular o cargo de professor

e bancário, o Estado não aceitou; a outra que estava trabalhando atualmente na Representação de Educação, no Núcleo da SEE de Cruzeiro do Sul; outro que passou no último concurso para professor, porém teve que fazer a escolha entre o seu emprego anterior e o atual, como não pode acumular, preferiu o emprego anterior. Outros dois, que trabalhavam há muito tempo em uma empresa e não tiveram coragem de sair da mesma.

4.7. FORMAÇÃO, SALÁRIOS E EMPREGABILIDADE

Balassiano et all. (2005) discute a escolaridade, salários e empregabilidade com base na teoria do capital humano. Os autores concluem que há uma razão direta entre a escolaridade e a empregabilidade, especialmente quando são observados os salários de trabalhadores com nível superior. De acordo com os autores ainda, a relação não é tão simples entre trabalhadores de nível médio devido ao fato de termos questões ligadas à experiência e à qualificação. No caso do presente trabalho, tais conclusões são válidas já que se trata de trabalhadores ou jovens ainda desempregados que passaram a ter um nível superior. No caso específico do PEFPEB, tratou-se de qualificação em serviço para boa parte dos formandos. Assim, com a obtenção do grau de licenciando, a consequência imediata foi o aumento salarial. Por outro lado, para os formandos que ainda não estavam formalmente no mercado de trabalho, a obtenção do diploma permitiu a entrada quase imediata deles. Esta questão pôde ser notada claramente nos questionários aplicados e na observação feita em campo referente à colocação de cada uma das pessoas atingidas pelo Programa. Naturalmente, parte dos profissionais formados não está atuando no ensino por opção, ou seja, através de sua formação conseguiram melhores remunerações em outras profissões, especialmente através de concursos ocorridos nos últimos anos.

Goldfain (2007), em um artigo no jornal “O Estado de São Paulo” mostra a relação entre mão-de-obra e crescimento, discutindo a necessidade imperiosa do Estado (Governos Federal, Estadual e Municipal) e de empresas privadas investirem pesadamente em educação. O autor discute que a qualificação da mão-de-obra deve servir como alavanca para o crescimento do Produto Interno Bruto, enfatizando que a educação ainda é um dos elos frágeis da nossa economia. No estudo realizado, se 1% dos trabalhadores não-qualificados concluíssem o curso superior, ou seja, se qualificassem, o produto potencial aumentaria 1,9%. Considerando que em 2005, os trabalhadores com ensino superior completo representavam apenas 7% da população economicamente ativa, a qualificação da força de trabalho poderia aumentar a taxa de crescimento do produto potencial brasileiro durante um longo período.

Naturalmente que estes dados referem-se às regiões sul e, especialmente, sudeste, onde se concentram as indústrias. Mas tal raciocínio pode ser transportado para o Norte e para o nosso Estado de forma cuidadosa. A qualificação da mão-de-obra no Estado do Acre, especialmente na Educação, implica na empregabilidade e no aumento salarial dos já presentes no mercado de trabalho. Leva também o indivíduo a ter mais opções, não ficando tão sujeito às amarras do mercado. Naturalmente que o aumento da folha salarial leva a um incremento nas vendas no comércio e a maior necessidade de serviços, que demanda uma produção maior na indústria, e assim por diante. Entretanto, é necessário criar alternativas para que os trabalhadores acrianos não fiquem apenas na dependência do Estado.

As verbas utilizadas para a Educação no Estado do Acre cresceram sensivelmente nos últimos anos, conforme pode ser verificado na Tabela 04 e no Gráfico 10.

Tabela 04: Recursos próprios do Tesouro aplicados em Educação (1998 a 2005) e gastos com a folha de pagamento no período de 1999 a 2008

Anos	Recursos Totais*	Folha*	Investimentos*	% Folha Salarial	% aumento da folha em relação ao ano anterior
1998	121,51				-
1999	126,15	101,30	24,85	80.3	-
2000	164,80	105,19	59,61	63.8	3,84
2001	183,14	122,23	60,91	66.7	16,20
2002	228,27	144,94	83,33	63.5	18,58
2003	236,03	161,76	74,27	68.5	11,60
2004	269,74	178,51	91,23	66.2	10,35
2005	352,05	218,18	133,87	62.0	22,22
2006		258,18			18,33
2007		296,85			14,98
2008		316,99			6,78

Fonte: SEE – 2006 a 2009

*em milhões de reais

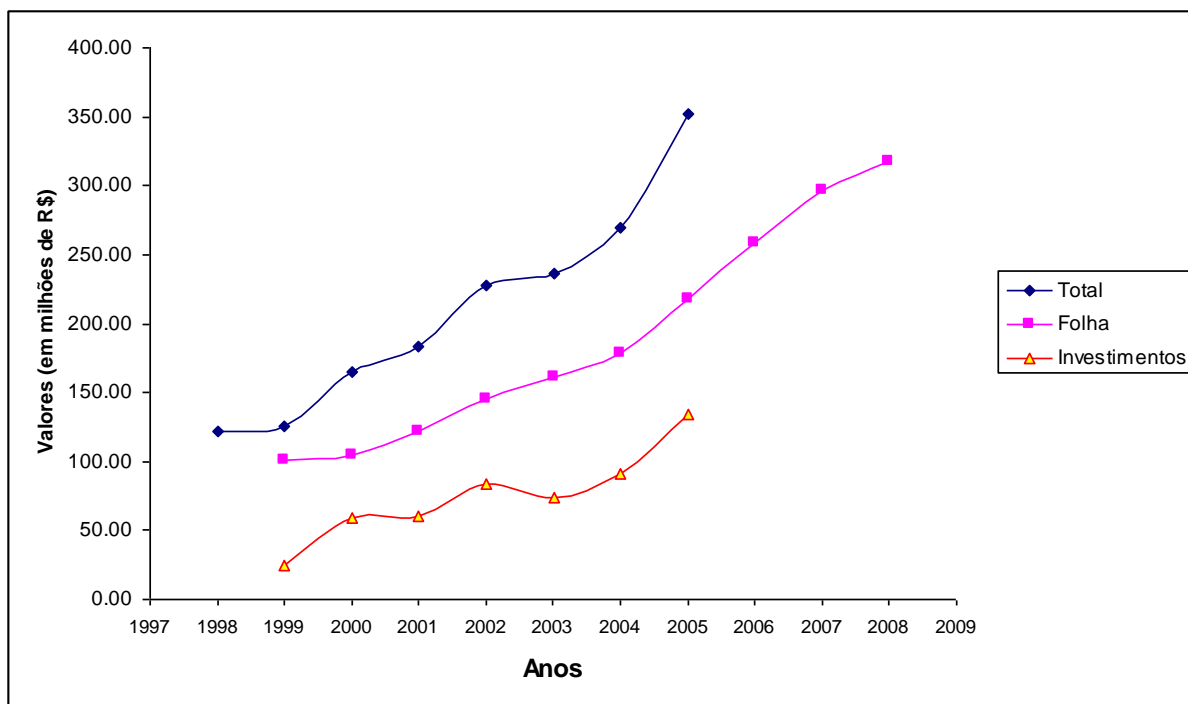


Gráfico 10: Recursos próprios do Tesouro aplicados em Educação (1998 a 2005) e gastos com a folha de pagamento (1999 a 2008).

É perceptível o aumento de investimentos do Governo Estadual em Educação no período. O crescimento da folha salarial ocorre com mais força a partir de 2005, acompanhando o aumento dos investimentos. A melhoria da qualificação da mão-de-obra empregada também obrigou o governo a investir em equipamentos e na construção e reforma de escolas para abrigar uma massa maior de alunos e, portanto, de docentes.

A penúltima coluna da Tabela 04 mostra o percentual gasto na folha salarial, em relação aos investimentos totais feitos pelo Governo Estadual de 1999 a 2005, mostrando que a folha salarial diminuiu, percentualmente, em relação aos investimentos totais no período considerado. Entretanto, na última coluna da mesma tabela, percebe-se que houve um aumento de 212,92% na massa salarial entre 1999 e 2008. Com exceção do ano de 2002, os maiores aumentos percentuais ocorreram em 2005 e 2006, ano em que os novos graduados pelo PEFPEB se formaram.

Tabela 05: Gastos Mensais com a Folha de Pagamento nos anos de 2006 a 2008

Meses	2006	2007	2008
Janeiro	14.309.741,95	18.716.928,31	20.268.205,86
Fevereiro	14.414.669,00	19.326.807,32	19.583.443,53
Março	17.298.987,13	23.918.831,38	24.214.907,53
Abril	17.362.846,60	22.998.708,60	24.308.240,74
Mai	22.456.676,84	24.591.333,17	27.037.485,67

Junho	21.068.077,37	23.315.570,20	25.040.651,55
Julho	21.603.567,16	23.311.580,41	25.422.910,03
Agosto	22.591.360,39	24.207.811,98	26.626.233,93
Setembro	22.338.103,86	24.206.527,54	25.613.046,97
Outubro	22.185.239,55	23.895.787,65	25.191.472,13
Novembro	21.806.259,77	23.577.647,23	24.981.396,38
Dezembro	21.464.963,41	23.195.996,56	25.179.211,05
13º Salário	19.276.495,11	21.587.373,09	23.525.385,53

Fonte: SEE – 2006 a 2009

Os gastos mensais com a folha de pagamento são cíclicos, ou seja, no início de cada ano os gastos são mais baixos, aumentando com o passar dos meses. A partir de junho os gastos se estabilizam (ver Gráfico 11). A série anual se repete em 2006, 2007 e 2008, com ligeiros aumentos de um ano para outro. Assim, verifica-se que os gastos com a folha de pagamento são bastante regulares, especialmente no segundo semestre. As irregularidades notadas nos meses iniciais do ano e as diferenças maiores detectadas entre eles não puderam ser explicadas com os dados que foram obtidos para este trabalho.

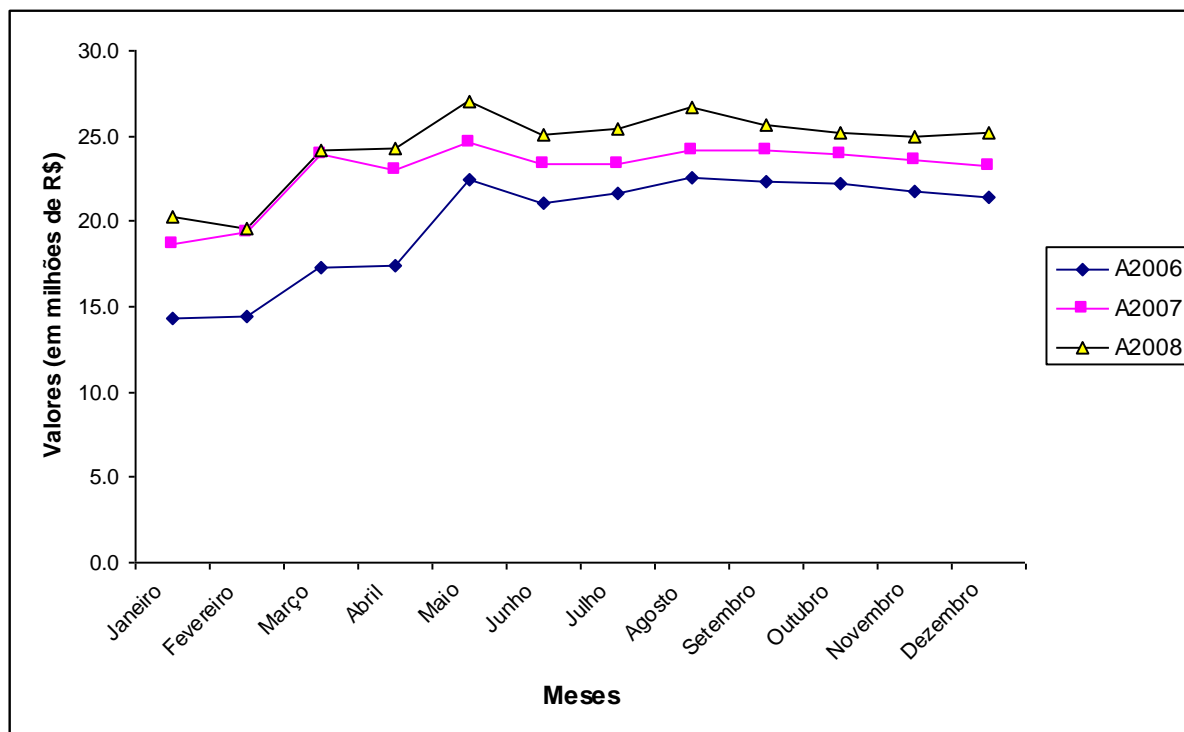


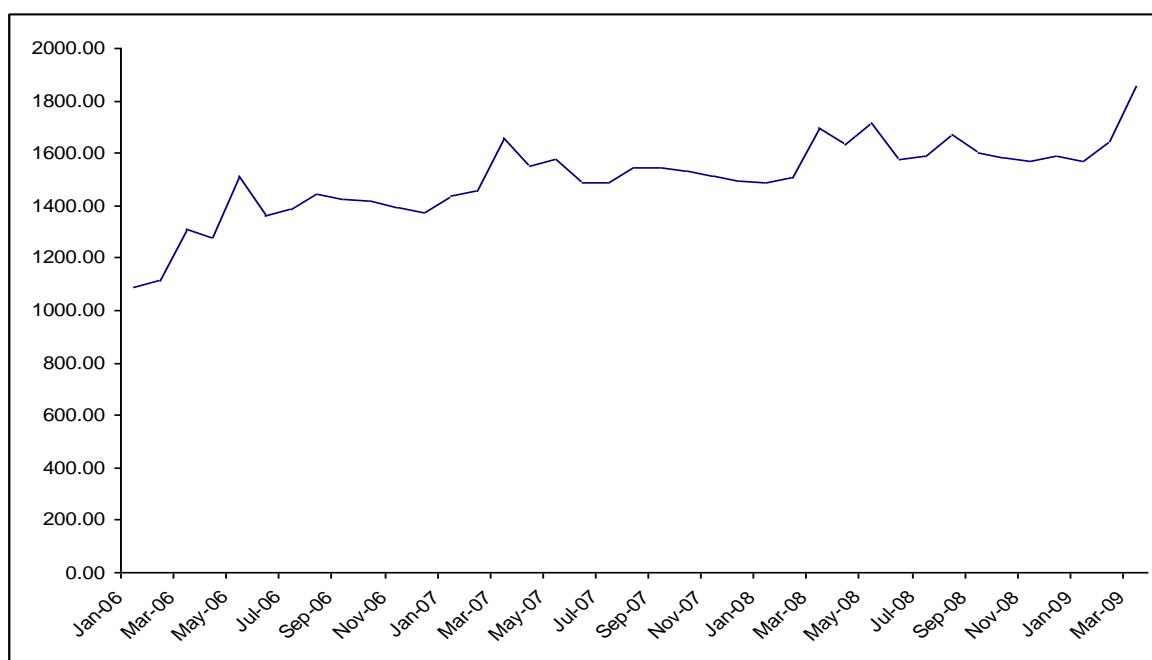
Gráfico 11: Gastos mensais com a folha de pagamentos nos anos de 2006 a 2008.

Fonte: SEE – 2006 a 2009.

Tabela 06: Salário médio mensal com os trabalhadores em educação – Jan. de 2006 a mar. de 2009

Salário Médio	2006	2007	2008	2009
Janeiro	1087.95	1434.14	1486.92	1567.62
Fevereiro	1116.81	1455.66	1508.51	1645.62
Março	1312.92	1659.07	1696.20	1862.77
Abril	1279.22	1547.69	1635.82	
Mai	1511.83	1578.39	1712.86	
Junho	1358.09	1489.24	1573.79	
Julho	1383.16	1486.80	1591.72	
Agosto	1442.43	1547.32	1668.00	
Setembro	1423.26	1547.24	1601.92	
Outubro	1416.14	1529.43	1580.20	
Novembro	1390.97	1515.27	1571.06	
Dezembro	1374.37	1492.66	1585.69	

Fonte: SEE – 2006 a 2009

**Gráfico 12: Salário médio mensal com os trabalhadores em educação – Jan. de 2006 a mar. de 2009.**

Fonte: SEE – 2006 a 2009.

O salário médio mensal dos trabalhadores em educação vem crescendo paulatinamente nestes últimos anos. A partir de 2006, de acordo com a Tabela 06 e o Gráfico 12, a média salarial foi crescente, mas não acompanhou a evolução dos investimentos. Para quem vem seguindo os atos dos governos estaduais acreanos são fáceis verificar que a maior preocupação nos primeiros anos foi de dotar o Estado de escolas e equipamentos. A melhoria salarial deveria ser buscada principalmente na qualificação oferecida através, principalmente, da Universidade Federal do Acre e seus programas no interior do Estado.

Observa-se que os valores descritos nas Tabelas 05 e 06 não estão deflacionados nem dolarizados. Como os resultados são mensais e devido aos baixos índices de inflação nos últimos anos, tal deflacionamento não traria resultados diferentes dos mostrados nos Gráficos 11 e 12.

CONCLUSÃO

Verifica-se que apesar de todas as dificuldades encontradas no decorrer da implantação e viabilização dos programas, a UFAC vem alcançando progressivamente o seu objetivo principal, que consiste no aperfeiçoamento de capital humano das diversas áreas da Educação. Estes programas tendem a proporcionar uma melhoria na qualidade de ensino das escolas públicas, refletindo diretamente no melhor desempenho e formação de profissionais para atuarem no mercado de trabalho.

Pela ótica acadêmica esta experiência apresenta um conjunto de desafios dos quais alguns precisaram ser redimensionados e melhorados na busca de correção de práticas, objetivando um melhor resultado nas novas ações dos novos programas a ser executado pela UFAC.

Se por um lado tivemos situações identificadas como problemas que prejudicaram as ações, por outro lado, tivemos também uma melhoria nas relações acadêmicas e sociais que passaram a serem vivenciados pelos municípios que receberam os Programas.

A UFAC não pode arrefecer em sua condição de única Universidade Pública Federal do Acre, em função das dificuldades encontradas, pelo contrário, deve ser ele os elementos de reflexão e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas vividas, com vistas à continuidade de novos Programas.

Percebeu-se que antes do início dessa etapa da interiorização o novo governo estadual encontrou a educação do Estado em crise. A educação é uma ferramenta indispensável para uma adequada inserção na sociedade. É através da educação que as pessoas podem adquirir e exercer sua cidadania no âmbito econômico, social e político. É notório que o bom desempenho em qualquer profissão demanda um crescente grau de conhecimento não apenas específico, mas também geral e diversificado.

Anterior a 2000 através de análise documental foi diagnosticado um Estado com deficiência crônica de investimentos em infra-estrutura física e em recursos humanos, resultado de décadas de omissão do poder público. O Estado apresentava um elevado grau de analfabetismo, cerca de 28% da população nessa condição. A distorção idade-série acima de 55% no ensino fundamental. Um outro fato preocupante era o fato de somente 26,7% do quadro de docentes do Estado terem curso superior (Censo/MEC/ Inep/ 1999). Não havia um plano de cargos e salários, isto é, os salários eram baixos chegando às vezes a atrasar mais de um mês e a ausência de progressão funcional era fato observado nos governos anteriores. As escolas apresentavam-se nessa época destruídas, sem imobiliários e sem equipamentos

pedagógicos. Conforme observou-se existia na época nove municípios sem ensino médio e a gestão escolar apresentava-se ineficiente e cara devido ao fato de se ter na época uma administração centralizada .

Nos últimos nove anos percebeu-se que com o novo governo eleito a educação passou a ser prioridade nesse estado a mudança dos indicadores é um reflexo dos investimentos públicos realizados na educação: Em 1999 o Estado investia R\$ 126 milhões de recursos próprios em educação e chega em 2005 com um investimento de R\$ 352 milhões (SEE, 2006). Desse valor, parte foi destinada a melhoria salarial dos professores e outra parcela no valor de R\$ 169,5 milhões foram destinadas a reformas, ampliações e construções, promovendo o reequipamento das escolas.

Com relação à formação de professores da rede pública de ensino a mudança é significativa: Em 2000 o Estado tinha um total de 10.853 professores, dos quais somente 2.470 tinham curso superior, ou seja, 22,7%; em 2006, do total de 11.899 professores 5.965 tinham curso superior, ou seja, 50,1%.

Outro indicador fundamental de desempenho da Educação é o índice de abandono e reprovação. Enquanto em 2000, 16,1% dos alunos do Ensino Fundamental II e 19,6% do Ensino Médio abandonavam a escola antes de concluir o estudo, em 2004 esse percentual baixou para 10,4% no Ensino Fundamental II e 19,0% no Ensino Médio; com a reprovação, no ano de 2000, 9,1% dos alunos reprovavam no Ensino Fundamental II e 4,8% no Ensino Médio e em 2004 esse percentual baixou para 7,9% no Ensino Fundamental II e aumentou para 6,1% no Ensino Médio.

Em Especial, em relação ao Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica – Licenciaturas Específicas iniciado em 2001 pode ser feita algumas considerações especificamente em relação ao Curso de Matemática nos municípios de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Brasiléia avaliados nessa pesquisa. Dentre os nove pólos onde o curso foi ofertado o percentual de formandos foi de 74,5% (em Feijó) a 91,1% em Sena Madureira.

Fazendo uma análise do IDEB das escolas dos municípios acrianos, houve um acréscimo da pontuação obtido nos anos finais do ensino fundamental quando se observa os anos de 2005 e 2007.

Observa-se que, dos três municípios pesquisados, o que teve a melhor média no IDEB nos anos finais do ano de 2005 foi o município de Cruzeiro do Sul com média de 3,6 superando a média Brasil e Acre – 3,5 e a média Norte – 3,2. Neste mesmo ano a escola que teve a melhor média, dos três municípios avaliados, foi a Escola São José (AF – 2005/ 4,4)

localizada no município de Cruzeiro do Sul, superando a média Brasil, Acre e Norte. A escola que teve melhor desempenho nesse ano no município de Brasiléia foi a escola Instituto Odilon Pratagi (AF – 2005/ 3,5) , superando a média Norte e equiparando-se a média Brasil e Acre. A escola que teve melhor desempenho no município de Sena Madureira foi à escola Fontinelle de Castro (AF – 2005/ 3,4), superando somente a média Norte.

Portanto dos três municípios pesquisados o que teve a melhor média no IDEB nos anos finais do ano de 2007 foi o município de Brasiléia com média de 3,9 superando a média Brasil e Acre – 3,8 e a média Norte – 3,4. Neste mesmo ano a escola que teve a melhor média, dos três municípios avaliados, foi a Escola São José (AF – 2007/ 4,6) localizada no município de Cruzeiro do Sul, superando a média Brasil, Acre, Norte e municípios pesquisados. A escola que teve melhor desempenho nesse ano no município de Brasiléia foi a escola Instituto Odilon Pratagi (AF – 2007/ 4,2) , superando a média Brasil, Norte, Acre e municípios pesquisados. A escola que teve melhor desempenho no município de Sena Madureira foi a escola Raimundo Magalhães (AF – 2007/ 4,0), superando a média Brasil, Norte, Acre e a média dos municípios pesquisados.

Um aspecto importante a ser considerado refere-se à articulação positiva entre os governos, no que diz respeito ao esclarecimento da população e à prestação de contas. Percebe-se uma importante contribuição dada pela esfera federal com os sistemas de ensino, as escolas e a sociedade em geral no compartilhamento de dados e informações obtidos nos levantamentos e avaliações que realizam sobre a situação da educação. Essas informações são importante instrumento no apoio à elaboração de políticas locais, à ação das escolas e a participação das famílias no processo educacional de seus filhos e na cobrança de iniciativas que contribuam para melhores resultados.

Com essa pesquisa percebeu-se a importância dada à educação desde o ano de 2000 pelo nosso Estado, colocando-a como prioridade para alcançar os objetivos de uma educação de qualidade. Com o comprometimento de todos, governo estadual, municipal, universidade e a sociedade, os frutos já começam a aparecer e se traduzem em desenvolvimento social, cultural e econômico. Percebeu-se mesmo a curto prazo resultados positivos observados em indicadores levantados pelo IDEB, relatos de professores, diretores, secretários municipais de educação mostram que há hoje um compromisso maior da comunidade e do poder público com a educação. Um outro aspecto é o fato dos professores dos municípios pesquisados relatarem através dos questionários que se vêem mais conscientes de sua função e com melhores ferramentas pessoais para ensinar seus alunos.

Pessoas mais qualificadas têm maior empregabilidade e recebem melhores salários. O impacto da formação de docentes através da Universidade Federal do Acre no desenvolvimento do Estado é grande: de imediato, gera melhorias salariais aos profissionais qualificados através destes programas; no médio prazo, pela qualificação docente e a transmissão de conhecimentos aos seus discentes, num movimento cíclico.

A relação salário e tempo de estudo é clara entre os profissionais mais qualificados. Entretanto, a partir da qualificação dos docentes do Estado do Acre, novos desafios são apresentados ao Governo e à população acriana: manter os profissionais qualificados em seus postos de trabalho através da melhoria das condições de trabalho e de aumentos salariais substanciais; qualificar o seu quadro através de cursos de reciclagem, especializações, mestrado; adotar novas tecnologias educacionais e dar continuidade aos programas de formação dos docentes.

Os desafios são novos e exigem novas abordagens dos governantes. Sob quaisquer circunstâncias e em qualquer época os investimentos em educação serão sempre necessários para dar conta desses novos desafios.

REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-econômico do Acre – Fase II.** Documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SECTMA, 2006.

_____. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico:** aspectos sócio-econômicos e ocupação territorial. Rio Branco-AC: SECTMA, 2000, v. 2.

_____. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimentos Econômico Sustentável – SEPLANDS. **Acre em números**, 2006.

_____. Lei 1.513/03 que dispõe sobre a gestão democrática do sistema de ensino público do Estado do Acre e dá outras providências.

ALBUQUERQUE NETO, Álvaro Sobralino de. *Política Educacional e Formação de Profissionais da Educação no Estado do Acre*. Cuiabá, UFMT, 1999. Dissertação (Tese de Doutorado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 1999.

ALMEIDA JÚNIOR, Arnóbio Marques de. **O Planejamento Estratégico e a reforma educacional do Acre**. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação – UFRJ).

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 9 ed., 1987.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma Política Nacional do Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**. Banco do Nordeste Vol.30 n°. 2, abr-jun de 1999.

BALASSIANO, Moisés. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem a razão a teoria do capital humano? *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, nº 4, oct/dec. 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <<http://200.156.25.73/reuni/D6096.html>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

_____. Brasília. Lei Darcy Ribeiro (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1997.

_____. Brasília. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31.

_____, Ministério Da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações gerais, julho de 2004.

_____. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 09.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 15-56.

BUNKER, Stephen G. **Os Fatores espaciais e materiais da produção e os mercados globais**. V. 7, n.2, p. 67 – 108, dez. 2004.

CAMPOS, H. de. **Estatística experimental não-paramétrica**. 4.ed. Piracicaba: FEALQ, 1983. 349 p.

CANDAU, Vera Maria. (coord.). **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: Inep; Rio de Janeiro: PUC, 1987.

CASTRO, Edna. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. IN: Novos Cadernos do NAEA. V.8, n.2, p.5 – 39, dez. 2005.

CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. Revista Avaliação. Campinas, v.4, n.º. 3 (13), set. 1999. Separata Cipedes – Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento da Educação Superior.

CONOVER, W.J. **Practical nonparametric statistics**. 3.ed. New York: John Wiley, 1999. 584 p.

CRUZ, Priscila. **Relatório de Atividades: Todos Pela Educação – 2008**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/QuemSomos.aspx>> Acesso em: jun.2009.

DALE, Roger. **Globalização e educação**: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? . **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago., 2004.

DELUIZ, Neise. **A globalização econômica e os desafios da educação profissional**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 15-21, maio/ago. 1996.

FARIAS, Manoel Severo de. **Os governos militares e o ensino superior acreano**. São Paulo: Scortecci, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes (org). **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 29.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – ForGRAD. **Política Nacional de Graduação**. Manaus/AM: EDUA, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREMONT, Armand. **A Região, Espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: Elaboração e Formatação. Explicitação das Normas da ABNT. 14. Ed. Porto Alegre: s.n. 2007.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico – estruturalista*. 3ª. Edição revisada pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como Prática Educativa**. São Paulo, Loyola. 8ª Ed., 1993.

GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo: Difel, 4ª ed., 1983.

GERMANI, Gino. **Sociologia da Modernização**. Ed. Mestre Jou, São Paulo, (1ª ed. Em português: 1974) pp. 7 – 53.

GOLDFAIN, Ilan. Mão-de-obra Qualificada e Crescimento. *Artigo publicado em O Estado de São Paulo*. PUC – RIO, 2007.

HADDAD, Fernando. **MEC pretende acelerar a implantação do ensino fundamental de 9 anos**. Brasília. Entrevista concedida a Amanda Cieglinski. Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias> Acesso em: 28 jun. 2009.

HADDAD, Fernando. **Formação de Professores é modelo no Acre**. Brasília. Matéria escrita por Ionice Lorenzoni. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/tvmec/arquivos/pdf/setec/index.phd?option=com_content&task=view&id=11584> Acesso em: 15 jan. 2008.

HERRERA, Felipe. **América Latina, experiências e desafios**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1976.

HOLLANDER, M.; WOLFE, D.A. **Nonparametric statistical methods**. 2.ed. New York: John Wiley, 1999. 787 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 – 2005.

JARA, Carlos. Planejamento do Desenvolvimento Municipal com participação de diferentes atores sociais. **Cadernos Debates 11**. Fundação Konrad Adenauer, 1996.

LESSARD, Claude. A universidade e a formação profissional dos docentes: novos questionamentos. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.27, nº. 94, p. 201 - 227, jan/abr. 2006.

LOPES, A. Simões. **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª edição, 2001.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **A pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MARQUES, Maria Osório. **Formação do Profissional da Educação**. 3ª ed., Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

MATUS, Carlos. **Adeus Senhor Presidente**. Planejamento, Antiplanejamento e Governo. Recife: Editora Litteris, 1989. p. 13 – 16; 24 – 40; 123 – 135.

MENEGOLLA, Maximiliano e SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar? Petrópolis – RJ, Vozes, 3ª edição, 1995.**

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec – abrasco, 1994.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (organizador). Capital Social e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 123 – 148.

OLIVEIRA, Edir Figueira Marques de. **Educação Básica no Acre (1962-1983): imposição política ou pressão social?** Rio Branco: E.F.M. Oliveira, 2000.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo, Cortez, 2001.

PEREZ, G. Pressupostos e Reflexões teóricas e metodológicas da pesquisa participante no ensino da geometria para as camadas populares. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – SP, 1991.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artemed Editora, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 – Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido. Brasília, 2008.

REGO, Maria da Conceição. **O Ensino Superior no Alentejo e o seu Papel no Tecido Sócio – Econômico**. In: Ramos, F et al (coordenadores), Homenagem ao Professor Augusto da Silva Évora, Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANGENBERGER, Werner & Pike, Franck. Distritos Industriais e Recuperação Econômica Local: questões de pesquisa e política. IN: Urani, A. Cocco, G. & Galvão, A. P. Secrae/DP&A, Rio de Janeiro, 2002. pp. 101 -146.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. **Formação de Professores na Cultura do Desempenho**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 25, nº. 89, p. 1145 – 1157, 2004.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHEKIN, D.J. *Handbook of parametric and nonparametric statistical procedures*. 2.ed. Boca Raton: Chapman & Hall, 2004. 1174 p.

SILVA, Maria Helena Galvão Frem Dias da. O professor e seu desenvolvimento profissional: superando a concepção do algoz incompetente. In: O professor e o Ensino: novos olhares. **Cadernos CEDES**, n°. 44, abril, 1998.

SILVA, Fabiana Carvalho da. *A Democratização do Acesso ao Ensino Superior*: um estudo sobre o sistema de reserva de vagas étnico-raciais e sobre o programa universidade para todos. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

SILVA, Fábio Carlos da. Raízes Amazônicas, Universidade e Desenvolvimento Regional. In: Mello, Alex Fiúza de (organizador). **O Futuro da Amazônia, Dilemas, Oportunidades e Desafios no Limiar do Século XXI**. Belém: Edufpa, 2002. pp 55-70.

SILVA, Marina. *Marina: O IDH e o Chuchu*. Disponível em: <http://www.oestadoacre.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3149&Itemid=2> Acesso em: jun. 2009.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 1981.

SPRENT, P.; SMEETON, N.C. *Applied nonparametric statistical methods*. 3.ed. Boca Raton: Chapman & Hall, 2001. 461 p.

SOUZA, Áulio Gélvio Alves de. **História da Criação do Ensino Superior no Acre**. Brasília: Thesaurus, 2006.

SUNKEL. O. Globalização, Neoliberalismo e Reforma do Estado.

SZTOMPKA, Piotr. A Sociologia da Mudança Social. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. COCAM. *Relatório de Gestão do Programa de Interiorização dos Cursos de Graduação de 2004 a 2008*. Rio Branco, 01 de julho de 2008.

_____. Coordenação do Curso de Matemática. *Relatório Final – Curso de Licenciatura em Matemática PEFPEB de 2001 a 2005*. Rio Branco, 2005.

_____. Coordenação do Curso de Matemática. *Relatório de Avaliação do Curso de Licenciatura em Matemática PEFPEB de 2001 a 2004*. Rio Branco, 2004.

_____. Coordenadoria de Estatística e Informação. *Relatório de Gestão 2007*. Rio Branco. Disponível em:

<www.ufac.br/informativo/relatorio_gestao/relatorio_de_gestao_2007.pdf>. Acesso em: set. 2007.

_____. *Avaliação Institucional da Universidade Federal do Acre*. Rio Branco, 2000.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI de 2006 a 2010*. Rio Branco, 2006.

_____. PROGRAD. *Programa de Interiorização da Graduação: um desafio, uma realidade...* 1989 – 1992. Acre, 1989.

_____. PROGRAD. *Relatório do Programa de Interiorização – UFAC (Princípios Básicos)*. Rio Branco, 1996.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. *Relatório de Atividades: quadriênio 1996/2000*. Rio Branco, 1996/2000.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. *Relatório de Atividades de 2001*. Rio Branco, 2001.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. *Relatório de Atividades de 2003*. Rio Branco, 2003.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. *Relatório de Gestão de 2005*. Rio Branco, 2005.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. *Relatório de Gestão de 2006*. Rio Branco, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Concepções de Qualidade e Educação Superior*. Pro-Posições. Campinas, SP. Vol. 06, nº 01 [16], p. 105 – 114, mar. 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Escolas onde os discentes de Matemática – Sena Madureira cursaram o Ensino Médio

Nº. de Discentes	%	Escola	Município-Estado
26	57,8%	Escola de Ensino Médio “Dom Júlio Mattioli”.	Sena Madureira – Acre.
10	22,2%	Escola de 1º e 2º graus “Instituto Santa Juliana”.	Sena Madureira – Acre.
03	6,7%	DESU- Departamento de Ensino Supletivo.	Rio Branco-Acre.
01	2,2%	Colégio Estadual Barão de Rio Branco – CERB	Rio Branco-Acre.
01	2,2%	Instituto de Educação “Lourenço Filho”.	Rio Branco - Acre.
01	2,2%	Instituto de Educação do Amazonas	Manaus – Amazonas.
01	2,2%	Centro Técnico Congregacional de Nilópolis – CETECON	Nilópolis – Rio de Janeiro.
01	2,2%	Colégio Laranjeiras	Rio de Janeiro - RJ.
01	2,2%	Colégio Agrícola Nilo Peçanha	Pinheiral – RJ.

Quadro 04: Escolas onde os discentes de Matemática - Sena Madureira cursaram o Ensino Médio

FONTE: dados obtidos no DERCA, 2008.

APÊNDICE B – Escolas onde os discentes de Matemática – Brasília cursaram o Ensino Médio

Nº. de Discentes	%	Escola	Município-Estado
24	45,3%	Escola de Ensino Médio “Kairala José Kairala”.	Brasília – Acre.
01	1,9%	Escola de 1º e 2º graus Centro Educacional Alves Cruz.	Rondonópolis – Mato Grosso.
09	17%	DESU- Departamento de Ensino Supletivo.	Rio Branco-Acre.
03	5,7%	Escola Agrotécnica Professor Roberval Cardoso.	Rio Branco-Acre.
01	1,9%	Colégio Acreano.	Rio Branco-Acre.
01	1,9%	Escola Pinheiro Guimarães.	Rio de Janeiro - RJ.
01	1,9%	Colégio Cenecista Luiz Murat.	Itaguaí - Rio de Janeiro.
01	1,9%	Escola José Rodrigues Leite.	Rio Branco – Acre.
01	1,9%	Instituto “Odilon Pratagi”.	Brasília – Acre.

FONTE: Dados obtidos no DERCA, 2008.

APÊNDICE C – Escolas onde os discentes da turma A de Matemática – Cruzeiro do Sul cursaram o Ensino Médio

Nº. de Discentes	%	Escola	Município-Estado
Discentes da Turma A - Cruzeiro do Sul Matutino			
16	36,4%	Escola de Ensino Fundamental e Médio “Professor Flodoardo Cabral”.	Cruzeiro do Sul – Acre.
08	18,2%	DESU- Departamento de Ensino Supletivo.	Cruzeiro do Sul - Acre.
04	9,1%	Instituto Orfanológico Santa Teresinha	Cruzeiro do Sul – Acre
02	4,5%	Escola Antonio de Oliveira Dantas	Mâncio Lima-Acre
02	4,5%	Escola Dom Henrique Ruth	Cruzeiro do Sul-Acre
01	2,3%	Colégio Estadual “Dr. Sebastião Paraná”.	Wenceslau Braz-Paraná.

FONTE: Dados obtidos no DERCA, 2008.

APÊNDICE C – Escolas onde os discentes da turma B de Matemática – Cruzeiro do Sul cursaram o Ensino Médio

Discentes da Turma B - Cruzeiro do Sul Noturno			
23	38,3%	Escola de Ensino Fundamental e Médio “Professor Flodoardo Cabral”.	Cruzeiro do Sul – Acre.
05	8,3%	DESU- Departamento de Ensino Supletivo.	Cruzeiro do Sul – Acre.
06	10,0%	Instituto Orfanológico Santa Teresinha – Escola Normal Padre Anchieta	Cruzeiro do Sul – Acre
02	3,3%	Escola Antonio de Oliveira Dantas	Mâncio Lima-Acre
03	5,0%	Escola Dom Henrique Ruth	Cruzeiro do Sul-Acre
02	3,3%	Seminário Nossa Senhora da Glória	Cruzeiro do Sul – Acre
02	3,3%	Complexo Escolar de Ensino Médio – CESEME (1982) Colégio Estadual Barão de Rio Branco (1992)	Rio Branco – Acre.
01	1,7%	Escola Agrotécnica Professor Roberval Cardoso.	Rio Branco-Acre.
01	1,7%	EESG Dr. Álvaro Guião	São Carlos – São Paulo
01	1,7%	Colégio Santa Maria	Belo Horizonte – Minas Gerais
03	5,0%	Escola Dom Henrique Ruth	Cruzeiro do Sul-Acre
02	3,3%	Seminário Nossa Senhora da Glória	Cruzeiro do Sul – Acre
02	3,3%	Complexo Escolar de Ensino Médio – CESEME (1982) Colégio Estadual Barão de Rio Branco (1992)	Rio Branco – Acre.
01	1,7%	Escola Agrotécnica Professor Roberval Cardoso.	Rio Branco-Acre.
01	1,7%	EESG Dr. Álvaro Guião	São Carlos – São Paulo

FONTE: Dados obtidos no DERCA, 2008.

APÊNDICE D - IDEB das Escolas com Professores qualificados no Curso de Matemática atuando no Município de Sena Madureira

IDEB/Escolas	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental	
	2005	2007/META 2007	2005	2007/META 2007
Município de Sena Madureira				
Escola Assis Vasconcelos*	-	3.5/-	-	-
Escola Raimundo Magalhães*	3,3	3,7/3,4	-	4,0/-
Escola Eliziário Távora*	3.4	3.9/3,5	2.3	3.7/2,4
Escola Fontinelle de Castro*	-	-	3.4	3.6/3,4
Escola Dom Júlio Mattioli*	-	-	-	-
Escola Instituto Santa Juliana*	3.8	4.4/3,8	3.3	3.9/3,3
E.M.E.F. Messias Rodrigues de Souza**	2.0	3.2/2,2	1.7	3.3/1,8
E.M.E.F. Raimundo Hermínio de Melo**	2.4	3.5/2,4	3.0	3.2/3.0

Fonte: MEC/INEP, 2007.

Obs.: * Escolas Estaduais
 ** Escolas Municipais

APÊNDICE E - IDEB das Escolas com Professores qualificados no Curso de Matemática atuando no Município de Brasiléia e Epitaciolândia

IDEB/Escolas	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental	
	2005	2007/META 2007	2005	2007/META 2007
Município de Brasiléia/Epitaciolândia				
Escola Kairala José Kairala* (Brasiléia)	-	-	1,9	3,6/2,0
Escola Instituto Odilon Prtagi* (Brasiléia)	-	-	3,5	4,2/3,6
Escola Joana Ribeiro Amed* (Epitaciolândia)	-	-	2,8	3,2/2,9
Escola Valéria Bispo Sabala** (Brasiléia)	-	-	-	-
Escola José Ruy da Silveira Lino** (Brasiléia)	3,8	4,6/3,9	-	-
Escola Gesilda de Freitas Paixão** (Brasiléia)	-	-	-	-
Escola Élson Dias Dantas** (Brasiléia)	-	3,6/4,0	-	-
Escola João Pedro da Silva ** (Epitaciolândia)	3,4	3,6/3,4	-	-
Escola Brasil Bolívia* (Epitaciolândia)	3,6	-/3,7	-	-

Fonte: INEP/MEC/SEE, 2008.

Obs.: * Escolas Estaduais

** Escolas Municipais

APÊNDICE F - IDEB das Escolas com Professores qualificados no Curso de Matemática atuando no Município de Cruzeiro do Sul

IDEB/Escolas	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental	
	2005	2007/Meta 2007	2005	2007/Meta 2007
Município de Cruzeiro do Sul	2005	2007/Meta 2007	2005	2007/Meta 2007
Escola Absolon Moreira*	3,8	3,6/3,9	3,5	3,5/3,6
Escola Braz de Aguiar*	-	-	3,2	3,7/3,2
Escola Hugo Carneiro*	4,0	4,7/4,1	-	-
Escola João Kubstschek*	3,8	4,6/3,9	4,2	4,2/4,2
Escola Maria Lima de Souza*	2,8	3,6/2,9	-	3,3/-
Escola Padre Carlos Kunz*	-	-	3,5	3,4/3,6
Escola Padre Damião*	3,1	3,8/3,2	3,5	3,9/3,5
Escola Tancredo de Almeida Neves*	-	-	3,6	3,4/3,6
Escola Craveiro Costa*	-	-	-	-
Escola Dom Henrique Ruth*	-	-	-	-
Escola Professor Flodoardo Cabral*	-	-	-	-
Escola São José*	4,8	5,2/4,9	4,4	4,6/4,4
Escola Cristão Cruzeiro***	-	-	-	-
Escola Antonio de Oliveira Dantas*	-	-	-	-
Escola São Francisco*	3,5	3,6/3,6	3,5	4,0/3,5
Escola Francisco Braga de Souza*	-	2,7/-	-	-
Escola Francisca Rita de Cássia Lima Pinto**	3,2	3,4/3,3	-	-
Escola Rui Barbosa**	-	3,6/-	-	3,3/-
Escola Padre Marcelino Champagnat**	3,8	4,7/3,8	3,6	4,1/3,6
Escola Padre Cristóvão Freire Arnaud**	3,1	3,8/3,2	-	3,5/-
Escola Thaumaturgo de Azevedo**	3,6	3,5/3,7	3,7	3,4/3,8
Escola Nise Varela**	3,4	3,6/3,5	-	3,7/-
Escola Emídio Braga de Vasconcelos**	-	-	-	3,5/-
Escola Antonio Ferreira Gomes****	-	-	-	-

Fonte: INEP/MEC/SEE, 2008.

Obs.: * Escola Estadual Urbana
 ** Escola Municipal Urbana
 *** Escola Privada Urbana
 **** Escola Municipal Rural

APÊNDICE G - Quantitativo de Professores formados atuando nas Escolas Estaduais e Municipais do Município de Sena Madureira

Escolas Estaduais Municipais e UFAC	Quantitativo de professores	EFI	EFII	Ensino Médio	Outras modalidades de Ensino	Outras Funções
Escola Dom Júlio Mattioli	08	-	-	06	02	-
Instituto Santa Juliana	06	-	05	-	01	-
Escola Assis Vasconcelos	01	-	01	-	-	-
Escola Fontinelle de Castro	03	-	02	-	-	01
Escola Messias Rodrigues de Souza	02	-	02	-	01	-
Escola Eliziário Távora	01	-	01	-	-	-
Escola Raimundo Hermínio de Melo	01	-	01	-	-	-
Escola Estadual Padre Paulino Maria Baldassari *	01	-	01	-	-	-
UFAC – PROFIR e PROEFE	01	-	-	-	-	-
Escola Raimundo Magalhães	02	-	02	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2007-2008.

APÊNDICE H – Quantitativo de Professores formados atuando nas escolas estaduais e municipais do município de Brasiléia e Epitaciolândia

Escolas Estaduais Municipais e UFAC	Quantitativo de professores	EFI	EFII	Ensino Médio	Outras modalidades de Ensino	Outras Funções
Escola Kairala José Kairala* (Brasileia)	09	-	06	01	02	
Escola Instituto Odilon Prtagi* (Brasileia)	09	-	06	01	02	
Escola Valéria Bispo Sabala** (Brasileia)	03	-	02	-	-	01
Escola José Ruy da Silveira Lino** (Brasileia)	01	-	-	-	-	01
Escola Gesilda de Freitas Paixão** (Brasileia)	01	-	-	01	-	-
Escola Élson Dias Dantas** (Brasileia)	01	-	-	-	-	01
Escola Joana Ribeiro Amed* (Epitaciolândia)	10	-	06	04		
Escola João Pedro da Silva ** (Epitaciolândia)	01					
Escola Brasil Bolívia* (Epitaciolândia)	01					

Fonte: Pesquisa de campo, 2007-2008.

APÊNDICE I – Quantitativo de Professores formados atuando nas escolas estaduais e municipais do município de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves

Escolas Estaduais Municipais e UFAC	Quantitativo de professores	EFI	EFII	Ensino Médio	Outras modalidades de Ensino	Outras Funções
Escola Absolon Moreira	02	-	02	-	-	-
Escola Braz de Aguiar	03	-	02	-	-	01
Escola Hugo Carneiro*	02	-	-	-	02	-
Escola João Kubstschek*	01	-	01	-	-	-
Escola Maria Lima de Souza*	01	-	01	-	-	-
Escola Padre Carlos Kunz	02	-	02	-	-	-
Escola Padre Damião*	03	-	02	-	-	01
Escola Tancredo de Almeida Neves*	01	-	-	-	-	01
Escola Craveiro Costa	02	-	-	02	-	-
Escola Dom Henrique Ruth	03	-	-	03	-	-
Escola Professor Flodoardo Cabral	03	-	01	02	-	-
Escola São José	02	-	01	01	-	-
Escola Cristão Cruzeiro	01	-	-	-	-	01
Escola Antonio de Oliveira Dantas	04	-	04	-	-	-
Escola São Francisco	03	-	03	-	-	-

Escola Francisco Braga de Souza	02	-	02	-	-	-
Escola Francisca Rita de Cássia Lima Pinto	01	-	01	-	-	-
Escola Rui Barbosa	01	-	-	-	-	01
Escola Marcelino Champagnat	01	-	01	-	-	-
Escola Padre Cristóvão Freire Arnaud	01	-	01	-	-	-
Escola Thaumaturgo de Azevedo	01	-	01	-	-	-
Escola Nise Varela	01	-	01	-	-	-
Escola Emídio Braga de Vasconcelos	01	-	01	-	-	-
Escola Antonio Ferreira Gomes	01	-	01	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2007-2008.

APÊNDICE J – Questionário aplicado aos Gestores dos municípios de Sena Madureira, Brasília e Cruzeiro do Sul.

Na aplicação do questionário para gestores do município de Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Brasília foi abordado 03 (três) questionamentos.

1. Dentre os cursos oferecidos pela UFAC (Rio Branco ou Cruzeiro do Sul) qual você considera mais importante para ser oferecido no município?
2. Como se deu a absorção dos profissionais formados no Curso de Matemática (percentual de absorção, melhorias salariais, aumento na folha de pagamento, etc.)?
3. Verificar se há disfunção e de que tipo.

APÊNDICE K – Questionário aplicado aos formandos dos municípios de Sena Madureira, Brasiléia e Cruzeiro do Sul

Na aplicação do questionário para formandos do município de Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Brasiléia foi abordado 06 (seis) questionamentos.

1. Dentre os cursos oferecidos pela UFAC (Rio Branco ou Cruzeiro do Sul) qual seria do seu interesse em fazer?
2. Quais as melhorias ocorridas após o término do curso (melhoria salarial, mudança de emprego, obtenção do primeiro emprego, outros)?
3. Exercício da Profissão (Professor) e se sim, qual nível?
4. Melhorias na atuação profissional durante e após o curso.
5. Perspectivas futuras na profissão.
6. Se não exerce a profissão, qual o motivo?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)